# AGROANALYSIS

A REVISTA DE ECONOMIA AGRÍCOLA DA FGV

Nº 2



## AUMENTOU A RENDA AGRÍCOLA DOS BRASILEIROS EM 1997.

ENQUANTO ISSO, NA EUROPA, JÁ SE ESTUDA COMO PRESERVAR A RENDA DAS FAZENDAS ATÉ O ANO 2006.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE

ISSN 0100-4298

9 770100 429988 00002 7

http://www.fgv.br/fgv/ibre/cea/agro1.htm

# Para não se perder, anote o endereço de *Agroanalysis* na Internet e faça-nos uma visita.

Estatística agropecuária

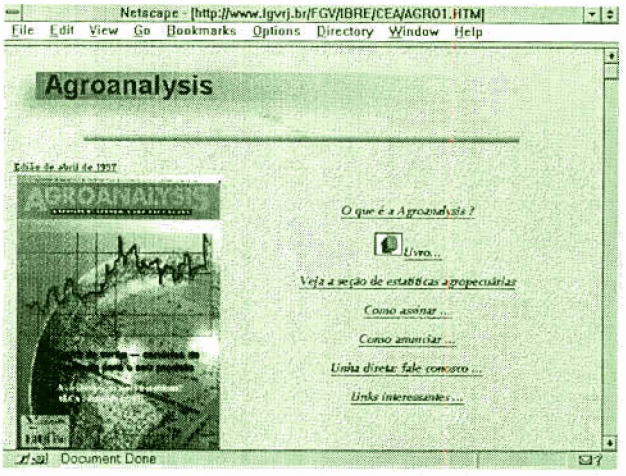
Agribusiness

Entrevistas

Estudos conjunturais

Legislação agrícola

Oferta e demanda




**e mais**

Como assinar, como anunciar, linha direta e as análises e opiniões dos técnicos do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da FGV.

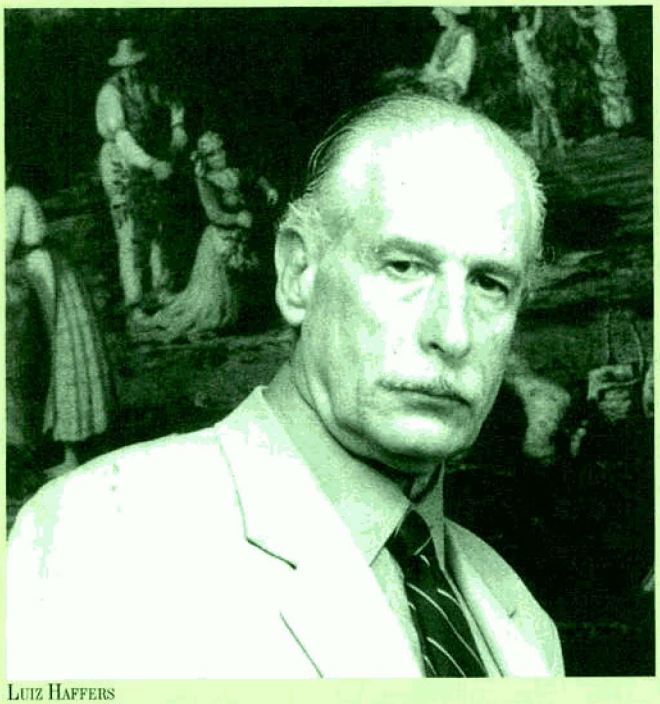
**e-mail: editora@fgv.br**

*Entrevista*

Concedida a Patrícia Carvalho

CORTESIA DA
EDITORA DA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

# O mercado é bem mais impiedoso que o MST



Luiz Haffers

**Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), o cafeicultor Luiz Haffers defende a idéia de que não adianta negar problemas como a necessidade da reforma agrária ou a imagem nada favorável que o setor rural tem junto à sociedade. "Ninguém nunca conseguiu resolver nada com a postura de uma avestruz", afirmou em entrevista exclusiva a** Agroanalysis. **"Fui um dos primeiros a dizer que não podíamos ignorar os graves problemas do campo e que discutir a reforma agrária era inevitável", lembrou.**

**Definindo-se como "um lavrador em busca de eficiência e modernidade", Haffers, 60 anos, trabalhou com algodão, conheceu nas suas próprias palavras "o mundo inteiro" vendendo o produto nos áureos tempos em que o Brasil era grande exportador, na década de 60. Hoje produzindo café no Paraná e na Bahia, foi um dos pioneiros do plantio superadensado de café e defende que "as cooperativas têm que se reestruturar se quiserem sobreviver".**

**Avesso ao pessimismo mas mantendo uma visão realista do mercado, Haffers acredita que o aumento médio de renda agrícola de 5% em 1997 foi importante, "mas é pouco e é uma média que não reflete o que ocorreu com todo o setor agrícola". "Para 1998 acredito em um cenário mais crítico, pois temos problemas climáticos, diminuição de área plantada e aumento de custos", definiu. Sobre o setor cafeeiro, ele deixa claro que a união de todo o setor em torno de propostas comuns é essencial. "O importante é que com o CDPC (Conselho Deliberativo da Política do Café) temos hoje discussões transparentes sobre todos os assuntos que dizem respeito ao café. Esta é uma grande conquista", analisa.**

■ *Os efeitos da crise asiática e do pacote econômico do governo vêm sendo sentidos na agropecuária? De que forma?*

— Os efeitos têm sido sentidos de forma tópica. Produtos como frango, sem dúvida, foram bastante atingidos. Outros como soja e óleo ainda não sentiram os efeitos dessa crise, e quero crer que não chegarão a sofrer efeitos diretos, pois a comida é o último item a sofrer em uma crise.

Mas olhando o quadro a médio e longo prazo acho que isso tudo vai reverter beneficamente para o Brasil, porque o dinheiro que temos circulando pelo mundo vai buscar modos mais seguros de aplicação, como vem acontecendo com os bônus norte-americanos. Depois das eleições brasileiras e depois que a poeira desta crise baixar, vamos ver uma disposição maior para projetos mais produtivos e para investimentos na produção brasileira.

Isso pode se vislumbrar olhando o cenário mundial. Os estoques mundiais estão abaixo de qualquer padrão histórico e de segurança, a população mundial continua a crescer e o fator segurança alimentar vai começar a pesar cada vez mais. A médio e longo prazo acredito que haverá um grande interesse no desenvolvimento da agricultura no mundo e também da agricultura brasileira, com investimentos de novos capitais.

■ *Como o senhor vê o atual momento da agricultura brasileira?*

— A agricultura brasileira hoje se encontra engasgada com o custo altíssimo do capital e dos juros e passa por uma fase de transição muito importante. Saímos de um período de paternalismo, com preços artificialmente baixos, para tempos melhores, de maior profissionalismo e eficiência. Mas não acho que teremos um alívio a médio prazo para problemas como o de custos e juros, até porque a agricultura não tem sido tratada pelo governo como o setor essencial que é.

O que vemos é um desconhecimento enorme sobre a agricultura, em parte porque as lideranças agrícolas sempre foram cobradas de uma atitu-

de conflitante para com o governo; no fundo o que se queria antes era preço mínimo e crédito subsidiado. Agora estamos passando por uma transição de mercado, onde o consumidor é rei, e hoje a agricultura precisa de cooperação dentro das cadeias produtivas, pois não adianta mais ficar reclamando, não há mais quem nos dê nada. O paternalismo e aquele protecionismo, incentivados e incentivadores de um conflito de lideranças entre os diversos elos das cadeias produtivas, não funcionam mais.

■ *Mas não se pode dizer que haja atualmente uma política agrícola estruturada...*
— O que houve é que tínhamos uma política paternalista que foi substituída por uma política de mercado, mas ineficiente. Não sou contra o mercado. O que eu questiono é como podemos ter um mercado livre com os custos com que arcamos. Hoje o principal insumo necessário ao campo é o capital. Para se ter uma idéia do quanto custam os juros, o endividamento agrícola brasileiro é de menos de R$20 bilhões, para um faturamento de R$70 bilhões, mas a metade desse endividamento é de juros. Agora cobra-se do setor um nível de eficiência, uma cesta básica barata, mas não podemos investir como deveríamos. A agricultura está investindo com capital próprio, mas é pouco. O fato é que o setor se ressente de que é mais lucrativo comprar CDB do que investir na produção.

■ *O senhor falou sobre a cesta básica. Se olharmos os dados do ano passado sobre o nível de renda dos produtores, vemos que houve queda na renda daqueles que produziram produtos básicos, como arroz, batata, feijão etc. Mas na média houve um aumento da renda agrícola de 5%. Como o senhor analisa isso?*
— Este é o problema de falar em média, porque o grande aumento de renda aconteceu em produtos como soja e café. Agora se pegarmos o pessoal que produz os básicos, realmente vemos que o aumento da renda não é uma realidade.

Quando dizemos que este aumento médio não significa muito, voltamos a nos defrontar com uma espécie de preconceito e de desconhecimento do que seja a agricultura. Ainda sofremos um ranço de que a agricultura é atrasada e de que só a indústria é eficiente, como se fôssemos quase dispensáveis. A equipe econômica do governo ainda não se convenceu da importância da agricultura para a estabilidade econômica do país e acha que quando reclamamos é choro de fazendeiro incompetente. E veja o que aconteceu em 1995. Tivemos uma safra grande, os juros explodiram e criou-se esse estoque de endividamento que está se tentando resolver agora, como sempre um pouco tarde. Mas é preciso resolver isso.

■ *Qual foi o papel da securitização da dívida agrícola?*
— A securitização foi feita para quem devia até R$200 mil. Quem devia acima disso, os mais ousados, os mais tecnificados, ficaram com as dívidas. Para se ter uma idéia do investimento para formar uma fazenda hoje basta lembrar que custa mais de R$1 milhão. Sabe quanto um produtor que gaste isso com uma ou duas fazendas tem de financiamento? R$40 mil, se tanto. No caso do financiamento do custeio do café, e sou cafeicultor há muito tempo, só consegui o suficiente para pagar a securitização. Nos Estados Unidos, o Bill Gates está sendo processado em milhões por fazer venda casada. Aqui, no Banco do Brasil, temos que engolir a venda casada o tempo todo. Para ter um financiamento temos que comprar o cartão Ouro, o seguro do trator, o CDB etc. Nos Estados Unidos isso dá cadeia. Aqui é uma prática normal.

**Nos Estados Unidos,** *o Bill Gates está sendo processado em milhões por fazer venda casada. Aqui, no Banco do Brasil, temos que engolir a venda casada o tempo todo. Nos Estados Unidos isso dá cadeia. Aqui é uma prática normal.*

Temos tudo para sermos grandes produtores: um capital humano que nunca é contabilizado, clima, mercado e pesquisa eficiente. Não vamos para frente porque estamos atados por vários problemas. Nossa dívida agrícola é quatro vezes menor em comparação à dos Estados Unidos relativamente à produção, mas nossos juros são quatro vezes maiores. Num cenário desses, o que decide é a capacidade de pagamento, não a de endividamento, nem mesmo a de produção.

Ou o governo se dá conta de que recursos para a agricultura têm que ter prioridade, porque são de retorno econômico e social mais rápido, ou não saímos deste impasse. E não queremos subsídio. Quem precisa de subsídio social é o país, para os sem-terra, para os assentamentos, para os pequenos produtores etc.

■ *Que tipo de postura o governo deveria ter em relação à agricultura? Não seria mais lógico proteger a renda agrícola do que ficar apagando incêndios como o do endividamento, através da securitização ou deste novo plano de socorro às cooperativas?*
— No caso das cooperativas é necessário socorro imediato. Se o governo deixar que elas quebrem vai se criar um problema muito maior. As cooperativas têm 30% da produção agrícola brasileira e representam 12% do PIB. Elas são o início da cadeia produtiva. Há quem argumente que as cooperativas foram incompetentes. Se formos discutir incompetência, o governo foi mais incompetente ainda. E vai custar muito mais caro refazer o sistema cooperativista do que consertar.

■ *Se é mais produtivo e eficiente prevenir os problemas, e uma política de proteção à renda do produtor é uma forma de prevenir, por que a opção por remediar?*
— Neste caso precisamos remediar para prevenir um mal maior. Sem dúvida seria melhor termos uma política estruturada, mas até para poder fazer isso precisamos resolver alguns problemas tópicos primeiro. As cooperativas sofreram por muito tempo do mal do paternalismo. Foram um

instrumento politicamente correto para o governo dar dinheiro para a agricultura, e muitas vezes não cumpriram sua função de aumentar e melhorar a capacidade de compra e venda, trazendo eficiência para o setor. Trouxeram, isso sim, na maioria dos casos, poder político para continuar sobrevivendo do paternalismo. Acabou o paternalismo, o sistema se viu despreparado, e muitas imaginaram erroneamente que a situação de falta de apoio ou de proteção do governo seria transitória. Então recorreram aos bancos, se endividaram à espera de um socorro que não veio. Agora quem tem culpa, quem não tem, isso é irrelevante. O importante é salvar o sistema cooperativista.

■ *O plano do governo de socorro às cooperativas, que vem sendo chamado de Reecoop, prevê uma reestruturação do setor com fusões e associações entre cooperativas. Como o senhor vê isso?*

— Este plano impõe alguns pontos. Fusões, capacidade de gestão, são pontos que vão ser colocados na mesa. Por exemplo, no estado do Rio existem 31 cooperativas de leite. Precisa de tudo isso? No estado de São Paulo, temos 19. A maioria vai acabar saindo de cena, queira ou não queira. Há um inchaço. As fusões são inevitáveis para dar exatamente o que o setor precisa, que é eficiência. Esse plano prevê e premia fusões em benefício da eficiência.

■ *Mas não será um processo fácil.*

— Não vai ser fácil mas é inevitável, porque entre quebrar e se associar, não há muita escolha. É evidente que as cooperativas foram inchadas pelo paternalismo, o sistema todo sofreu e agora isso precisa ser corrigido pela realidade. A cooperativa usou um discurso ideológico para justificar incompetência e vaidade. Tenho sido muito criticado por esta postura crítica. Não sou contra o cooperativismo, sou contra a ineficiência, contra a vaidade de lideranças. Isso tudo decorre de uma herança do paternalismo que permeou a gestão da agricultura brasileira por tanto tempo.

**É necessário** *socorro imediato às cooperativas. Se o governo deixar que elas quebrem vai se criar um problema muito maior. As cooperativas detêm 30% da produção agrícola brasileira e representam 12% do PIB.*

■ *As entidades de classe também passam atualmente por uma crise financeira grave. Isso tem a ver com a questão da representatividade dentro do setor?*

— Sem dúvida vivemos uma crise. Antes uma liderança conflitante dentro de um cenário paternalista era supostamente benéfica para a classe. Hoje é necessário que tenhamos lideranças construtivas, que se antecipem aos problemas e proponham soluções. O que ocorre é que está custando para mudar esta concepção de liderança. Vou dar um exemplo. A maioria dos fazendeiros era contra reconhecer que havia um grave problema social no campo, porque reconhecendo o problema teríamos que reconhecer a solução, ou seja, a reforma agrária como uma necessidade. Logo que assumi a presidência do Sociedade Rural Brasileira disse que reconhecia o problema, mas discordava do modo como estava sendo dada solução. Por um erro de interpretação, a maioria preferia negar o problema, como um avestruz.

■ *Entre as entidades de classe a tendência é de que também ocorram fusões, associações ou um novo conceito de representatividade?*

— Acho que é provável que ocorram fusões entre entidades e que se estabeleça a legitimidade de bons, eficientes e honestos *lobbies* das associações, entidades e representantes de classe — o que ainda é malvisto no Brasil. Num sistema democrático o juiz final de todas as ações é a opinião pública, que por sua vez pressiona o Legislativo, que pressiona o Executivo. No governo totalitário tínhamos um atalho, que era conhecer o ministro. Hoje isso não funciona mais.

■ *Isso tem a ver com toda uma reformulação da imagem do setor agrícola junto à opinião pública?*

— Sem dúvida. A cidade ainda tem uma imagem antiga do setor, não sabe o quanto houve de transferência de renda do campo para a cidade. E nem o quanto a agricultura significa para a economia. Mas não se muda essa imagem rapidamente. A primeira coisa a fazer é um esforço enorme de competência, que já vimos fazendo há muito tempo. Em segundo lugar, precisamos de todo um trabalho de convencimento da opinião pública. As nossas relações com a imprensa em geral são ruins. A imprensa ainda acha que o fazendeiro e o médio agricultor são latifundiários reacionários. Tem muito a ver com a postura assumida sobre os problemas no campo, negando a necessidade de uma reforma agrária. E há ainda o problema do personalismo, no qual se projetam os líderes mas não suas idéias.

■ *Instrumentos como o Fórum Nacional de Agricultura tendem a mudar este tipo de realidade, ao buscar discutir cadeias produtivas e não classes ou líderes?*

— O Fórum tem um grande papel no início desta discussão. Todas as entidades se colocam dentro das suas cadeias produtivas e discutem. A grande validade do Fórum hoje não é a proposição, mas a discussão. Dentro das cadeias existiu, e existe ainda, o falso conflito em que o lavrador achava que o maquinista roubava, o maquinista achava que o lavrador roubava, os elos das cadeias se comportavam como adversários entre si. Era um conceito enraizado, que aos poucos vem mudando. No caso do café, o Brasil chegou a fazer acordo com o inimigo, com a Colômbia, em detrimento do consumidor, como se ele fosse o inimigo, com os resultados de longo prazo a que assistimos depois, perda de mercado, de prestígio etc.

Agora temos que nos conscientizar de que numa economia de mercado quem manda é o consumidor, é a dona de

casa, que devem ser conquistados. No caso do café, por exemplo, antes queríamos preço mínimo, o IBC comprava tudo e jogava tudo no mercado com preço tabelado. Perdemos mercado, o consumo caiu. O caso do café é muito ilustrativo, porque foi espelho de toda a expansão agrícola. Outro exemplo do quanto o agricultor desconhece sua cadeia produtiva é que no ano passado o que de mais importante aconteceu foi a Lei Kandir, que indiretamente proporcionou um aumento de renda de 15%. Ninguém se deu conta disso. Como o agricultor não recolhia ICMS, não se dava conta de que também pagava este custo.

Os resultados práticos do Fórum podem ser modestos, mas ele está proporcionando uma interlocução entre os agentes das cadeias produtivas, e conseqüentemente uma união maior.

■ *Como o senhor avalia o governo Fernando Henrique Cardoso no que diz respeito à agricultura?*

— Considero sua atuação mediana. O governo atrasou o problema da dívida agrícola, assim como a resolução de problemas importantes, como o endividamento das cooperativas etc., enquanto em questões como o balanço de pagamentos e o custo da cesta básica a agropecuária mostrou sua competência. E ainda não tivemos uma contrapartida do governo em termos de apoio. Em parte por desconhecimento, em parte por preconceito. Poucas pessoas entendem de agricultura no governo. E isso não é de hoje. O caso do algodão é notório. Importou-se algodão e o resultado foi um desemprego de 250 mil pessoas no campo. Se o governo tivesse escutado os nossos argumentos em vez de escutar os argumentos da indústria, que importava crédito e não algodão, não teríamos tido esse problema.

A política de importações no Brasil, aliás, sofreu de uma ingenuidade e de uma incompetência a toda prova. O mundo não é feito de escoteiros e a nossa política de importações foi absolutamente atabalhoada. Concordo em que havia ineficiências, mas admitir o dumping não resolve o problema. Este foi o caso do algodão.

■ *Voltamos à questão da necessidade de uma política agrícola...*

— Sim, mas antes é preciso apagar os incêndios, e esses nunca eram apagados, eram controlados. A impressão que temos agora, por causa da securitização, é que conseguiremos apagar os incêndios. O problema é que se leva meses para convencer o governo de que um determinado problema existe. Isso ocorreu quando houve a crise de 95. Só mais de um ano depois é que saiu a securitização. Este plano de socorro às cooperativas é um segundo momento da resolução do problema do endividamento.

■ *Como o senhor vê o futuro do setor agrícola dentro do mercado globalizado?*

— Creio que nos próximos 10 anos a demanda mundial de alimentos será tão forte que a agricultura terá que ser tratada mais racionalmente no Brasil. E veremos grandes transformações, sem dúvida. A agricultura é um setor essencial e os estoques mundiais vêm baixando, um movimento agravado por uma irresponsabilidade gerencial que é o tal do just in time. Por enquanto está dando certo, mas isso aumenta o nível de especulação e de risco do mercado.

A médio e longo prazos a realidade da falta de produtos nos estoques mundiais vai ser sentida. O aumento de velocidade das comunicações realmente permitiu que os estoques baixassem, mas está havendo um movimento exagerado neste sentido. Só para se ter uma idéia, as estatísticas apontam 200 milhões de pessoas se urbanizando por ano na China, deixando de ser produtores para ser consumidores. Temos portanto um cenário de aumento de consumo iminente e o Brasil tem todas as condições de dobrar sua produção em cinco a 10 anos. Mas para isso precisamos de uma política agrícola otimista, agressiva e de confiança. É muito mais fácil administrar a fartura do que a falta de produtos.

**O que os** *os sem-terra querem e merecem é dignidade. A reforma agrária passa por diversas formas de atuação, é mais fácil proporcionar dignidade favorecendo o emprego decente.*

■ *A estabilidade econômica trouxe um cenário mais promissor para a agricultura?*

— Com a estabilidade a demanda de competência é maior. O agricultor está tendo que conviver com um ambiente mais sofisticado e tecnificado. E na agricultura brasileira vemos uma coisa muito dolorosa: vão subsistir o pequeno agricultor, com baixo custo e apoio social, e o grande produtor, com escala. Para os médios produtores vejo tempos difíceis. Ou esses produtores se especializam e baixam custo, ou crescem para ter escala. Só que para isso é preciso capital e o produtor não tem esse capital, não consegue ganhar para investir.

■ *Falando na questão social, que solução o senhor vê para a questão da reforma agrária?*

— A solução passa por diversas formas de atuação. O que esse pessoal quer e merece é dignidade. E é mais fácil proporcionar dignidade favorecendo o emprego decente. Então temos um primeiro problema, que é a necessidade de expandir a agricultura. Em segundo lugar, seria importante que tivéssemos financiamentos para arrendamento de terras (nos Estados Unidos, quem trabalha na terra raramente é dono dela). E, claro, uma política de assentamentos que está sendo feita em enorme escala, porém nunca suficiente.

Mas aí caímos no problema político. Em um programa de TV recentemente dom Tomás Balduíno disse que o MST não quer a reforma agrária, quer a reforma do sistema. O que vemos é que a esquerda mais radical começa a temer que se faça a reforma agrária. Se nós assentarmos

100 mil famílias por ano, o problema estará resolvido. Mas a esquerda radical tem interesse no problema e não na solução.

■ *Há então o entendimento de que a reforma agrária é necessária?*

— A reforma agrária é absolutamente necessária — não a expropriação, mas a reforma agrária. Não podemos conviver com a atual pobreza no campo. É inadmissível e inaceitável. Mas não é fácil resolver o problema. E neste meio tempo a população urbana vem se dando conta de que o problema não é exatamente como vinha sendo apresentado. Nós agricultores terminamos o ano que passou com uma imagem menos ruim e o MST com uma imagem menos benéfica. Não foi um avanço absoluto, mas foi relativo no que diz respeito à imagem das lideranças rurais. Até porque nós, da Sociedade Rural Brasileira, lutamos para deixar de negar o problema e contra a tentação da violência. Mas somos contra as invasões, somos contra critérios errôneos de desapropriação, contra as pressões.

■ *O ITR neste contexto é uma solução?*

— O ITR foi uma enorme surpresa para o governo, porque os objetivos foram alcançados. Fazendeiro não é sonegador. Descobriu-se isso. Em segundo lugar sempre defendemos o agricultor produtivo e não o especulador. O mercado é muito mais impiedoso que o MST. Se o fazendeiro pagar um imposto alto pela terra e não souber o que fazer com ela, estará perdendo dinheiro. O preço da terra caiu 60% no último ano. O próprio mercado está agindo.

Plantar café no Oeste baiano, como estou fazendo, custa R$10 mil por hectare para começar a produzir, enquanto o hectare de terra custa R$40,00 ou R$50,00. A questão é que a esquerda mais radical tem raiva do rico. Não basta resolver o problema, existe ressentimento e um rancor de punir o fazendeiro, e isso não é produtivo. Então o ITR é um favor, porque quanto mais cedo o proprietário improdutivo sair da terra melhor para ele. E para nós, que sempre defendemos o produtivo, e ao produtivo interessa terra barata.

■ *Esta postura não causa um conflito dentro da entidade de classe?*

— Causa, porque é um momento de reflexão onde o sujeito se pergunta se é mais proprietário ou mais produtor. Se ele se considerar mais proprietário, se insurge contra nossas posições. Mas o fato é que o ITR só veio sinalizar o mercado. Não é questão de querer ou não querer, de concordar ou não concordar, é inevitável. É isso que temos tentado sinalizar defendendo posições como esta, favorável ao ITR. Isso é economia de mercado e nós, por muitos anos, estivemos isentos das verdades estruturais. A solução é conscientizar o setor de que é necessário ter profissionalismo e que é importante ter órgãos construtivos, representativos e fortes para representá-lo, o que certamente levará a um processo de concentração também entre as entidades representativas de classe, assim como no caso das cooperativas. Temos que fazer *lobby* no sentido legítimo da palavra, no sentido do convencimento e posicionamento e não de tentar conseguir benesses.

■ *Como o senhor vê as perspectivas para a agricultura em 98?*

— Vejo um cenário pior do que em 97, mesmo com as eleições; vamos colher a safra antes das eleições, o clima não está colaborando, a área plantada diminuiu 3%, os preços de alguns produtos como da soja caíram e a crise do frango na Ásia criou um problema. Estamos prevendo ainda uma diminuição na safra de milho, o que aumenta os custos para produzir proteína animal. Não estamos diante de perspectivas tão boas como as de 97.

Por outro lado, no ano passado tivemos avanços estruturais, como a maior atenção do governo em relação ao endividamento do setor, à reforma agrária e à pesquisa agrícola.

■ *Como cafeicultor, como o senhor analisa o desempenho do CDPC neste primeiro ano de funcionamento?*

— O CDPC representa um grande avanço para a política cafeeira. É um instrumento extremamente positivo na discussão dos problemas do agronegócio café, onde todos discutem com transparência todas as questões que afetam o setor. Mas temos que ser realistas: trata-se de um instrumento de progresso para o setor, mas não de milagre. Neste primeiro ano os avanços foram lentos. É normal, por ser o primeiro ano do Conselho, por ser até um treino sobre como se pode discutir e buscar soluções comuns. Acho inclusive que este foi nosso grande ganho. Tudo foi discutido, embora nem tudo acordado.

■ *Recentemente o CDPC divulgou uma previsão oficial da safra de café de cerca de 18,5 milhões de sacas. É importante ter estatísticas oficiais para o setor?*

— É importantíssimo, porque estávamos à mercê de estatísticas feitas ao sabor dos interesses de cada um. Essa estatística oficial foi apurada pela Embrapa, é confiável e está dentro do esperado. Assim como a previsão de mais de 31 milhões de sacas para a próxima safra.

■ *O caso do café é importante para a agricultura como um todo, uma vez que o governo reconheceu a importância do produto como gerador de renda, empregos e divisas?*

— É, e se reflete beneficamente em toda a agricultura. O café é um paradigma importante para a agricultura, em todos os aspectos, histórica e socialmente. Esse tipo de reconhecimento público ajuda a reverter a imagem do setor agrícola junto à opinião pública.

**Importou-se** *algodão e o resultado foi o desemprego de 250 mil pessoas no campo. Se o governo tivesse escutado os nossos argumentos em vez de escutar os argumentos da indústria não teríamos tido esse problema.*

# Cartas

Recebemos *Agroanalysis* de outubro com nosso anúncio, que ficou muito bom e deu retorno. Parabéns pela qualidade da pauta editorial, dos artigos à entrevista com Fernando Henrique Cardoso.

Gostaríamos de enviar esta edição para um grupo de clientes pelos quais temos grande fidelidade. Acreditamos que a iniciativa resultará em bons negócios. É sempre motivo de grande satisfação ter a FGV como parceira.

HUMBERTO RIBEIRO VERGUEIRO FILHO
DIRETOR DE MARKETING DA AGROVERPA
RIBEIRÃO CLARO, PR

Agradecemos a especial atenção que foi dispensada à cafeicultura brasileira por *Agroanalysis* de dezembro com a matéria sobre o ano de atuação do Conselho Deliberativo da Política do Café. Esperamos poder continuar contando com o apoio de meios de comunicação competentes como *Agroanalysis*, cujo conteúdo tem sido marcado pela seriedade que a agricultura merece.

Agradecemos também a toda a equipe de produção que gentilmente colaborou com a edição nº 24 *do Informativo Garcafé*, emprestando maior brilho ao nosso jornal neste mês de janeiro.

MANOEL VICENTE FERNANDES BERTONE
PRESIDENTE DA GARCAFÉ
GARÇA, SÃO PAULO


**Separatas de *Agroanalysis***

*Artigos de* Agroanalysis *podem ser reimpressos sob encomenda, para apoio a aulas, palestras, educação continuada de funcionários etc. Pedidos pelo telefone (021) 536-9269, pelo fax (021) 536-9207, pelo* e-mail *assine@fgv.br ou pelo correio. O endereço para correspondência é Praia de Botafogo, 190, sala 813, Rio de Janeiro, CEP 22253-900.*

**LIGUE GRÁTIS: 0800-21-7777**

É permitida a reprodução total ou parcial dos índices e matérias desde que seja citada a fonte.



**AGROANALYSIS**

Revista mensal de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas, editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia.

**Fundador**
Julian M. Chacel

**Chefe do CEA/IBRE**
Ignez Vidigal Lopes

**REDAÇÃO**
*Redator chefe*
Regis Alimandro

**Redatores setoriais**
Dan Biller (meio ambiente e recursos naturais), Edgar Costa Filho (contrato futuro de milho e labag), Eliana C. B. Leite (arroz, feijão, meio ambiente, tomate, mandioca, caju). Fernando R. de Freitas Almeida (cereais de inverno, oleaginosas, frutas, vinho), Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação e índice FGV-Abag) Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Rogério F. de Souza (indicador do preço do milho).

**Equipe de colaboradores**
Adib Jamil Amin, Lucio Junqueira Campos (estatísticas de preços), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico), Joaquim Andre Villanova (açúcar e álcool).

**Redatores**
Maria Adelaide Amorim Oliveira e César Garcia

**Direção de arte e capa**
Osvaldo Moreira da Silva

Contatos com a redação pelos tels.: (021) 536-9213, 551-7995 e 536-9225 e fax: (021) 536-9207.

**Técnicos em processamento**
Bruno da Silva Júnior, Deise Jaffar

**Estagiários**
Alessandra Santos Vaz, Eduardo Lucena, Ilana Sender, Viviane Basílio Seda

**Secretaria e apoio administrativo**
Claudia Ana Marques, Maria Cecília Barbosa, Eliane dos Santos Botelho, Antonio Getúlio Corrêa de Oliveira.

**PUBLICIDADE**
**Gerente comercial:**
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, tel.: (021) 536-9269, fax: (021) 536-9207, *e-mail*: caique@fgv br

**Representantes comerciais**
*Brasília - DF*: tel. e fax: (061) 314-1541 e 322-2034; *Rio de Janeiro - RJ*: tel.e fax: (021) 533-3121; *São Paulo - SP*: telefax.: (011) 3061-9754; *Rio Grande do Sul*: (051) 343-8423. Fax: (051) 337-4262

**CIRCULAÇÃO**
**EDITORA FGV**

*Editora executiva*
Alzira Alves de Abreu

*Gerente comercial*
Carlos Hamilton Rocha

*Serviço de Vendas*
Praia de Botafogo, 190 s/607, CEP 22253-900 ou Caixa Postal: 62.591, CEP 22252-970, Rio de Janeiro, RJ, tel.: (0800) 21-7777

*Livrarias*
*Rio de Janeiro*
Livraria J. Carneiro Felipe
Praia de Botafogo, 188
tel.: (021) 536-9105

*São Paulo*
Livraria Faria Lima
Av. Nove de Julho, 2.029
tel.: (011) 281-7875.

**Visite Nossa Home Page**
**http://www.fgv.br**

*As cartas dos leitores devem ser dirigidas a* Agroanalysis – *Praia de Botafogo, 190, sala 813, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900, fax: (021) 536-9207*


**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável


**Presidente fundador:**
Luiz Simões Lopes

**Presidente:**
Jorge Oscar de Mello Flôres

**Diretor-geral:**
José Afonso Barbosa

**CONSELHO DIRETOR**

**Presidente:**
Jorge Oscar de Mello Flôres

**Vogais:**
Celina Vargas do Amaral Peixoto, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcilio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos, Roberto Paulo Cezar de Andrade.

**Suplentes:**
Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Daniel Dantas, Eugenio Emilio Staub, Gilberto Dupas, Oswaldo Antunes Maciel, Pedro Leitão da Cunha.

**CONSELHO CURADOR**

**Presidente:**
Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio

**Vice-presidente:**
Armando Klabin (Klabin, Irmãos & Cia.)

**Vogais:**
Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S.A.), Associação de Banco do Estado de São Paulo, Banco Crédit Commercial de France S.A., Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Féiix de Buihões (S.A. White Martins), Gustavo de Sá e Silva (Estado de São Paulo), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) José Ephim Mindlin, Marcos A. Magalhães (Philips do Brasil Ltda.), Mário Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S.A.) Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragaz S.A.), Sergio Franklin Quintella, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro, Theodoro Arthou.

**Suplentes:**
Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.) Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Garantia S.A.), Lineu de Paula Machado (Banco Boavista S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga (Icatu Empreendimentos e Participações S.A.), Patrick de Larragolti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes – Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco da Bahia Investimentos S.A.), Roberto Duailibi (DPZ Propaganda S.A.)

**CONSELHO CONSULTIVO**

Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Eliezer Baptista, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais).

**INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA**

**Diretor:**
Antônio Salazar P. Brandão

*Banco de Dados – IBRE* – Salomão L. Quadros da Silva

*Centro de Estudos Agrícolas* – Ignez Vidigal Lopes

*Centro de Estudos das Empresas* – Sergio Gustavo S. da Costa

*Centro de Estudos de Economia e Governo* – Lia Valls Pereira

*Centro de Estudos de Preços* – Paulo Sidney de Melo Cota

*Centro de Estudos Tendenciais* – Eden Gonçalves de Oliveira

*Revista Conjuntura Econômica* – Lauro Vieira de Faria

## Nesta edição


pág. 9 *Especial:*
*Renda das lavouras*: melhorar, melhorou... mas e depois?

pág. 11 *Extra!*
A saída é aumentar a demanda 11
De Minas ou do Mercosul? 13
Renda para o terceiro milênio 16

pág. 18 *Conjuntura do agribusiness:*
Castanha de caju 18
Milho 20
Soja 21
Café 23

pág. 25 *Internacional*
Safra de grãos cresce pouco

pág. 26 *Preços agrícolas*
Trinta anos de queda

pág. 28 *Estatísticas agropecuárias*

pág. 32 *Índice FGV - Iabag*
Matérias-primas em alta

pág. 33 *Sínteses do IBGE*
Até agora, tudo bem

pág. 34 *Oferta & demanda*
Cresce a produção chinesa de ovos

pág. 35 *Legislação*
Incentivos à exportação II

pág. 40 *Panorama*

pág. 44 *Janela aberta*
com a professora da Unesp Lídia Almeida Barros


## Carta verde

# Apagar incêndios

A década de 90 já começa a se encerrar e podem ser vislumbrados avanços, recuos e contradições por que passou a agricultura brasileira. Destacam-se os fatos de que a mesma estabilização que permitiu o crescimento do consumo de alimentos engendrou os juros que asfixiam as atividades produtivas e que o ritmo da abertura da economia do país foi freqüentemente inadequado e danoso para muitas cadeias agrícolas.

Neste antepenúltimo ano da década, o governo federal deverá encaminhar pelo menos três pontos essenciais para o conserto de equívocos e erros do passado recente: as dívidas dos agricultores não contemplados pela securitização em 1996, a recuperação das cooperativas agropecuárias, agentes essenciais para o desenvolvimento do país e maior atenção para os problemas fundiários. O maior cuidado com o quê e o quanto se importa, recentemente posto em prática, também interessa vivamente ao setor, que foi pioneiro no teste do *choque de competitividade*.

Nesta edição de *Agroanalysis* o tema em destaque é justamente a renda agrícola, analisada pela professora Maria José Cyhlar Monteiro comentada por Luiz Haffers, presidente da Sociedade Rural Brasileira, nosso entrevistado.

O aumento médio de 5,2% na renda do setor é um indicador positivo, mas como todas as médias esconde mais do que expõe, podendo, às vezes, ocultar exatamente o essencial. De fato, as duas matérias, artigo e entrevista, apresentam bem esta questão, uma vez que, dos 21 produtos observados, 12, que incluem as lavouras de exportação, ampliaram suas receitas, mas os outros nove, que incorporam os da cesta básica, declinaram.

O desestímulo que isso representa é grave e chega a ser perigoso, por envolver, mais uma vez, o calcanhar-de-aquiles da sociedade brasileira, a persistência da pobreza em uma terra rica em recursos naturais e humanos, que leva o país a ser conhecido mundialmente como "campeão em negligência social", nas palavras de Eric Hobsbawn.

Evidentemente, não há fórmulas fáceis para a superação deste problema. Entre as alternativas estudadas pelo Fórum Nacional da Agricultura, por exemplo, está a desoneração dos tributos incidentes sobre a cesta básica. Seria uma excelente medida compensatória, capaz de promover aumento real e global da renda, beneficiando todas as cadeias, a partir do pequeno produtor rural. Pena que não saia do rol das boas intenções.

Como se pode ler na entrevista de Luiz Haffers, os incêndios "nunca foram apagados, eram controlados". É hora de se formarem brigadas antiincêndio, com a participação de todos os interessados, para que o próximo século se inicie sem nem mesmo a lembrança das brasas.

# Eventos & informações

## Novo logotipo da Monsanto

O novo posicionamento no mercado levou a Monsanto, de origem americana, presente inclusive no Brasil, a trocar a tradicional marca de seus 97 anos de existência. Objetivo: simbolizar a transição para uma nova empresa voltada para as ciências da vida.

## Anuário Milkbizz

Em junho, o *Anuário Milkbizz* entrará em circulação pelo terceiro ano consecutivo. Mais informações na Editora Milkbizz, tel. 011 2249445 e fax 011 2219881.

## Tropical Forest Foundation (TFF) da Caterpillar recebe doação

A organização internacional TFF, sem fins lucrativos, recebeu doação da International Tropical Timber Organization para ampliar os esforços de treinamento na América Latina e no Caribe. Informações: tel. 019 4292244 ou e-mail Assessoria_Imprensa @CAT.com

## Sotreq lança aluguel de equipamentos

A Sotreq, revendedora de equipamentos pesados, oferece o programa internacional da Caterpillar Rental Services. Informações pelo tel. 021 2608182, pelo fax 021 2603925 ou pela Internet: http:// www.sotreq.com.br

## Pfizer – Saúde animal

A Pfizer lança produtos e lança sua nova estratégia de *marketing* e novas tecnologias. Mais informações: tel. 011 2806400 ou pelo e-mail texto@nutecnet.com.br

## Febre aftosa – Preços da vacina voltam aos níveis de 1996

Cumprindo o Programa Nacional de Vacinação do Ministério da Agricultura, as vacinas contra a aftosa estarão disponíveis aos preços de dois anos atrás. Informações: tel. 011 2806400 ou pelo e-mail texto@nutecnet.com.br

## Silagem – Melhores resultados

A Híbridos Especiais Colorado de Orlândia (SP) oferece silagem de melhor qualidade a custos mais baixos. Informações: tel. 011 2806400 ou pelo e-mail texto@nutecnet.com.br

## UMC participa do Projeto Genoma

Pela primeira vez um país não-desenvolvido entra na pesquisa sobre genoma. A Universidade de Mogi das Cruzes foi escolhida pela Fundação de Amparo à Pesquisa para isso. Mais informações: tel. 011 47987067 e 011 8207958 ou e-mails lide@totalnet@com.br ou lide@ensino.net

## Notícias da Embrapa

O informativo *Em Pauta* nº8, da Embrapa, explica sistemas de manejo florestal que permitem produzir madeira sem devastar, entre outras notícias. Também da Embrapa chegam informações sobre novas variedades de manga resistentes a doenças e sem fiapos, da Embrapa Cerrados. Mais detalhes, tel. 061 3891171, ramais 2309 ou 2505.

## Congresso e Exposição Internacional de Automação

O XVIII Conai 98 acontece de 5 a 7 de maio no Palácio das Convenções do Anhembi, SP. Informações: T&C Comunicações, tel. 011 30647029 e 011 8813241 e e-mail tccom@sucesusp.com.br

## Vetshopping – a vitrine virtual dos veterinários

Para consultas ou cadastramento: http://www.vetshopping.com.br

1º Nutr@n – Workshop e Feira sobre Nutrição Animal

De 23 a 24 de maio, em Niterói, com entrada franca para pessoas ligadas à área. Fax 021 2638479. E-mail eventos@berin.com.br

## Agroceres e Perdigão em parceria

Pelo Projeto Buriti, em Rio Verde, GO, as empresas fecham contrato de 10 anos para fornecimento de Matrizes Híbridas de Suínos para o Complexo Agroindustiral. A Agroceres pretende repor 75% das matrizes suínas do Complexo. As operações se iniciam no final de 1999. Informações: 011 2228522.

## Festo – Automação no setor canavieiro

Soluções para todas as etapas do processo. Informações: tel. 011 5364966; fax 011 5364860.

## Sebrae e MICT lançam programa de apoio ao artesanato

Programa visa ao desenvolvimento permanente, à mão-de-obra etc. Informações: 061 3487262.

## 1997 foi um bom ano para a Agrale

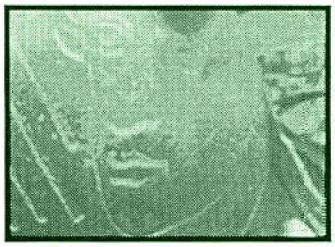
A empresa lança agora novos tratores com tecnologia Zetor. Informações: 011 2476766. Internet: http://www.secco.com.br

ESPECIAL

RENDA DAS LAVOURAS

# Melhorar, melhorou... mas e depois?

Maria José Cyhlar Monteiro



*Não há dúvida de que melhorou a situação dos agricultores no ano passado. Só que a crise no Sudeste asiático estava apenas começando, e boa parte da renda dos produtos depende das vendas ao exterior.*

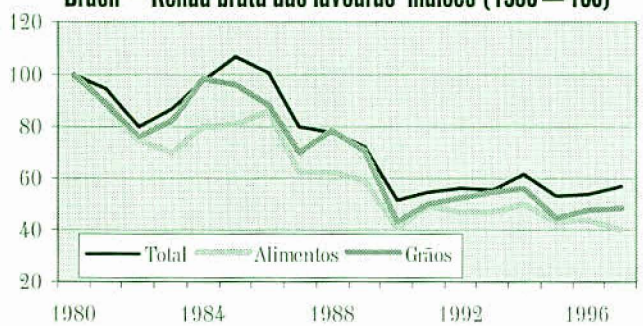
Os resultados preliminares das estatísticas relativas a 1997 são satisfatórios. A renda bruta gerada por um conjunto de 21 dos principais produtos das lavouras brasileiras teve uma expansão de 5,2% em comparação com o ano anterior. Este é o melhor resultado desde 1994, quando esse mesmo indicador foi de 11%. Ainda assim, a renda bruta auferida em 1997 ficou 7% abaixo da obtida naquele ano.

O produto real das lavouras[1] aumentou 1,7%, indicando que no ano passado o crescimento da renda bruta foi em boa parte decorrente de uma melhoria nos preços recebidos.

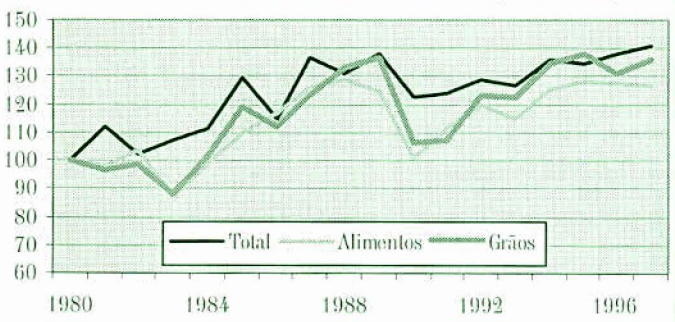
Dos produtos observados, 12 (mamona, cebola, uva, sisal, cacau, soja, laranja, café, em coco, fumo em folha, batata-inglesa, amendoim em casca e cana-de-açúcar) registraram aumento na renda gerada, mas outros nove apresentaram declínio (feijão, arroz em casca, mandioca (raiz), algodão em caroço, milho, tomate, banana, tri-



**Brasil – Renda bruta das lavouras índices (1980 = 100)**




**Brasil – Produto real das lavouras – índices (1980 = 100)**



go e pimenta-do-reino).

Nos dois subconjuntos habitualmente destacados nesse tipo de análise – alimentos básicos e cereais, leguminosas e oleaginosas (os chamados grãos) –, houve substancial declínio na renda gerada pelo primeiro (-7,3%), enquanto que no segundo essa renda se manteve praticamente igual à do ano anterior (0,7%).

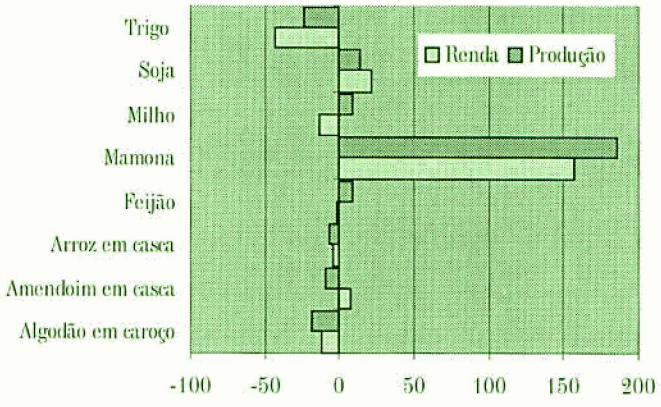
Esses resultados não surpreendem, de vez que os preços do arroz e do milho têm se mantido extremamente baixos nos últimos anos. É também verdade que dois outros produtos do grupo alimentos básicos registraram evolução positiva: a cebola e a batata-inglesa, mas trata-se de produtos com pequena participação no total da renda gerada e sujeitos a intensas oscilações periódicas.

*Boa parte da recuperação da renda em 1997 foi devida aos aumentos de renda de produtos como o café, o fumo em folha e a laranja.*

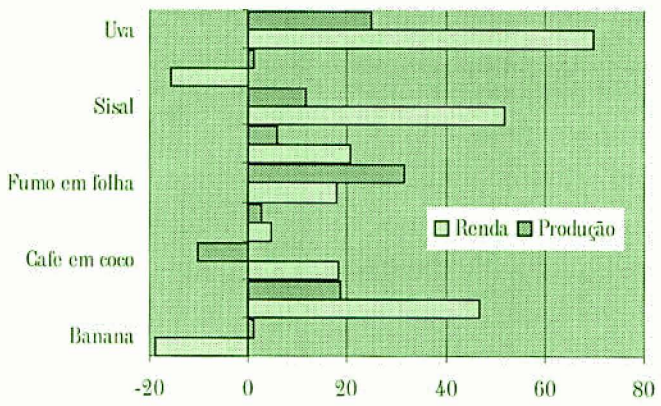
Os resultados negativos do arroz e do milho promoveram a redução do plantio da safra a ser colhida este ano. Outro produto que contribuiu fortemente para os resultados negativos do agregado foi o trigo, cuja renda diminuiu 43% em 1997.

Para cereais, leguminosas e oleaginosas, os resultados altamente positivos registrados pelos sojicultores (cuja renda teve expansão de 22%) foram anulados pela queda na renda auferida pelos plantadores de algodão, feijão, milho e trigo. Ou seja, boa parte da recuperação da renda agrícola no ano que passou foi devida aos aumentos da renda de produtos como o café, o fumo em folha e a laranja.

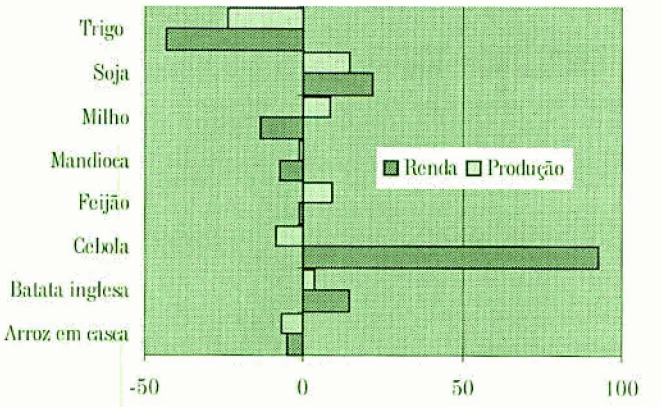
**Brasil, 1997 – Evolução da renda bruta e da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas (%)**




**Brasil, 1997 – Evolução da renda bruta e da produção de lavouras selecionadas (%)**




**Brasil, 1997: Evolução da renda bruta e da produção de alimentos básicos (%)**




Como o cálculo dessa renda é derivado da multiplicação da produção pelo preço médio anual, depreende-se que as variações podem ser conseqüência de alterações da produção ou dos preços ou de ambas as variáveis.

Nos casos de aumento da renda bruta, houve incrementos tanto de produção quanto preços, na maioria das vezes. Apenas fumo em folha e mamona registraram um aumento de produção que compensou a queda dos preços. Já para o café foi o aumento dos preços que permitiu o aumento da renda, a despeito da redução da colheita.

Dos produtos cuja renda bruta caiu, observa-se que para algodão, arroz e pimenta-do-reino os aumentos de preço não foram suficientes para compensar a queda na produção e nos casos da mandioca e do trigo houve tanto queda de produção quanto de preços.

Nos demais produtos a renda bruta declinou em função da queda dos preços. Em suma, os resultados de 1997 apontam para uma melhora da situação dos agricultores, fato confirmado pela expansão das compras de insumos: as vendas de máquinas automotrizes para a agricultura aumentaram 50% e as de fertilizantes 5%. Mas ainda não se tinham feito sentir os impactos negativos da crise do Sudeste asiático. Como a soja é um dos produtos que lideraram as intenções de plantio da safra de verão (cuja colheita se aproxima) e como vários dos produtos que lideraram a expansão dependem em boa medida das vendas externas, ainda não se sabe se a recuperação vai persistir.

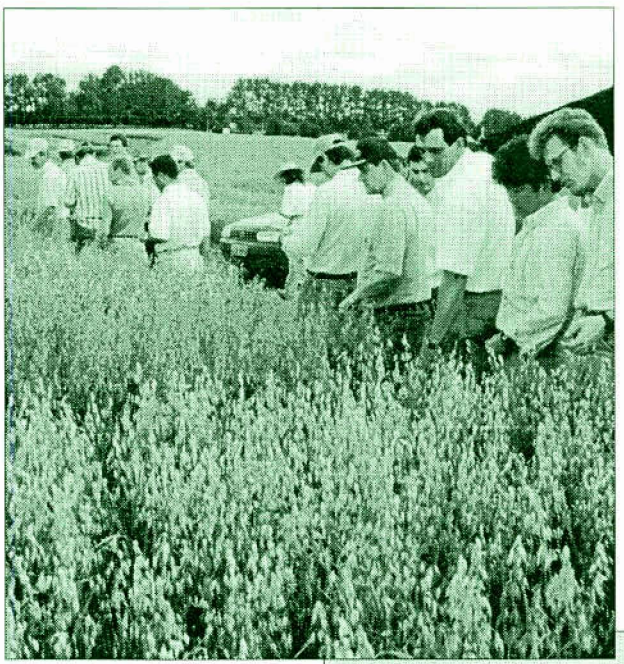
*[1]Conceito que procura antecipar o cálculo do PIB real e que consiste no cálculo da produção física de um dado ano ponderada pelos preços obtidos em um ano censitário. Aqui é o agregado da produção dos anos de 1996 e 1997 ponderado pelos preços do Censo Agropecuário de 1985.*

AVEIA

# A saída é aumentar a demanda

*É necessário uma mudança nos hábitos alimentares dos brasileiros, com maior consumo de alimentos matinais à base de aveia. Outra possibilidade é o país exportar o cereal. Capacidade é o que não falta.*

Juliano Luiz de Almeida



*Dia de campo sobre novas cultivares de aveia branca realizado na Fundação Agrária de Pesquisa Agropecuária, em Entre Rios, Guarapuava, PR.*



*Lavoura de aveia em Entre Rios, Guarapuava, PR.*

Há evidências de que a aveia tenha entrado no Brasil via Rio Grande do Sul, pela ação dos espanhóis que colonizaram o Uruguai e a Argentina. As primeiras referências ao cultivo do cereal em solo pátrio datam do início da década de 30. As estatísticas de área cultivada e de produção no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul começaram a ser produzidas em 1938. Embora a área cultivada e a produção tenham crescido através das décadas, só em 1992 agricultores e cooperativas brasileiras foram capazes de atender a 100% da demanda industrial local. Vale dizer que até 1985 toda a aveia utilizada pela indústria alimentícia brasileira precisava ser comprada do Uruguai e da Argentina.

Embora o Brasil não seja conhecido mundialmente como potencial produtor de aveia, a área semeada e colhida aumentou sensivelmente até 1994, segundo o IBGE. Nos dois anos seguintes área e produção estabilizaram-se em menos de 170 mil hectares e 200 mil toneladas. Há uma explicação para as baixas produtividades obtidas até então. É que o instituto considera área colhida de grãos a soma das duas espécies do produto (a branca, *avena sativa*, e a preta, *avena strigosa*). E a aveia preta, embora ocupando maior área, tem potencial de produção bem mais baixo que o da branca.

Atualmente há expectativa de mais produção, via aumento de produtividade nas regiões que anualmente vêm incrementando seu potencial produtivo, como Vacaria e Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, e Mauá da Serra e Guarapuava, no Paraná. Se isso se confirmar, até o final da safra de inverno de 1997 a produção poderá alcançar os níveis atingidos em 1992 (280 mil toneladas).

## *No Paraná predomina a aveia branca*

Os agentes encarregados das estatísticas dos três estados do Sul utilizam diferentes metodologias na coleta de informações sobre a produção do produto. A secretaria de Agricultura do Paraná, por exemplo, considera as duas espécies de aveia no que chama de área colhida de grãos. Existe a projeção de que 56 mil hectares de aveia branca serão colhidos até o final da safra de inverno de 1997. A área de aveia preta remanescente, de aproximadamente 75,3 mil hectares, será utilizada para a obtenção de sementes. No entanto, grandes áreas estão mudando da aveia preta para a branca, principalmente no Norte do estado, por conta da inauguração no início do ano passado de uma nova indústria processadora do produto para consumo humano, no município de Mauá da Serra.

Na safra de inverno de 1997 foram cultivados 45 mil hectares de aveia branca, com uma projeção de produção de 90 mil toneladas. Deste total, 70 mil estão sendo adquiridas pela indústria S. L. Alimentos. Para atender à demanda, a indústria está fomentando a cultura da espécie por meio de contratos de compra e de assistência técnica. Ou seja, há

## Brasil – Aveia: área semeada, área colhida, produção e rendimento de grãos, 1990 a 1997

| Ano | Área semeada (ha) | Área colhida (ha) | Produção (t) | Rendimento (kg/ha) |
|---|---|---|---|---|
| 1990 | 202.311 | 193.200 | 177.760 | 920 |
| 1991 | 274.166 | 265.081 | 230.423 | 869 |
| 1992 | 284.375 | 284.025 | 297.361 | 1.047 |
| 1993 | 270.286 | 268.018 | 262.816 | 980 |
| 1994 | 310.180 | 281.545 | 260.995 | 927 |
| 1995 | 172.565 | 165.179 | 180.880 | 1.095 |
| 1996* | - | 147.110 | 196.279 | 1.334 |
| 1997* | - | 189.390 | 283.223 | 1.495 |

Fonte: IBGE. * Projeções.

## Paraná – Aveia branca: sementes de 1996 vendidas antes da safra de inverno de 1997

| Cultivar Aveia branca | Quantidade | Subtotal (%) | Cultivar Aveia preta Comum black | Quantidade (kg) | Total (kg) |
|---|---|---|---|---|---|
| IAC-7 | 1.767.920 | 61,37 | | 5.691.425 | |
| UPF-7 | 2.160 | 0,07 | | | |
| UP-15 | 229.440 | 7,96 | | | |
| UP-16 | 205.400 | 7,13 | | | |
| UFRGS-14 | 215.640 | 7,48 | | | |
| UFRGS-15 | 332.280 | 11,53 | | | |
| UFRGS-16 | 18.000 | 0,62 | | | |
| UFRGS-18 | 109.960 | 3,82 | | | |
| Subtotal | 2.880.800 | 100,00 | | 5.691.425 | |
| % do total | 33,6 | | | 66,4 | 8.572.225 |

[1]Fonte: Seab/Defis – Secretaria de Agricultura e do Abastecimento – Depto. de Fiscalização – 1997.

## Rio Grande do Sul – Aveia branca: sementes produzidas, 1996

| Cultivar Aveia branca | Quantidade (kg) | Subtotal (%) |
|---|---|---|
| CTC - 1 | 28.260 | 0,24 |
| CTC-185-B17 | 17.980 | 0,15 |
| CTC-3 | 115.060 | 0,98 |
| CTC-5 | 6.950 | 0,06 |
| IAC-7 | 40.000 | 0,34 |
| UFRGS-7 | 329.280 | 2,79 |
| UFRGS-10 | 83.000 | 0,70 |
| UFRGS-14 | 378.430 | 3,21 |
| UFRGS-15 | 158.400 | 1,34 |
| UFRGS-16 | 456.340 | 3,87 |
| UFRGS-17 | 113.750 | 0,96 |
| UFRGS-18 | 32.570 | 0,28 |
| UPF-7 | 1.461.050 | 12,39 |
| UPF-14 | 462.690 | 3,92 |
| UPF-15 | 860.480 | 7,30 |
| UPF-16 | 6.712.830 | 56,91 |
| UPF-17 | 537.480 | 4,56 |
| Total | 11.794.550 | 100 |

Fonte: Ministério da Agricultura e do Abastecimento – MAA. Delegacia Federal de Agricultura no RS – . DFA/RS – Serviço de Produção Vegetal – SPV. Elaboração: R.C. Rosinha. Embrapa-Sementes Básicas, CP 569, Passo Fundo, RS.

uma tendência de aumentar a produção e a produtividade da espécie no Paraná.

Outra importante região de cultivo de aveia branca no estado é o município de Guarapuava, onde a Cooperativa Agrária Mista Entre Rios fincou suas bases. Na última safra de inverno, 8,1 mil hectares da espécie foram cultivados para produção de grãos para consumo humano. Embora a oferta de aveia branca de boa qualidade esteja aumentando no Rio Grande do Sul, a cooperativa paranaense ostenta a posição de maior fornecedor da tradicional indústria Quaker Alimentos, de Porto Alegre.

Das sementes de aveia produzidas no inverno de 1996 e comercializadas antes da semeadura da safra de inverno de 1997 no Paraná, o cultivar IAC-7 teve o melhor desempenho (61,37%), seguido pelo UFRGS-15 (11,53%) e pelo UPF-15 (7,96%). Os cultivares da UFRGS representaram 23,45% do total de sementes comercializadas, ao passo que os da UPF ficaram em 15,16%.

O Instituto Cepa, responsável pelas estatísticas agrícolas de Santa Catarina, também considera as duas espécies do produto na área colhida de grãos. Mas cultiva-se mais a aveia preta no estado. Por isso a espécie representa a totalidade da área de colheita e é utilizada para a obtenção de sementes. Em Campos Novos, na região do Meio-Oeste, e em Xanxerê e Abelardo Luz, no Oeste, o produto é cultivado para forragem e adubação.

### *Rio Grande do Sul pode perder posição*

Até a safra de inverno de 1996 o Rio Grande do Sul foi o principal produtor de aveia branca no país e também o detentor da maior área cultivada. Entretanto, o quadro tende a mudar este ano. Enquanto o estado tem uma estimativa de área colhida de 45,4 mil hectares de aveia branca, o Paraná projeta 56 mil hectares para esta safra de inverno. Se as projeções se confirmarem, o Paraná vai se tornar o principal estado produtor de grãos de aveia branca.

Diferentemente de Paraná e Santa Catarina, o serviço de estatísticas agrícolas do Rio Grande do Sul considera apenas a espécie branca na área colhida de grãos. O produto é cultivado principalmente na região do Planalto, localizada ao Norte do estado. Quase toda a aveia branca cultivada nos municípios de Passo Fundo, Lagoa Vermelha e Vacaria é destinada à produção de grãos. A maior parte desses grãos é consumida nas

**Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – Aveia: área colhida,[1] produção[2] e rendimento[3] de grãos, 1990 a 1997**

| | Paraná | | | Santa Catarina | | | Rio Grande do Sul | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ano | Área (kg/ha) | Produção (ha) | Rendimento (t) | Área (kg/ha) | Produção (ha) | Rendimento (t) | Área (kg/ha) | Produção (ha) | Rendimento (t) |
| 1990 | 31.537 | 34.317 | 1.088 | 9.850 | 12.287 | 1.247 | 147.788 | 127.622 | 864 |
| 1991 | 70.473 | 74.096 | 1.051 | 14.395 | 18.161 | 1.262 | 178.617 | 136.075 | 762 |
| 1992 | 66.672 | 67.184 | 1.008 | 9.840 | 10.939 | 1.112 | 201.653 | 217.160 | 1.077 |
| 1993 | 55.148 | 52.171 | 946 | 8.440 | 8.165 | 967 | 213.380 | 200.641 | 940 |
| 1994 | 55.252 | 67.522 | 1.222 | 12.440 | 13.801 | 1.109 | 208.232 | 175.956 | 845 |
| 1995 | 100.000 | 111.000 | 1.110 | 12.755 | 11.368 | 891 | 57.746 | 47.378 | 820 |
| 1996 | 84.175 | 113.000 | 1.342 | 14.255 | 12.302 | 863 | 45.454 | 69.148 | 1.521 |
| 1997* | 131.470 | 172.500 | 1.312 | 15.595 | 18.430 | 1.182 | 45.455 | 70.354 | 1.548 |

[1] Fonte: Seab/Deral – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – 1997 (aveia branca e preta para produção de grãos).

[2] Fonte: IBGE – Instituto Cepa – 1997 (aveia branca e preta para produção de grãos).

[3] IBGE, 1990-97 (aveia branca para produção de grãos). *Projeção.

propriedades para alimentar gado leiteiro e de corte, durante o verão, quando as áreas destinadas às pastagens de inverno ficam ocupadas para o cultivo da soja e do milho. Ainda assim, alguns dos melhores produtores da região estão se tornando altamente competitivos ao produzirem aveia branca de ótima qualidade para consumo humano.

Das sementes produzidas no inverno de 1996 no Rio Grande do Sul, a UPF-16 foi a que teve maior disponibilidade no ano seguinte, já que totalizou 56,91% do total de sementes de aveia branca produzidas na safra anterior. Os cultivares da UPF representaram 85,08% do total de sementes produzidas, enquanto os da UFRGS responderam por 13,15%.

## *Aumentar a demanda*

Com a retomada de crescimento da área de aveia branca para grãos e com os resultados dos investimentos realizados na última década em pesquisa varietal e de manejo (que vêm proporcionando aumento de produtividade), está ocorrendo um expressivo aumento na produção de grãos de aveia branca no país. Esse excesso de oferta aumenta a competição entre os produtores para o fornecimento de grãos a indústrias e haras, com conseqüente queda nos preços pagos. Os preços atualmente recebidos (que estão abaixo do custo de produção) não motivam o produtor a cultivar o cereal na próxima safra de inverno de 1998.

O aumento da demanda de aveia para consumo humano abriria uma perspectiva de aumento de produção. Para isso, seria necessário não só aumentar a renda, mas uma mudança nos hábitos alimentares dos brasileiros, com maior consumo de cereais matinais, biscoitos e pães que tivessem na sua composição flocos, farelo e farinha de aveia. Outra possibilidade seria o país exportar o cereal para países tradicionalmente consumidores, pois já tem capacidade produtiva e tecnológica. Mas é importante que os agricultores se organizem em associações, a exemplo dos produtores do Canadá e dos EUA, para que possamos viabilizar um crescimento sustentado desta importante cultura para o Sul do Brasil.

*Pesquisador na Fundação Agrária de Pesquisa Agropecuária – Fapa*
*E-mail: Juliano@agraria.com.br*

LEITE

# De Minas ou do Mercosul?

*Uma avaliação da competitividade do leite do Sul/Sudeste de Minas Gerais em relação ao leite importado da Argentina, comparados os custos de produção sob diferentes sistemas.*

Maria Helena Vilhena Reis
Ricardo Pereira Reis
Antônio João dos Reis

A cadeia agroindustrial brasileira do leite é uma das mais sensíveis à integração Mercosul, pois abre um mercado em situação de igualdade para países com diferentes condições de produção e produtividade. Em 1996 a produção nacional de leite atingiu cerca de 19 bilhões de litros, enquanto a Argentina produziu 8,7 bilhões. No mesmo ano, o Brasil necessitou importar 12% além do que produziu, tendo o Mercosul tido uma participação significativa nesta importação. Segundo dados da Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación (1997), apesar de o principal destino do leite argentino ser o mercado interno, no período 1991-96 as exportações representaram aproximadamente 7% da produção doméstica. Em 1996, o Mercosul adquiriu 80,1% das exportações de lácteos argentinos dos quais 87,6% foram destinados ao Brasil.

A produtividade e a qualidade do rebanho aliadas a fertilidade dos solos e manejo de pastagens são algumas das características que permitem aos produtores argentinos produzirem a custos significativamente

## Composição do custo total da atividade leiteira na Argentina US$/l – 1995

| *Discriminação* | *Custo padrão corrigido* |
|---|---|
| Custo variável | 0,14 |
| Custo fixo | 0,04 |
| Custo total do leite | 0,18 |

Fonte: Araújo (1994), adaptado pelos autores.

## Composição do custo total da atividade leiteira para diferentes níveis de produtividade

Sul e Sudeste de Minas Gerais – US$ – 1995

| | *Nível de produtividade*[1] | | |
|---|---|---|---|
| *Discriminação* | *Nível* | *Média* | *Alta* |
| Custo variável | 0,18 | 0,16 | 0,16 |
| Custo fixo | 0,18 | 0,13 | 0,12 |
| Custo total do leite | 0,36 | 0,29 | 0,28 |

[1]Baixa produtividade: 4,2l/vaca/lactação/dia; média produtividade: 5,7l/vaca/lactação/dia; alta produtividade: 10,7l/vaca/lactação/dia.

## Custo de internalização do leite argentino, custo interno intermediário

| | |
|---|---|
| Preço FOB (US$/l.) | 2.050 |
| Frete (US$/l.) | 102 |
| ICMS na fronteira (US$/l) | 369 |
| Guia import./carta de abertura de crédito(US$/l.) | 41 |
| Outras taxas (US$/l.) | 20 |
| Custo total de internalização (US$/l) | 2.582 |

| | *Nível de produtividade*[1] | | |
|---|---|---|---|
| | *Baixo* | *Médio* | *Alto* |
| Custo interno ao produtor (US$/l) | 0,36 | 0,29 | 0,28 |
| ICMS (US$/l) | 0,03 | 0,02 | 0,02 |
| Margem de processamento (US$/l) | 0,15 | 0,11 | 0,11 |
| Custo de transporte (US$/l) | 0,03 | 0,02 | 0,02 |
| Custo interno intermediário (US$/l) | 0,44 | 0,33 | 0,32 |
| CPN | 1,33 | 1,00 | 0,96 |

[1]Baixa produtividade: 4,2l/vaca/lactação/ dia
Média produtividade: 5,7l/vaca/lactação/ dia
Alta produtividade: 10,7l/vaca/lactação/dia

menores que os brasileiros. Para cada litro de leite produzido em Minas Gerais produzem-se, em média, 2,1l na Argentina.

Minas Gerais representa cerca de 30% da produção nacional, e a atuação do Mercosul está provocando efeitos diferenciados entre grupos de produtores mineiros, em razão das desigualdades técnicas e econômicas dos sistemas de produção.

Para avaliar a competitividade do leite produzido no Sul/Sudeste de Minas Gerais em relação ao leite importado da Argentina, foram comparados os custos de produção do leite sob diferentes sistemas. A seguir estimou-se o custo da internalização do leite em pó argentino no mercado mineiro. Com a estimativa do custo interno intermediário, que representa o preço do leite fluido produzido em Minas na plataforma da usina, foi feito o cálculo do coeficiente de proteção nominal do leite, variável econômica utilizada para medir a competitividade do produto.

O custo de internalização foi calculado somando o preço FOB do leite industrial, frete, ICMS na fronteira, guia de importação, carta de abertura de crédito e outras taxas. O produto importado é o leite em pó desnatado da Argentina em 1995, 1kg de leite em pó correspondendo a 9,5l de leite fluido. Agregou-se a margem de 20% para cobrir os custos de industrialização, embalagem e adição de gordura no leite em pó importado. Como o ICMS na fronteira corresponde a 18% do preço do produto e o frete a 5%, a guia de importação e a abertura de crédito foram de 2% e o valor de outras taxas chegou a 1% do preço do leite.

O custo interno intermediário é formado pelo custo interno ao produtor, a alíquota do ICMS, a margem de processamento e a margem de transporte da fazenda até a usina. Para se estabelecer o custo interno ao produtor, considerou-se o custo de produção da atividade leiteira estimado através do estudo de 60 fazendas produtoras de leite localizadas no Sul e Sudeste de Minas Gerais.

O imposto indireto é a alíquota de 7% para o leite fluido e refere-se ao ICMS de Minas Gerais para circulação de mercadoria dentro do próprio estado, conforme Decreto 32.535 (Minas Gerais, 1991), o que foi adicionado ao custo interno ao produtor.

O leite fluido com 3% de gordura apresenta, em média, uma margem de processamento de 39,4% sobre o custo interno ao produtor. Esta margem engloba os custos da usina mais o percentual de quebra do leite, e foi utilizada neste estudo.

O custo de transporte está dividido em dois percursos. O primeiro vai da fazenda à usina e o segundo da usina ao distribuidor, mas interessa a este estudo apenas o primeiro que correspondeu a 7% do custo de produção.

Para avaliar a competitividade do leite fluido produzido no Sul e Sudeste de Minas Gerais e na Argentina é preciso calcular o coeficiente de proteção nominal (CPN) utilizando a razão entre o custo interno intermediário e o custo de internalização do produto importado. Um resultado maior que um significa que o custo do produto interno é maior que o custo do produto importado; se for menor, o custo é menor que o do produto internalizado no mercado doméstico e se for igual a um, os custos são iguais.

O custo total de produção da atividade leiteira compõe-se de custo variável total e custo fixo total. Para o primeiro considerou-se o somatório de todos os custos referentes a mão-de-obra, alimentação, medicamento e sanidade, transporte, inseminação artificial, energia e combustível, reparo de benfeitorias, máquinas e equipamentos e a remuneração do capital de giro. O custo fixo total foi estimado através da soma das depreciações de benfeitorias, máquinas, motores, equipamentos, forragens não anuais, animais, impostos e taxas e a remuneração do capital fixo.

Os preços considerados para estimativa dos custos na Argentina foram coletados em junho de 1993, sendo atualizados para dezembro de 1995 através de correção cambial. No caso do Brasil, utilizou-se o custo de produção de dezembro de 1995 na moeda corrente, fazendo-se a conversão para o dólar deste mês pelo câmbio oficial.

## *Produção mais cara em Minas*

Os custos de produção da atividade leiteira para os casos estudados no Sul/Sudeste de Minas estão na tabela 1, e os da Argentina na tabela 2.

Comparando os dados constantes das tabelas 1 e 2, verifica-se que o custo de produção argentino é menor, sendo que os custos variáveis se mostraram 12,5%, 12,5% e 22,2% menores em relação às categorias de alta, média e baixa produtividade em Minas Gerais, respectivamente.

O custo fixo da atividade leiteira argentina também é menor em 66,6%, 69,2% e 77,7%, para as categorias de alta, média e baixa produtividades mineiras, indicando que em Minas Gerais as condições de produção necessitam de maiores investimentos que reduzam os custos fixos, revelando a importância dos ganhos de escala. As instalações para produção de leite na Argentina são relativamente simples e práticas, ao contrário da estrutura pesada da produção mineira.

Na Argentina, o custo total por litro de leite é menor em 35,7%, 37,9% e 50% relativamente aos de Minas Gerais nas faixas de alta, média e baixa produtividades. Assim, ao preço de cada litro de leite produzido no Sul/Sudeste mineiro, para estas mesmas faixas de produtividade correspondem 1,5, 1,6 e 21 na Argentina.

## *Coeficiente de proteção nominal*

O custo de internalização do leite em pó argentino calculado para a região Sul/Sudeste de Minas Gerais foi de US$2,58/kg. A transformação do leite em pó em leite fluido agrega uma margem de custo para a adição de gordura, industrialização e ensacamento equivalente a 20% do preço da matéria-prima. Com isso, o custo total de internalização ficou em US$0,33 por litro de leite fluido.

O custo interno intermediário do leite produzido no Sul/Sudeste de Minas Gerais está também na tabela 3.

O resultado do CPN maior que um revela que só é vantajoso importar leite da Argentina quando o que vem de Minas for produzido com baixa tecnologia, indicada pelo nível de produtividade dos animais. No caso da categoria de média produtividade (CPN=1), é indiferente para a indústria de laticínios mineira processar o leite da região Sul/Sudeste ou o importado. Já o leite mineiro de produtores com alto grau de tecnologia pode competir com o produto importado da Argentina, como indica o coeficiente CPN menor que um.

## *Como sobreviver*

Nos últimos anos, a atividade leiteira vem passando por profundas transformações que começaram com a liberação do preço, antes sob controle do governo. A preocupação com a competitividade provocada pelo Mercosul, o aumento do consumo com a queda da inflação, a necessidade de melhoria da qualidade do produto com o crescimento da coleta a granel e a entrada no mercado de novas regiões de produção, como o leite do cerrado mineiro e goiano, completam a lista de fatores que contribuíram para alterar o panorama desta atividade no país.

Os resultados têm demonstrado que a pecuária leiteira responde muito bem aos ganhos de escala, reduzindo custos à medida que aumenta o volume de produção. Produtores buscando melhorar a qualidade e a produtividade definem o novo perfil de produção e a sua interação com toda a cadeia do leite. Cada vez mais o produtor com escala é disputado no mercado.

A melhora dos indicadores zootécnicos, tornando a atividade especializada, é uma das exigências para que o leite da região Sul/Sudeste de Minas Gerais reúna condições de enfrentar o produto importado da Argentina. Da mesma forma, torna-se importante a profissionalização na pecuária leiteira, para a qual a administração de custos passa a ser uma questão de sobrevivência.

*Parte da dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras (Ufla), pela primeira autora, para obtenção do grau de mestre em administração rural. A primeira autora é zootecnista, mestre em administração rural, professora da Universidade de Tocantins.*
*Os dois restantes são professores titulares do Departamento de Administração e Economia da Ufla, C. Postal 37, 37200-000, Lavras, MG, Fax (035) 829-1442.*
*E-mail: dae@ufla.br*



# Renda para o terceiro milênio

Luiz Antonio Pinazza *

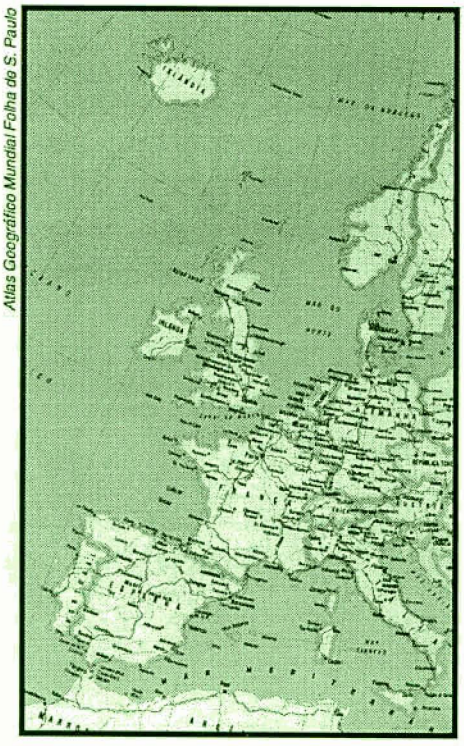
*A Comissão Européia acaba de forjar um pacote de propostas para ser implementado entre 2000 e 2006. Do tipo rolo compressor, os objetivos são reduzir custos. Embora se queira a preservação do estilo de vida das comunidades rurais, os agricultores terão de buscar fontes alternativas de renda dentro ou fora das porteiras das fazendas.*

As Rodadas da Organização Mundial de Comércio e os acordos de comércio regionais, formando os chamados blocos econômicos (que quase duplicaram de 1992 até agora), mostram alguns traços comuns. As matérias ali tratadas requerem análise acurada e consenso, com evolução lenta e gradual, sob um horizonte temporal bem distante. Quase sempre elas evocam títulos diferentes para chamar o futuro.

No caso específico da União Européia, a Comissão Européia acaba de forjar um pacote de propostas batizado de Agenda 2000 para ser implementado entre 2000 e 2006. Seu desdobramento sobre os destinos do *velho continente* será profundo, uma vez que inclui dentre outros assuntos uma reforma substancial no teor e na forma da Política Agrícola Comum (PAC). A linha será dura para sustentar o compromisso pungente "de manter em queda o peso dos gastos com a agricultura no orçamento total" (ver box).

A reformulação da PAC na Agenda 2000 toca particularmente 8 milhões de propriedades agrícolas espalhadas entre as comunidades rurais dos 15 países membros da UE. O projeto leva em conta também a integração futura dos países do Centro-Leste europeu.

Com o declínio da participação do setor agrícola na economia e as dificuldades orçamentárias enfrentadas pela UE o cenário mudou radicalmente nos anos 90. O *lobby* rural terá de buscar outros argumentos e esquecer o passado. A síndrome de buscar a segurança alimentar a qualquer custo para minimizar os riscos de guerras ou adversidades climáticas deixou de existir.



Atlas Geográfico Mundial Folha de S. Paulo

Agora, as políticas públicas tenderão a priorizar os interesses e os anseios de uma sociedade predominantemente urbana. Nesse contexto, a principal indagação é que papéis e funções cumpre à agricultura européia desenvolver?

As pesquisas de opinião junto a consumidores europeus de alimentos, fibras e energéticos apontam uma disparada preocupação com a qualidade e saúde dos produtos, bem como uma emergente consciência em torno da questão ecológica. Outra expectativa importante que a população nutre para com a agricultura diz respeito ao emprego de tecnologias de produção sustentáveis para garantir o equilíbrio dos hábitats e espécies naturais. As medidas para evitar a erosão, desertificação e desmatamento dos solos, bem como a preservação e conservação dos mananciais de água gozam de enorme receptividade.

Frente a tais percepções do eleitorado, os políticos reagem prontamente. As questões críticas ligadas à saúde dos consumidores, a qualidade dos produtos do agribusiness e a preservação do meio ambiente rural estão ganhando muito peso. Nesse efeito-dominó, as comunidades rurais e os produtores devem se preparar e ir ao encontro das aspirações da sociedade.

Enfim, sem muita saída, a PAC enfrenta o desafio de levar a agricultura européia ao encontro dos desejos de seus consumidores. Isso certamente irá torná-la mais orientada para o mercado. Mas para chegar a tal ponto o processo não corre livre e solto: os agricultores terão ânimo maior e correrão nessa trilha se

## *Pacote da reforma da PAC*

### Perdas

- *Cereais: corte de 20% no preço de intervenção*
- *Carne bovina: redução de 30% no preço de intervenção*
- *Leite: corte de 10% no preço suporte*

### Ganhos

- *Aumento da área agrícola contemplada com pagamentos*
- *Maior prêmio para carne bovina e matrizes em amamentação*
- *Novo prêmio para vacas leiteiras*
- *Prorrogação do regime de quota de leite até 2002*

**UE: produção de grãos (milhões de ha e t)**

| Ano | Área (ha) | Produção | Estoque (t) |
|---|---|---|---|
| 1986 | 41,9 | 187,0 | 35,8 |
| 1987 | 41,7 | 179,8 | 34 |
| 1988 | 40,8 | 177,7 | 31 |
| 1989 | 40,5 | 185,6 | 29,1 |
| 1990 | 40,6 | 186,2 | 27,5 |
| 1991 | 39,1 | 184,7 | 33,9 |
| 1992 | 38,9 | 194,0 | 45,1 |
| 1993 | 37,8 | 178,2 | 44,9 |
| 1994 | 34,7 | 175,4 | 34,2 |
| 1995 | 34,5 | 171,0 | 24,1 |
| 1996 | 34,6 | 174,4 | 20 |
| 1997 | 36,7 | 202,5 | 30,6 |

Fonte: USDA.

seus esforços tiverem compensação da sociedade.

Os membros da CE se munem de argumentos. O panorama conjuntural é otimista, a partir da previsão de que em escala mundial o aumento da produção agrícola ficará abaixo do consumo. As projeções mostram também forte incremento de preços nas commodities agrícolas depois de 2006. Para completar, instigam que a UE não pode, de um lado, deixar seus recursos se dissiparem e, de outro, furtar-se à obrigação de contribuir globalmente com produtos de alta qualidade a preços competitivos.

É bem provável que os excedentes exportáveis da UE desapareçam a partir do ano 2000, até mesmo pelo compromisso selado na Rodada Uruguai de limitar os subsídios nas exportações. Mas se os instrumentos da PAC forem estendidos da mesma forma que funcionam hoje para os países do Centro e Leste europeu, os estoques indubitavelmente voltarão a aparecer. Aliás, as estatísticas já revelam um recrudescimento espetacular do tamanho da produção e no *carry-over* em período recente (ver tabela).

Do tipo rolo compressor, os esforços convergem para acelerar e ampliar as reformas realizadas na PAC em 1992, mediante a substituição dos preços-suporte por pagamentos diretos, uma vez que eles são mais eficientes para reduzir o custo: "como o mercado trabalha muitas vezes com preços acima daquele de intervenção, nem sempre se faz mister a compensação da totalidade dos cortes de preços".

No bojo das medidas está o programa de áreas não plantadas – *set aside* –, onde a PAC tenta controlar a oferta e a demanda das commodities agrícolas. Entre as safras de 1993/94 e 1997/98, a área de pousio contemplada no programa sofreu redução de 15% para 5%. Isso significa que maior quantidade de área foi liberada para plantio. Para a temporada 1998/99, alardeia-se que a taxa poderá saltar para 17,5% em face do aumento dos estoques de cereais e oleaginosas.

Achar soluções para equacionar o problema não é tarefa simples. Embora haja perspectiva de aumento na demanda mundial de alimentos, a previsão para algumas commodities agrícolas não é nada promissora na UE. Se a atual política agrícola for mantida, vai se abrir ainda mais o fosso que separa os seus preços internos, muito mais altos, daqueles praticados em nível mundial. E o que é pior, a UE corre o risco de ficar isolada e ir na contramão da OMC caso insista em deixar seus preços suporte altos, enquanto outros países exportadores importantes reduzem subsídios e remodelam suas políticas agrícolas.

Existe uma crença forte de que a maior orientação para o mercado trará alguns efeitos positivos para a UE. Acredita-se que sob um ambiente de menores preços os consumidores serão beneficiados com menores gastos, além do que haverá uma flexibilidade maior através da segmentação do mercado em cima de produtos orgânicos ou com diferenciação de origem. Seguindo nessa direção, tanto a preparação para as discussões da próxima rodada da OMC como o processo de integração dos países do Centro e Leste europeu ficarão mais fáceis.

Muitos produtores e suas organizações expressam posições sumariamente contrárias às reformas. A reação não surpreende e é interpretada como contumaz já que em 1992 também foi assim. A contestação não foi reiterada porque de lá para cá a renda agrícola da UE cresceu, os excedentes foram enxugados e as dotações orçamentárias respeitadas. Ante esses resultados os membros da UE ponderam: por que mudar o plano de vôo?

Na parte operacional a empreitada de reformar a PAC está nas mãos de Frans Fischler, um austríaco criado em uma fazenda na região do Tirol que se tornou ministro da Agricultura da UE em 1995. Com agenda lotada, Frans define como maratona de debates o seu esforço para conseguir consenso entre os 15 ministros de cada país membro da UE.

A idéia é fazer com que as intervenções públicas retornem ao seu papel original, de serem acionadas apenas em eventos extremos. Existem, *a priori*, dois objetivos-chave que a PAC continuará a perseguir: a preservação do estilo de vida das comunidades rurais e a contribuição para a estabilidade da renda.

Sem dar margem à menor dúvida, o fato é que os agricultores terão de buscar fontes alternativas e complementares de renda dentro ou fora das porteiras das fazendas. Todas as oportunidades devem ser investigadas. Entre as atividades que poderão trazer resultados positivos estão os produtos de alta agregação e qualidade, a produção de matéria-prima renovável para fins energéticos e não alimentares, o turismo rural, a preservação da herança cultural e o estilo de vida.

Fatalmente, todo ajustamento estrutural da agricultura tem seu lado dramático, que consiste em provocar um decréscimo de produção e renda *vis-à-vis* os demais setores econômicos. O processo precisa ser dosado e atenuado para não gerar conseqüências muito traumáticas. Da história para o fato basta um pequeno passo; qualquer iniciativa em prol do fortalecimento do desenvolvimento rural é sempre válida e necessária. A CE sugere uma reorganização nos instrumentos de política agrícola, com aplicação de medidas suplementares para programas ligados a meio ambiente, manutenção e formação de paisagens, áreas de descanso, reflorestamento, parques e reservas .

O posicionamento da CE tenta mostrar muita coerência para tratar com o conjunto de ameaças e oportunidades que cerca o ambiente agropecuário da UE, para definir seu posicionamento quanto a políticas agrícolas. O capítulo da Agenda 2000 que trata de agricultura propõe uma estrutura coerente de trabalho, no desafio de encontrar o melhor caminho para o desenvolvimento das atividades rurais. Ainda ao longo de 1998, fatos novos surgirão para avaliar se tal intenção está colhendo resultados práticos.

A Agenda 2000 busca harmonizar uma agricultura moderna com os anseios de uma sociedade desenvolvida e pronta para ingressar no terceiro milênio. Submeter-se à maratona de debates e fazer convergir interesses conflitantes são os grandes desafios de Mr. Fischler, o ministro da Agricultura da UE.

*Gerente de Negócios da Agroceres. Diretor do Instituto de Estudos de Agribusiness da Associação Brasileira de Agribusiness*
*E-mail: pinazza@agroceres.com.br*

ELIANA LEITE

CASTANHA DE CAJU

# Demanda líquida e certa

*Pode parecer estranho, mas o Brasil, grande produtor e exportador, terá de importar castanha* in natura *no próximo ano a fim de continuar atendendo a ávida demanda do mercado mundial de castanha processada. Isto expõe a elevada vulnerabilidade da produção nacional, cultivada em sistema de sequeiro e de baixa produtividade.*

Tradicional exportador de castanha de caju e um de seus maiores produtores mundiais, o Brasil só perde para a Índia, que vende quase o dobro. Nossas exportações anuais atingem atualmente cerca de US$167 milhões. A cultura representa, portanto, uma preciosa fonte de divisas para o país e é um dos principais produtos da economia do Ceará, onde se concentra a maior parte da produção.

Entretanto, ao contrário das estranhas importações de coco – que chamaram a atenção recentemente, primeiro pela origem das transações (de países europeus não produtores) e segundo pelo fato de existir oferta suficiente no Brasil – as importações de castanha parecem estar sendo mesmo necessárias.

A Secretaria de Comércio Exterior (MICT), órgão que controla as operações comerciais externas brasileiras, manifesta no entanto dúvidas quanto a tal necessidade. As indústrias pedem autorização para importar, alegando uma severa quebra de safra justamente num momento de demanda aquecida. Para investigar melhor o fato, a Secex tem enviado missões técnicas ao Nordeste, tentando evitar importações excessivas que causariam aviltamento dos preços, com danos econômicos aos produtores rurais brasileiros.

O IBGE estimou a safra total de 1997 em 125 mil toneladas de castanha, 23,8% menor que a de 1996. No Ceará se concentram 53% da produção. Os demais estados produtores, Piauí e Rio Grande do Norte, entram com 24,2% e 22,6% do total da produção. Os números do IBGE já apontavam quebra de safra de 52% no Ceará, com produção estimada em 41 mil toneladas. Essas estimativas podem ter sofrido algumas alterações, pois foram realizadas em plena safra, que se inicia em setembro de cada ano e se estende até janeiro do ano seguinte, concentrando-se a colheita entre setembro e dezembro.

### Proibidas as exportações de castanha *in natura*

Algumas regras comerciais brasileiras para a castanha explicam a cautela da Secex. A castanha de caju *in natura* é um dos raros produtos de exportação proibida. A proibição acaba funcionando como depressor de preços internos; a exportação do produto *in natura* aumentaria o poder de barganha dos produtores rurais junto às 14 indústrias que compõem o parque processador (ver tabela).

A relação produtor-indústria nesta cadeia agroindustrial é, a exemplo das demais cadeias brasileiras, conflituosa. Na medida em que são poucas as empresas compradoras para um incontável número de produtores rurais, os preços tendem a ser aviltados pelas indústrias. Esta depreciação de preços no nível do produtor, por sua vez, desincentiva melhorias na produção. Resultado: preços desestimulantes, baixo investimento nas lavouras, produção vulnerável e baixa produtividade, fechando um círculo vicioso.

Em 1992, as portarias 04/92 e 27/92 permitiram a até então inédita exportação de castanha *in natura* até um limite de 22 mil toneladas. Tal abertura de mercado foi bastante positiva para o produtor rural, alterando a correlação de forças com as empresas e levando indústria e produtores a combinarem acordos anuais de preços. Depois disso as exportações voltaram a ser proibidas.

O que se quer evitar com uma liberação equivocada de importações de matéria-prima agora é um possível desequilíbrio nesse sistema de forças, ou seja, conceder à indústria permissão para importar matéria-prima mas seguir proibindo as exportações aos produtores rurais, restringindo-lhes as opções de mercado. A conseqüência imediata seria uma forte tendência à depreciação dos preços internos, dificultando o próprio acordo anual de preços. A castanha de caju integra a pauta da PGPM com o instrumento EGF/SOV (empréstimos do governo federal sem opção de venda) tendo como beneficiários produtores, cooperativas e indústriais.

## *Clones de caju 200% mais produtivos*

Variedades recém-lançadas produzem 200% mais que os cultivares comerciais atualmente utilizados.

O processamento utilizado pela indústria de beneficiamento da castanha no Brasil resulta numa elevada taxa de quebra, cerca de 45%. Esta parcela quebrada certamente não será destinada ao mercados internacional (que tem toda uma classificação especial), nem para o mercado interno de alto poder aquisitivo. Será direcionada para confeitarias, padarias, sorveterias, com preços bastante inferiores aos das amêndoas inteiras.

Este índice de perda demasiadamente elevado, considerando-se a já pequena produtividade física das plantações brasileiras, preocupou a pesquisa oficial.

O Centro Nacional de Agroindústria Tropical, da Embrapa, está disponibilizando novos clones de caju de elevada produtividade e um índice bem maior de amêndoas inteiras. São os clones Embrapa 50 e Embrapa 51, cuja produtividade em castanha supera em 200% os clones comerciais atualmente utilizados. Além disso, apresentam um índice de 85% de amêndoas inteiras após a retirada da película na divisão das amêndoas, porque a casca da amêndoa destes clones é mais fina, facilitando o processo de descascamento. A agroindústria passa a contar com amêndoas uniformes em suas características de cor, peso, tamanho e integridade e o produtor terá à disposição um material que não apresenta grandes oscilações em sua produção.

Este importante passo para o aperfeiçoamento desta cadeia agroindustrial alavanca o aumento da competitividade da agricultura nordestina. Todos os elos desta cadeia produtiva têm a ganhar.

## Brasil – castanha de caju – principais empresas exportadoras 1997[1] – US$ mil

| *Empresa* | *Valor* |
|---|---|
| Iracema Indústrias de Caju Ltda. | 28.353 |
| Irmãos Fontele S. A. Com. Ind. e Agricultura | 14.823 |
| Cascaju Agroindustrial S. A. | 14.088 |
| Cia. Industrial de Óleos do Nordeste – Cione | 11.789 |
| Empresa S. A. Construções Navais Pesca e Exportação | 9.986 |
| Siqueira Gurgel S. A. Comércio e Indústria | 8.771 |
| Agroindustrial Gomes Ltda. | 8.482 |
| Cipa – Companhia Industrial de Produtos Alimentícios | 8.097 |
| CEC – Companhia Exportadora de Castanha | 6.664 |
| Usibras – Usina Brasileira de Óleos e Castanha Ltda. | 6.381 |
| A. Ferreira Indústria, Comércio e Exportação | 4.411 |
| Caucaia Industrial de Castanhas Ltda. | 3.770 |
| Europa Industrial de Castanhas Ltda. | 1.637 |
| Maisa Indústria e Comércio S. A. | 1.531 |

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior

[1]Janeiro a outubro de 1997.

## EUA são o nosso grande comprador

Brasil – Exportações de amêndoa de castanha de caju – US$ mil – 1993-96

| *País de destino* | *1993* | *1994* | *1995* | *1996* |
|---|---|---|---|---|
| EUA | 92.069 | 81.810 | 113.105 | 127.758 |
| Canadá e outros | | 11.687 | 14.709 | 17.854 |
| Total | 119.886 | 109.200 | 147.236 | 167.508 |

Fonte: Secex.

# *Afinal, a safra cearense quebrou ou não?*

Lúcio Célio Holanda Paraíba

Paralelamente à fase da colheita, a cultura do caju apresentou uma segunda floração com bom índice de frutificação, possibilitando antever que a safra da castanha do caju ainda não estava definida e poderia ser bem melhor do que a prevista pelas estimativas, sobretudo no referente à safra do Ceará. Ventos periódicos bastante intensos nas zonas de produção, principalmente na região do litoral do Nordeste, causando a queda de flores e frutos; a presença de nuvens e precipitações pluviométricas extemporâneas seguidas de temperaturas elevadas inibiriam a floração, a frutificação e o amadurecimento do fruto, além de criar condições para o aparecimento de pragas e doenças. Mesmo assim, técnicos e produtores acreditavam que as safras do Rio Grande do Norte e do Piauí deveriam ser 30% menores e a do Ceará de 20 a 25% maior do que a estimativa da safra. A produção da castanha de caju do Nordeste poderá ficar entre 121.845 e 124.222t.

As indústrias de beneficiamento do Nordeste dispõem de capacidade instalada para armazenar 248 mil toneladas e beneficiar outras 330 mil de castanhas. Desses totais, somente o Ceará representa 82,2% e 78,2% e os outros dois estados juntos respresentam os restantes 17,8% e 21,8%. Em média, as indústrias de beneficiamento do Nordeste operam entre 50% e 60% da sua capacidade instalada, e como é preciso exportar cerca de 34 mil toneladas de amêndoas, a necessidade de castanhas cruas para atender a demanda ficaria próxima de 149.600t de castanhas cruas, o que representaria um déficit em torno de 27.755t da matéria-prima. Esse déficit será suprido por uma reseva de aproximadamente 31.833t de castanhas, resultante das duas últimas safras (tabela 2) e de um estoque nas mãos dos intermediários estimado em cerca de 12 mil toneladas. Assim não haveria necessidade de importação, salvo se a quebra da safra for maior que a prevista ou para frear os preços do produto.

O preço mínimo da castanha, conforme o acordo celebrado entre produtores e beneficiadores, é de R$0,45/kg. Em algumas regiões do Ceará, no entanto, o produto já alcançou a cotação de até R$0,58/kg no nível do produtor – cerca de 28,8% acima do preço formalizado no acordo. Os beneficiadores acreditam porém que a especulação esteja sendo promovida por intermediários do setor que mantêm o produto em estoque, motivados principalmente pela divulgação das possíveis adversidades que El Niño poderia vir a causar no Nordeste.

*Engenheiro-agrônomo da Secretaria de Planejamento do Estado do Ceará*

### Sindicato dos produtores rurais reconhece escassez

Ambos os segmentos, produtor e processador, se mostram organizados e articulados. Os produtores estão associados no Sincaju, Sindicato dos Produtores de Caju do Estado do Ceará. Segundo o Sincaju, 60% das propriedades rurais no estado são pequenas e médias e 40% grandes. Os produtores rurais estimam que, devido ao fraco desempenho econômico da lavoura ao longo dos anos, 30% da área cultivada no Ceará (no total são 700 mil hectares) estejam atualmente improdutivos. Mas cajueiros improdutivos, por estarem muito velhos e terem sido afetados por secas, pragas e doenças, podem ser revitalizados, cortando-se radicalmente a copa e enxertando-lhe tecido de plantas jovens. O Programa de Substituição de Copa está sendo conduzido com o apoio da Embrapa, Epace e Ematerce. A produtividade média estadual está em torno de 250kg de castanha/ha, o que é considerado extremamente baixo, comparando-se ao potencial genético da cultura (800kg/ha no sistema sequeiro e 4 mil quilos por hectare no sistema irrigado).

Para o Sincaju, houve de fato uma frustração de safra este ano e o estado do Ceará deverá colher cerca de 60 mil toneladas em 1997/98, contra as 90 mil colhidas em 1996/97. A causa foi um acentuado déficit hídrico nos 42 municípios produtores do estado. Os produtores, portanto, reconhecem a frustração de safra e a necessidade de compras externas por parte da indústria. Segundo os próprios agricultores, as aquisições deverão vir de países africanos, Nigéria, Moçambique e Tanzânia, e também de exportadores não tradicionais como Venezuela, México e Vietnã, considerados *emergentes* na cultura do caju.

### Importações sob regime de *draw back*

Tanto o Sincaju (produtores) quanto o Sindicaju (indústrias) estimam a necessidade de importação em torno de 30 mil toneladas, o que corresponde à quantidade que deixou de ser produzida este ano em relação ao ano passado no Ceará. As empresas solicitam liberação das importações em regime de *draw back*, ou seja, importarão castanha *in natura* e reexportarão posteriormente o produto beneficiado.

O beneficiamento da castanha no Brasil é na verdade um semiprocessamento. A ACC, como é conhecida no jargão comercial, é a amêndoa da castanha de caju, produ-

to obtido após o descascamento e a secagem da castanha. É vendida fresca ou seca para o exterior, em tambores de 20l onde será reprocessada (torrada e salgada) e embalada para o consumidor final. Ou seja, o Brasil exporta matéria-prima para indústrias estrangeiras que a revendem após uma alta agregação de valor, já que o produto é de elevado valor comercial e considerado muito exótico no principal mercado consumidor, que é a Europa.

### Demanda em ascensão

É evidente que a indústria não quer perder seus mercados e precisa para isto se abastecer de matéria-prima. O mercado internacional de cantanha de caju está em franca ascensão e isto é positivo para todos os segmentos da cadeia. A publicação *Edible Nut Market Report*, de Amsterdã, especializada no mercado de amêndoas comestíveis, confirma o aquecimento da demanda mundial, com base no crescimento ano a ano das exportações mundiais. Cita em seu último número que o volume de exportações em 1997 deverá ser cerca de 80% maior que o registrado há apenas seis anos atrás. As compras americanas têm garantido a sustentação dos preços internacionais em patamares considerados remuneradores (cerca de US$2,5 por libra-peso).

A maior parcela das exportações mundiais da ACC é absorvida pelo mercado americano, segundo a Secex. Este mesmo órgão aponta que a capacidade instalada para torrefação da amêndoa nos Estados Unidos ultrapassa a oferta mundial do produto. Os EUA – grande comprador e revendedor – controlam rigorosamente seus estoques, regulando os preços e detendo grande poder sobre os preços mundiais.

A Índia, por sua vez, é a maior produtora mundial de castanha de caju. Produz anualmente em torno de 280 mil toneladas de castanha *in natura* e costuma importar cerca de 130 mil toneladas para beneficiamento e posterior reexportação. O governo protege a cultura com agressivas políticas interna e externa e divulga fartamente o seu produto no mercado internacional. Detém, à semelhança dos EUA, um grande poder sobre o comércio mundial, sobretudo na Europa e Ásia, seus principais mercados.

O Brasil é o segundo produtor, com um enorme potencial produtivo (ver box), seguido de longe por Indonésia, Vietnã, Nigéria e Moçambique.

Alguns países asiáticos apresentam produções pequenas mas um notável ritmo de crescimento. É o caso do Vietnã, que a partir de 1993 passou a produzir cerca de 60 mil toneladas em 100 mil hectares, ou seja, razoáveis 600kg/ha.

O produto indiano é o principal concorrente do brasileiro, principalmente nos mercados do Canadá e dos Estados Unidos, onde se concentra a quase totalidade das exportações nacionais.

Em 1996, 76% do valor das nossas exportações corresponderam às vendas para o mercado americano e 11% para o mercado canadense (ver tabela).

O mercado interno não tem tradição de consumo, o que se deve, segundo o Sincaju, aos preços proibitivos, altamente onerados pelos distribuidores, por tratar-se de produto tradicional de exportação. Além disso, cerca de 90% das amêndoas de melhor qualidade são exportadas, ficando no país aquelas de qualidade inferior.

Diante da realidade atual da cultura brasileira do caju e do animador consumo mundial, seria recomendável revitalizar a lavoura e a cadeia industrial a ela vinculada, a fim de atender adequadamente aos estímulos do mercado sem precisar de importações

Com relação ao nosso próprio mercado, o que impede de se tornar a amêndoa um produto mais barato e acessível ao consumidor brasileiro, aumentando substancialmente a produtividade e conseqüentemente da oferta? Toda uma indústria voltada para o mercado brasileiro poderia nascer, e com ela, empregos e renda.

*A autora agradece a colaboração de Lúcio Paraíba, técnico da Secretaria de Planejamento do estado do Ceará.*

*E-mail: elileite@fgv.br*

CONJUNTURA DO AGRIBUSINESS

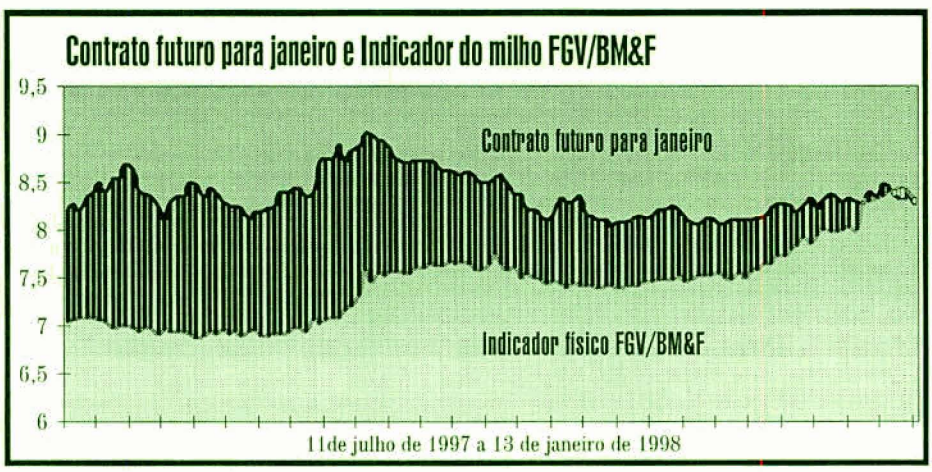
MILHO

# Calmaria à vista

IRENE TROCCOLI

Antes de consolidada a segunda safra de milho no Brasil, a entressafra acontecia no meio do ano e ia até o começo do mês de março seguinte, quando começava a nova colheita de verão. Do fim da década passada em diante as colheitas sempre crescentes da safrinha passaram a amortizar substancialmente a elevação dos preços no segundo semestre do ano.

Não que tenha deixado de existir entressafra de milho no Brasil. Apenas seu início foi deslocado para alguns meses depois (ge-



ralmente novembro) e sua duração reduzida para quatro meses (até fevereiro). Esses prazos podem às vezes sofrer alterações em função de fatores atípicos, embora a época mais delicada do abastecimento interno do grão seja sempre o trimestre que vai de dezembro a fevereiro.

A tendência do indicador FGV/BM&F retrata claramente este quadro, revelando um acentuado aumento dos valores a partir do início de dezembro. Esses valores atingiram o ponto crítico nos primeiros dias de janeiro quando a pronta ação do governo amenizou o movimento especulativo com leilões do produto.

O setor avícola, por sua vez, respirou aliviado, mesmo porque o repasse do custo maior do arraçoamento ao preço final da ave abatida tem sido inibido pela produção elevada dos criatórios.

A entrada do milho precocemente colhido da safra nova e a ação das autoridades monitorando tendências de alta das cotações levam a crer que muito em breve o mercado vai se acalmar. Essa é uma expectativa aliás já refletida nos contratos futuros para março, apesar das previsões quanto à menor colheita da safra de 1997/98.

CONJUNTURA DO AGRIBUSINESS

SOJA

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

# Os novos caminhos da soja

*Externa e internamente, a soja em grão foi muito bem em 1997, mas as indústrias sentiram-se prejudicadas.*

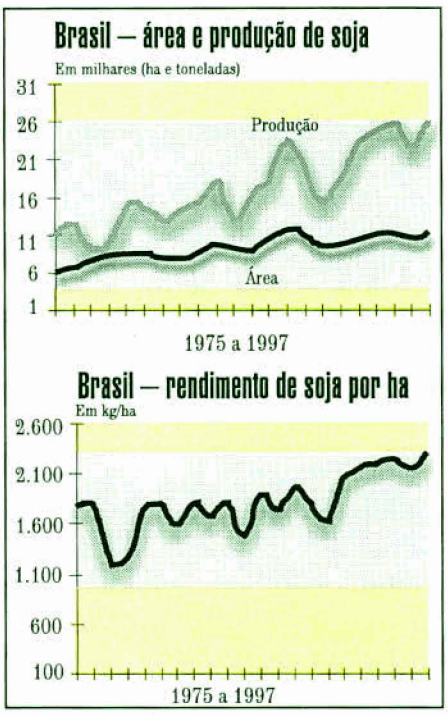
No fim de uma entressafra excepcionalmente longa, vê-se que o país exportou 8,33 milhões de toneladas do grão, avançando espetacularmente sobre os 3,62 milhões de toneladas vendidos ao exterior em 1996. Um desempenho notável, que trouxe novo alento aos produtores rurais, atribulações para as indústrias e fez com que as importações do grão saltassem de 990 mil toneladas em 1996/97 para 1,4 milhão em 1997/98. Com as importações, acabou chegando à opinião pública a polêmica dos vegetais transgênicos, por conta da ação do Greenpeace, que pretendeu impedir o desembarque no país de soja transgênica dos EUA, onde já está bastante disseminada.

Ajudando ainda mais os produtores, as cotações na Bolsa de Chicago tiveram, no ano passado a média de US$7,70/*bushel* (1 *bushel* = 27,22 kg), superando os US$ 7,55 de 1996 e registrando vantagem de 22% ante a média histórica do produto.

Internamente, a situação também foi muito boa, pois os agricultores ganharam US$ 14,80/ 60kg em 1996 e US$ 15,75/ 60kg, em 1997, mais de 30% acima da média do decênio.

Embora a produção mundial de soja em grão de 1997/98, estimada pelo Departamento de Agricultura dos EUA - USDA, em 13/1, seja de 150,62 milhões de toneladas, 14,4% acima dos 131,7 milhões de toneladas de 1996/97, ainda assim esperam-se preços compensadores para a oleaginosa, em 1998, mesmo ocorrendo certa *reversão* do mercado. Em 1998, EUA, Brasil e Argentina colherão safras recordes (74,2 milhões de toneladas, 30 milhões de toneladas e 15 milhões, respectivamente).

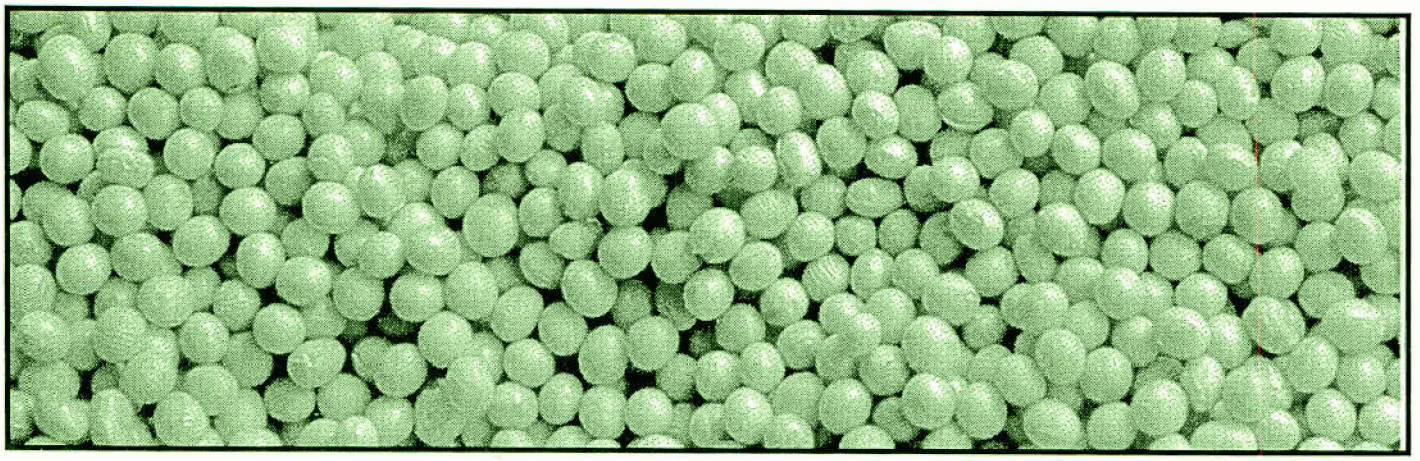
Registre-se que também são esperados acréscimos de produção para o farelo (+6,05%, passando de 92,01 milhões de toneladas, para 97,58 milhões) e para o óleo (+6,7%, passando de 20,7 milhões de t, para 22,07 milhões de toneladas). Contudo, como os estoques finais norte-americanos (ver Panorama Internacional, nesta edição) deverão diminuir, a demanda mundial é forte e El Niño ainda pode surpreender, o ano comercial não deverá ser decepcionante.




Ao que parece, farelo e óleo de soja, frente a suas respectivas médias históricas, estão em melhor situação do que o grão, favorecendo as indústrias, mas dadas suas maiores ofertas, as cotações de 1997 não deverão ser igualadas, vigorando condições normais. Na entrada da nova safra brasileira, estimada entre 30 e 31 milhões de toneladas, os preços tenderão a recuar, subindo a seguir.

No segundo semestre, caso a safra norte-americana seja abundante, os preços do grão deverão perder mais força. De qualquer forma, o cenário de 1997, com os exportadores do grão *correndo atrás* do produto, deverá repetir-se, mas a posição das indústrias, em termos de margens, não será tão apertada.

A receita global do país com o complexo da soja, porém, não parecer ter condições de alcançar a de 1997. Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – Abiove – obter-se-á algo em torno de US$5,3 bilhões até o final do ano, frente aos US$5,6 bilhões do ano passado (que foi maior 25,8% comparativamente aos US$4,4 bilhões de 1996). O preço médio de 1997



para o produtor brasileiro foi de US$294/t do grão e, para 1998, a Abiove espera US$260/toneladas, ainda um bom preço.

O esmagamento poderá chegar a 21,2 milhões de toneladas (18,8 milhões no ano comercial anterior). Daí resultarão 16,7 milhões de toneladas de farelo (11,2 milhões para o mercado externo) e 4 milhões de toneladas de óleo (1,3 milhão de toneladas para outros países, pois o óleo de soja é o mais consumido internamente).

A Abiove considera que se exportará menos grão este ano: 7,5 milhões de toneladas, ante os 8,3 milhões de toneladas, de 1997.

A Conferência Internacional de Soja, realizada no Rio de Janeiro, em fins de janeiro, tratou justamente destes números e das perspectivas da comercialização, enfatizando novos modelos de comercialização e as políticas que deverão orientar a exportação daqui para adiante. Neste aspecto, é importante observar a enorme evolução da produção brasileira de soja, a partir do momento em que viu-se livre dos contingenciamentos e outros mecanismos de controle. Produto historicamente ligado ao mercado externo, pôde crescer aceleradamente à medida que os controles declinaram. Curiosamente, esse movimento aconteceu justamente quando o crédito barato, antes tão utilizado pelos sojicultores, começou a escassear. Carlos Nayro Coelho, em "O Plano Real e o Desenvolvimento", resumiu a evolução da agricultura brasileira, nas últimas décadas, em três fases:

**a) até meados dos anos 60:**

predomínio do café e da cana-de-açúcar, com extração de excedentes do setor agrícola, via confisco cambial: resultou em crises de abastecimento, no final do período;

*Ao que parece, farelo e óleo terão evolução mais favorável dos preços do que o grão, em 1998, melhorando as margens do parque industrial.*

**b) meados dos anos 60, até meados dos anos 80:**

* criação do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR – e reformulação da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, com crédito rural subsidiado e incorporação de novas terras à atividade produtiva: resultou em ônus excessivo para o Estado, numa conjuntura de inflação ascendente, sem precedentes no país;

**c) fim dos anos 80 até hoje:**

* eliminação dos subsídios no crédito rural e maior ênfase na produtividade (ver gráficos) das lavouras, com abertura ao exterior e, há três anos e meio, o início da estabilização econômica, marcado por inflação baixa e juros estratosféricos. Como resultado desta última fase, o trabalho cita os seguintes incrementos na produção agrícola, entre 1987 e 1997:

| | |
|---|---|
| 1º) castanha de caju: | 74% |
| 2º) fumo: | 53,4% |
| 3º) soja: | 52,6% |
| 4º) laranja e uva: | 48,1% |
| 5º) feijão: | 45% |
| 6º) tomate: | 30% |
| 7º) milho: | 27,6% |
| 8º) cana-de-açúcar: | 20% |

A soja aparece em terceiro lugar, mas o porte de sua área plantada, bem superior as dos demais (exceto o milho), além da extensão da cadeia que lhe é associada, dão-lhe óbvio destaque. Cabe aqui uma observação: na safra 1997/98, a soja tornou-se a lavoura de verão de maior área plantada no país, ultrapassando o milho de primeira safra (11,55 milhões de hectares *versus* 11,51 milhões de hectares, segundo o IBGE). Os gráficos mostram que o crescimento da área de cultivo da sojicultura não foi o maior fator de sustentação do que se colheu e, sim, os ganhos de produtividade das plantações que, desde 1992, supera, em termos médios, os 2.000 kg/ha.

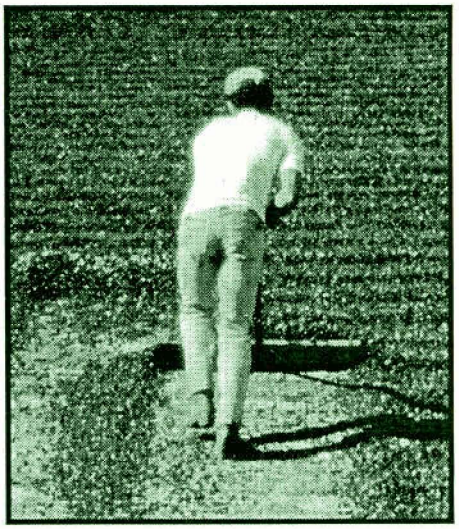
No setor pecuário, a atividade da avicultura, ligada diretamente ao farelo de soja e ao milho, expandiu-se 133,6% no decênio. Os suínos tiveram produção de carne 49% superior e os bovinos 31,3%, enquanto a produção de leite de vaca aumentou 55%.

Estamos chegando ao século XXI ainda um pouco distantes das projeções de que o país produziria 100 milhões de toneladas dos chamados *grãos*, feitas no anos 70, mas tanto a soja quanto o milho estão-se aproximando de algo ao redor dos 40% do que se produz hoje em dia nas culturas de verão brasileiras. Os dois são exemplos notáveis do atual rico período de experimentação, pelo qual também passam outras atividades, infelizmente nem todas capazes de apresentar números positivos.

*E-mail:ferfal@fgv.br*

REGIS ALIMANDRO

# Brasil retoma pesquisa de safra



Em 26 de janeiro último, o governo divulgou os resultados da pesquisa da safra brasileira para as estações 1997/98 e 1998/99.

Esta é a primeira vez, desde a extinção do IBC, que o governo realiza uma pesquisa de safra de café utilizando metodologia de aferição direta.

O trabalho foi coordenado pela Embrapa e contou com a participação de diversos institutos de pesquisa. A seguir, publicamos os resultados obtidos.

## Brasil – Café: Estimativa da produção, 1997-98 (em mil sacas de 60kg)

| | *Área (ha)* | *Número de pés (mil)* | *Produção 1997/98* | | | *Produtividade (sacas/ha)* | *Sacas/ 1.000 pés* |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | *Arábica* | *Conillon* | *Total* | | |
| Minas Gerais | 771.170 | 1.664.800 | 8.640 | 30 | 8.670 | 11 | 5 |
| Sul/Oeste | 406.200 | 852.000 | | | | | |
| Triângulo/Alto Paranaíba | 112.370 | 329.000 | | | | | |
| Zona da Mata | 240.600 | 456.000 | | | | | |
| Jequitinhonha | 12.000 | 27.800 | | | | | |
| Espírito Santo | 450.960 | 745.900 | 1.190 | 2.590 | 3.780 | 8 | 5 |
| São Paulo | 190.800 | 300.000 | 2.300 | | 2.300 | 12 | 8 |
| Paraná | 127.840 | 235.950 | 1.740 | | 1.740 | 14 | 7 |
| Bahia | 83.400 | 119.140 | 840 | 130 | 970 | 12 | 8 |
| Rondônia | 120.000 | 120.000 | 40 | 1.060 | 1.100 | 9 | 9 |
| Outros | 44.150 | 74.850 | 150 | 150 | 300 | 7 | 4 |
| Brasil | 1.788.320 | 3.260.640 | 14.900 | 3.960 | 18.860 | 11 | 6 |

Fonte: Secretaria de Produtos de Base – MICT/Embrapa.

## Brasil – Café: Estimativa da produção, 1998-99 (em mil sacas de 60kg)

| | *Produção 1998/99* | | | *Produtividade (sacas/ha)* | *Sacas/1.000 pés* |
|---|---|---|---|---|---|
| | *Arábica* | *Conillon* | *Total* | | |
| Minas Gerais | 17.250 | 40 | 17.290 | 22,42 | 10,39 |
| Sul/Oeste | 10.100 | | 10.100 | 24,86 | 11,85 |
| Triângulo/Alto Paranaíba | 3.400 | | 3.400 | 30,26 | 10,33 |
| Zona da Mata | 3.460 | 40 | 3.500 | 14,55 | 7,68 |
| Jequitinhonha | 290 | | 290 | 24,17 | 10,43 |
| Espírito Santo | 2.070 | 2.680 | 4.750 | 10,53 | 6,37 |
| São Paulo | 4.040 | | 4.040 | 21,17 | 13,47 |
| Paraná | 1.720 | | 1.720 | 13,45 | 7,29 |
| Bahia | 1.400 | 180 | 1.580 | 18,94 | 13,26 |
| Rondônia | 50 | 1.250 | 1.300 | 10,83 | 10,83 |
| Outros | 350 | 140 | 490 | 11,10 | 6,55 |
| Brasil | 26.880 | 4.290 | 31.170 | 17,43 | 9,56 |

Fonte: Secretaria de Produtos de Base - MICT/Embrapa

# BANCO DE DADOS
# DATABANK

**O Banco de Dados é um núcleo de prestação de serviços de informação econômica.**

Serviços

**ARIES ON-LINE**
Acesso a séries históricas através da Internet (http://www.fgvrj.br/aries.htm).

**CONJUNTURA ELETRÔNICA**
Fornecimento em disquete de séries históricas com sistema de recuperação.

**ARIES AVULSO**
Atendimento via fax ou e-mail a solicitações que vão de um único dado até pesquisas sobre temas específicos.

**ARIES ALERTA**
Disseminação automática de dados escolhidos pelo cliente.

**CÁLCULOS FINANCEIROS**
Atualização de valores segundo diferentes índices, taxas, prazos e cláusulas contratuais.

**The Databank is a provider of different kinds of information services.**

Services

**ARIES ON-LINE**
Access to time series through the Internet (http://www.fgvrj.br/aries.htm).

**CONJUNTURA ELETRÔNICA**
Time series on diskette including retrieval system.

**ARIES HARD COPY**
Fax or e-mail answers to data requests ranging from a single information to specific searches.

**ARIES ALERT**
Automatic update of time series previously chosen by the client.

**FINANCIAL CALCULATIONS**
Time value of money according to different indexes, interest rates, periods and contractual clauses.

CLIENTES / *CLIENTS*




FGV/IBRE/BANCO DE DADOS
Praia de Botafogo 190 sala 830 CEP 22253-900 Rio de Janeiro RJ
Tels (021) 551-9099 / 536-9346 Fax (021) 536-9486 E-mail: bdados.fgvrj.br

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

# Safra de grãos cresce pouco

Mesmo com o recuo das cotações internacionais, as estimativas de boa receita para a soja brasileira em 1998 foram respaldadas pelas estatísticas divulgadas pelo Departamento de Agricultura dos EUA – USDA – em 13 de janeiro. Isto se deveu à redução esperada nos estoques finais norte-americanos, que ficariam em torno de 6,8 milhões de toneladas. A produção dos EUA foi reduzida 0,3% sobre o divulgado em dezembro, totalizando 74,2 milhões de toneladas. O aumento do consumo naquele país responde pela alta das cotações em Chicago. O preço do produto para entrega em março logo subiu 1%, ficando em US$247,02/t.

O trigo também teve seus preços majorados, devido ao anúncio da menor área plantada da safra de inverno norte-americana em 25 anos: 18,8 milhões de hectares. À semelhança do que aconteceu por aqui com o milho, o trigo dos EUA perdeu terreno para a soja, secundada pela cevada, cujos preços foram atraentes.

Em termos globais, a safra de grãos (cereais e oleaginosas) de 1997/98 (1,88 bilhão de toneladas) é apenas 0,66% superior à de 1996/97 (1,87 bilhão de toneladas), e seu estoque final (293,22 milhões de toneladas) é 3,96% maior do que o precedente.

*E-mail: ferfal@fgv.br*

## Cereais e oleaginosas: balanço de oferta e demanda mundial e dos EUA – 1995/96 a 1997/98

| *Produto* | *Produção* | *Oferta total* | *Comércio mundo* | *Consumo total* | *Estoques finais* |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | Total dos grãos | | |
| 1995/96 | 1.710,57 | 2.014,12 | 242,51 | 1.763,07 | 251,05 |
| 1996/97 (estimativa) | 1.868,66 | 2.119,71 | 239,78 | 1.837,66 | 282,05 |
| 1997/98 (projeção) | 1.880,96 | 2.163,01 | 237,66 | 1.869,79 | 293,22 |
| | | | Trigo | | |
| 1995/96 | 537,53 | 655,92 | 114,21 | 550,49 | 105,43 |
| 1996/97 (estimativa) | 582,52 | 687,95 | 116,68 | 578,18 | 109,77 |
| 1997/98 (projeção) | 608,18 | 717,95 | 113,33 | 583,46 | 134,49 |
| | | | Forrageiros | | |
| 1995/96 | 801,84 | 938,07 | 108,20 | 842,63 | 95,44 |
| 1996/97 (estimativa) | 907,57 | 1.003,02 | 103,06 | 883,62 | 119,40 |
| 1997/98 (projeção) | 889,99 | 1.009,39 | 103,74 | 906,24 | 103,15 |
| | | | Arroz (beneficiado) | | |
| 1995/96 | 371,19 | 420,13 | 20,10 | 369,95 | 50,18 |
| 1996/97 (estimativa) | 378,56 | 428,74 | 20,05 | 375,87 | 52,88 |
| 1997/98 (projeção) | 382,79 | 435,67 | 20,58 | 380,08 | 55,58 |
| | | | *EUA* | | |
| | | | Total dos grãos | | |
| 1995/96 | 274,47 | 39,52 | 99,47 | 214,56 | 25,49 |
| 1996/97 (estimativa) | 335,34 | 366,59 | 81,27 | 245,35 | 39,97 |
| 1997/98 (projeção) | 340,03 | 385,58 | 83,36 | 257,20 | 45,02 |
| | | | Trigo | | |
| 1995/96 | 59,40 | 75,04 | 33,78 | 31,02 | 10,23 |
| 1996/97 (estimativa) | 62,19 | 74,94 | 27,25 | 35,61 | 12,07 |
| 1997/98 (projeção) | 68,76 | 83,28 | 29,26 | 35,54 | 18,48 |
| | | | Forrageiros | | |
| 1995/96 | 209,44 | 257,56 | 63 | 180,12 | 14,44 |
| 1996/97 (estimativa) | 267,56 | 284,93 | 51,52 | 206,40 | 27,01 |
| 1997/98 (projeção) | 265,42 | 295,28 | 51,52 | 218,15 | 25,62 |
| | | | Arroz (beneficiado) | | |
| 1995/96 | 5,63 | 6,92 | 2,69 | 3,42 | 0,81 |
| 1996/97 (estimativa) | 5,60 | 6,72 | 2,50 | 3,34 | 0,89 |
| 1997/98 (projeção) | 5,84 | 7,01 | 2,58 | 3,52 | 0,92 |

Obs: O balanço mundial de oferta e demanda é feito como um agregado de anos comerciais locais, com o comércio baseado em estimativas de exportações. O total dos grãos incorpora trigo, forrageiros e arroz beneficiado. Os forrageiros são o milho, sorgo, cevada, aveia, centeio, milheto e misturados. Fonte: USDA.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

# Trinta anos de queda

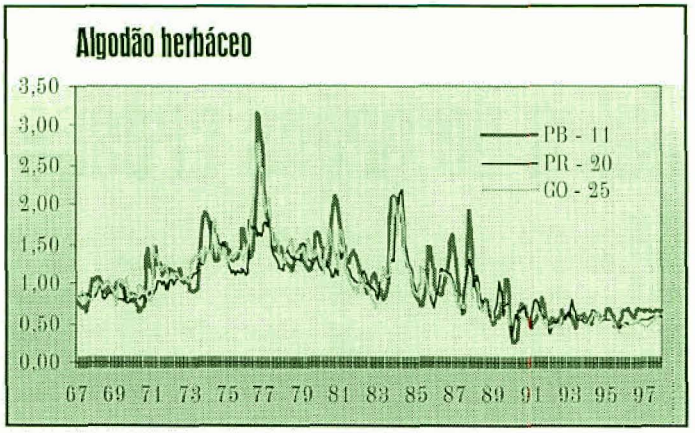
Desde 1966 o Centro de Estudos Agrícolas do IBRE/FGV pesquisa os preços recebidos pelos produtores rurais. Esse levantamento é assegurado pela colaboração entre empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola de São Paulo, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Minas Gerais.

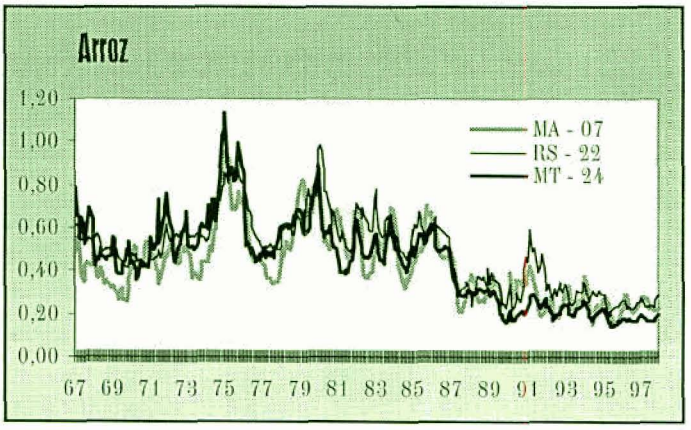
O leitor encontrará aqui uma série de gráficos de preços estaduais (em moeda constante) de alguns dos produtos pesquisados. De modo geral, em todos os casos se observa a tendência declinante das cotações desses produtos. Mas o exame das séries estaduais também registra algumas outras tendências interessantes.

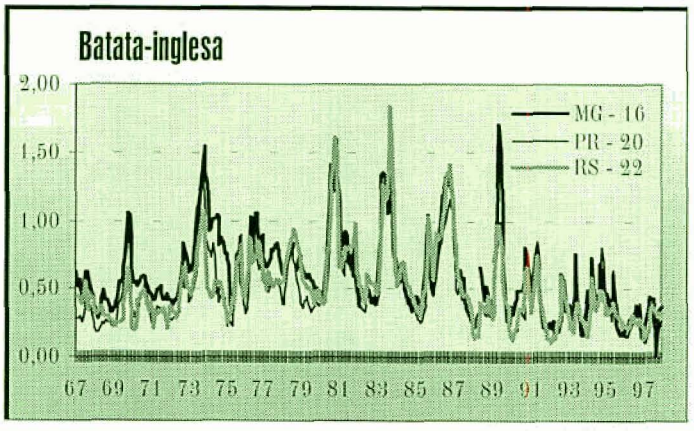
De modo geral, nota-se que os preços tiveram grandes oscilações nos anos 70 e início dos 80, período marcado por uma sucessão de acontecimentos climáticos, secas, enchentes e geadas.

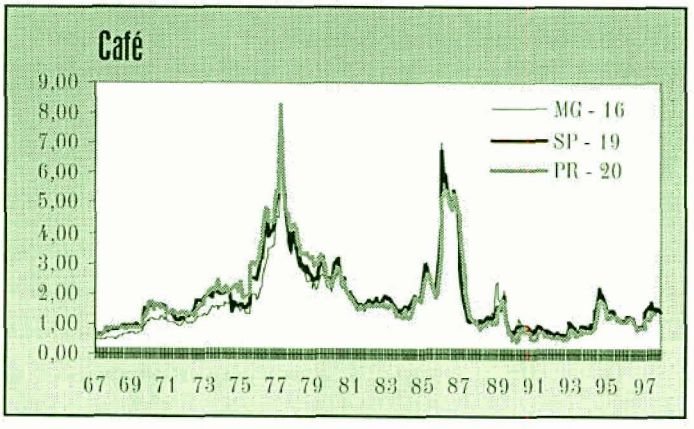
Produtos com mercados mais estruturados ou com características mais homogêneas de tipo e qualidade ou de uso tendem a mostrar evolução mais semelhante que aqueles em que isso não acontece. Exemplares deste último caso são os do fumo em folha e da laranja. Os gráficos revelam que os preços do fumo produzido nos estados do Sul – onde se produz fumo para cigarro em sistema de integração com a indústria – têm comportamento bem diferente dos preços do fumo na Bahia, onde a cultura fumageira é destinada à produção de charutos.

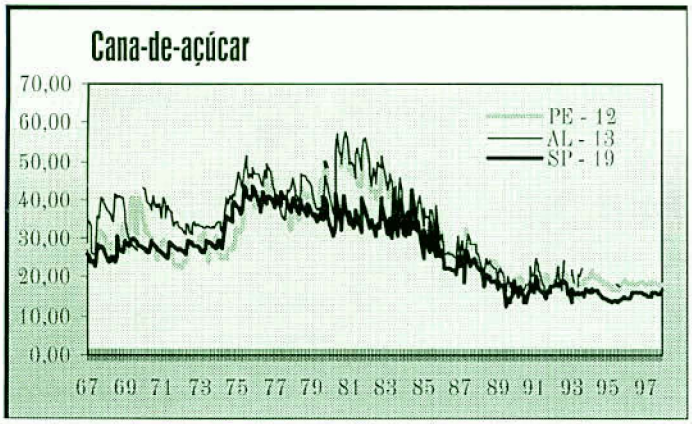
Já os preços da laranja exibem nítida diferença entre os praticados em de São Paulo, onde a indústria é o grande comprador, e os praticados nos estados nordestinos. Entretanto, nos últimos 10 anos os preços dos três estados tendem a se aproximar, o que provavelmente tem bastante a ver com o movimento de industrialização de suco na região.

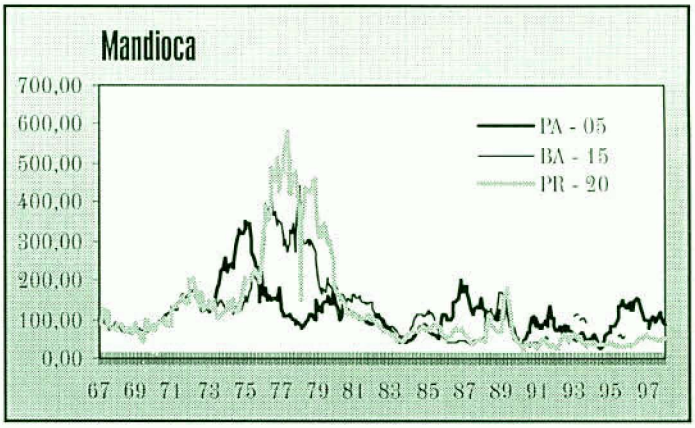


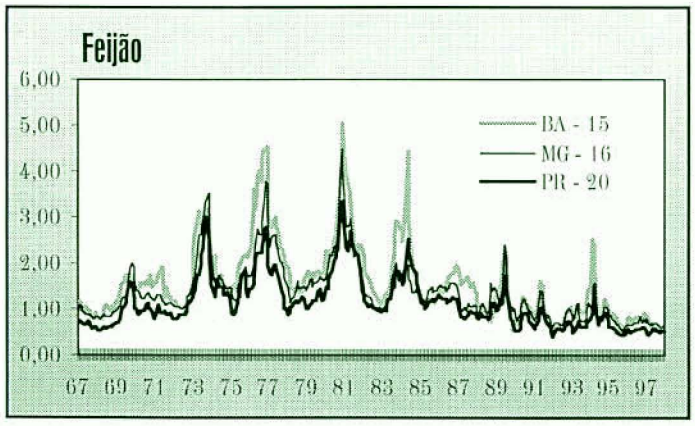



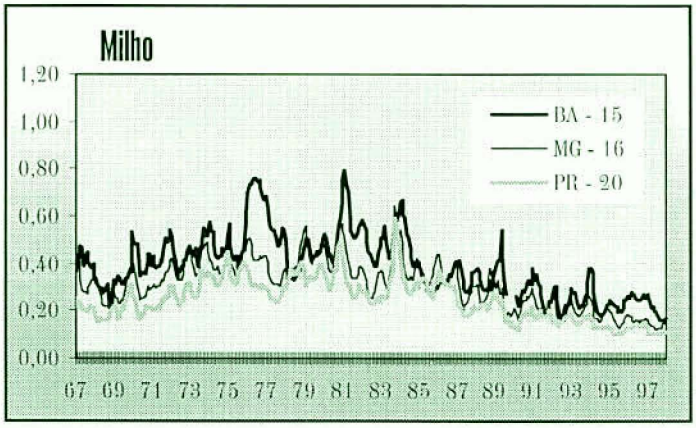



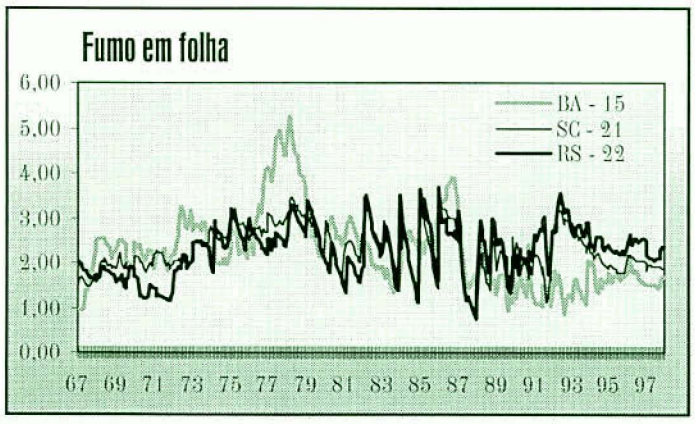



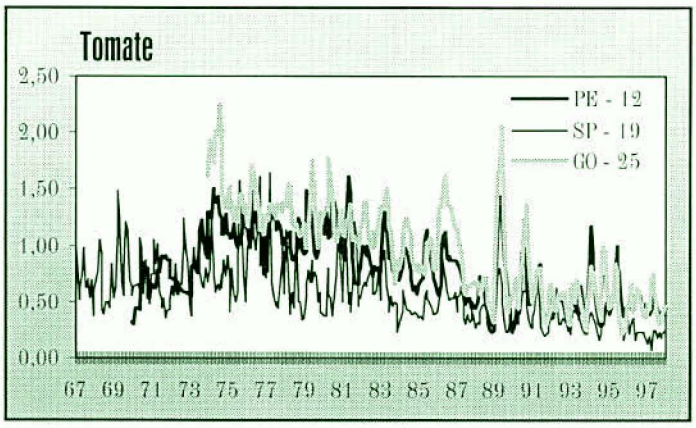

Cana-de-açúcar
70,00
60,00
50,00
40,00
30,00
20,00
10,00
0,00
PE - 12
AL - 13
SP - 19
67 69 71 73 75 77 79 81 83 85 87 89 91 93 95 97

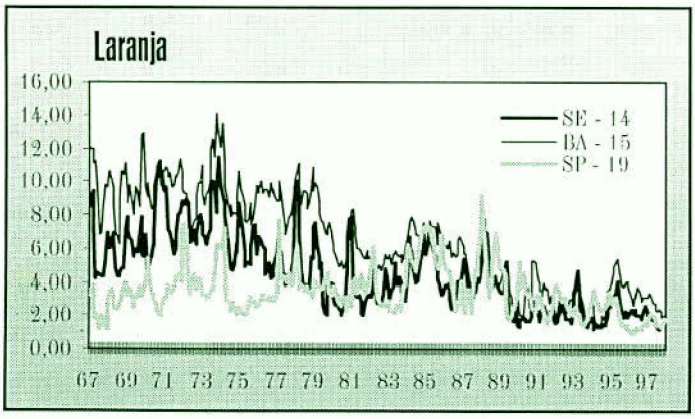

Mandioca
700,00
600,00
500,00
400,00
300,00
200,00
100,00
0,00
PA - 05
BA - 15
PR - 20
67 69 71 73 75 77 79 81 83 85 87 89 91 93 95 97

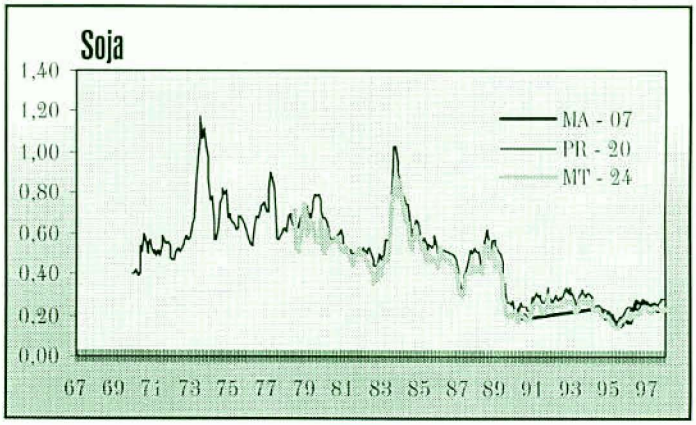

Feijão
6,00
5,00
4,00
3,00
2,00
1,00
0,00
BA - 15
MG - 16
PR - 20
67 69 71 73 75 77 79 81 83 85 87 89 91 93 95 97


Milho
1,20
1,00
0,80
0,60
0,40
0,20
0,00
BA - 15
MG - 16
PR - 20
67 69 71 73 75 77 79 81 83 85 87 89 91 93 95 97


Fumo em folha
6,00
5,00
4,00
3,00
2,00
1,00
0,00
BA - 15
SC - 21
RS - 22
67 69 71 73 75 77 79 81 83 85 87 89 91 93 95 97


Tomate
2,50
2,00
1,50
1,00
0,50
0,00
PE - 12
SP - 19
GO - 25
67 69 71 73 75 77 79 81 83 85 87 89 91 93 95 97


Laranja
16,00
14,00
12,00
10,00
8,00
6,00
4,00
2,00
0,00
SE - 14
BA - 15
SP - 19
67 69 71 73 75 77 79 81 83 85 87 89 91 93 95 97

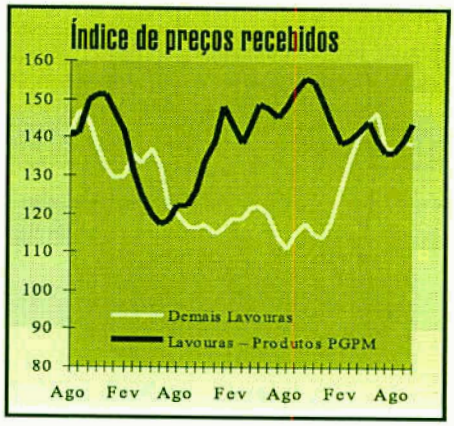

Soja
1,40
1,20
1,00
0,80
0,60
0,40
0,20
0,00
MA - 07
PR - 20
MT - 24
67 69 71 73 75 77 79 81 83 85 87 89 91 93 95 97

MARIA JOSÉ C. MONTEIRO
E-mail: mjcyhlar@fgv.br

# Índices de preços pagos e recebidos

*pelos agricultores, valores nominais (base: ago. de 1994 = 100)*

Os preços favoráveis da soja e do algodão contribuem para que os índices de preços recebidos pelas lavouras amparadas pela política de garantia de preços mínimos registrem recuperação.

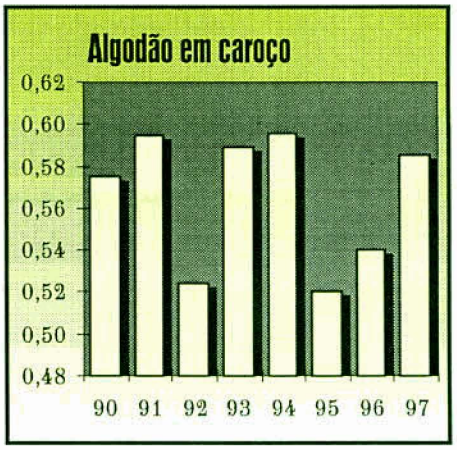



| *Produtos* | *Lavouras* | *Lavouras - Produtos* | *Demais lavouras* | *Produtos animais* | *Agropecuária IPR* | *Sementes* | *Fertilizantes* | *Agrotóxicos* | *Serviços* | *Combustíveis* | *Mão-de-obra* | *IPP* |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1990 | 0,0018 | 0,0023 | 0,0013 | 0,0024 | 0,0020 | 0,0024 | 0,003517 | 0,0028 | 0,0031 | 0,002083 | 0,0029 | 0,0029 |
| 1991 | 0,0099 | 0,0131 | 0,0067 | 0,0116 | 0,0104 | 0,0142 | 0,01663 | 0,0149 | 0,0138 | 0,010693 | 0,0163 | 0,0147 |
| 1992 | 0,1115 | 0,1414 | 0,0789 | 0,1213 | 0,1144 | 0,1441 | 0,169606 | 0,1634 | 0,1816 | 0,152581 | 0,1466 | 0,1594 |
| 1993 | 2,60 | 3,21 | 1,90 | 2,83 | 2,67 | 2,91 | 3,06 | 3,18 | 3,38 | 3,26 | 3,01 | 3,11 |
| 1994 | 70,49 | 73,19 | 66,86 | 70,14 | 70,35 | 70,36 | 69,59 | 69,56 | 70,49 | 69,38 | 78,29 | 71,44 |
| 1995 | 106,13 | 106,89 | 104,21 | 102,88 | 105,06 | 107,53 | 111,21 | 105,20 | 118,39 | 101,83 | 193,85 | 125,84 |
| 1996 | 125,69 | 136,94 | 108,13 | 101,93 | 117,13 | 119,54 | 130,94 | 113,88 | 126,83 | 110,53 | 239,80 | 144,12 |
| Ago. 96 | 125,47 | 139,54 | 104,39 | 106,07 | 118,66 | 121,08 | 132,18 | 114,53 | 127,04 | 111,64 | 244,95 | 145,93 |
| Set. | 129,09 | 143,05 | 107,99 | 106,33 | 120,99 | 124,80 | 134,13 | 115,28 | 127,56 | 111,64 | 247,17 | 147,61 |
| Out. | 132,57 | 146,80 | 111,04 | 107,64 | 123,64 | 126,31 | 135,45 | 116,37 | 128,33 | 111,64 | 248,90 | 148,73 |
| Nov. | 131,19 | 146,26 | 108,71 | 105,63 | 121,99 | 127,97 | 136,16 | 117,17 | 128,65 | 111,64 | 250,80 | 149,67 |
| Dez. | 129,25 | 142,87 | 108,52 | 105,03 | 120,57 | 128,78 | 137,30 | 117,67 | 127,98 | 111,64 | 250,93 | 150,09 |
| Jan. 97 | 130,33 | 140,02 | 114,18 | 103,07 | 120,44 | 129,05 | 138,16 | 118,21 | 128,74 | 121,99 | 252,44 | 152,42 |
| Fev. | 131,78 | 135,09 | 123,63 | 104,31 | 121,82 | 130,68 | 138,38 | 119,35 | 130,74 | 121,94 | 253,01 | 153,22 |
| Mar. | 136,67 | 137,35 | 132,19 | 106,27 | 125,57 | 129,95 | 137,93 | 119,93 | 130,72 | 121,94 | 254,50 | 153,32 |
| Abr. | 140,94 | 140,16 | 138,54 | 108,25 | 128,94 | 129,79 | 137,78 | 120,33 | 131,27 | 121,94 | 256,77 | 153,80 |
| Mai. | 144,97 | 143,56 | 143,46 | 107,59 | 131,08 | 129,14 | 137,26 | 120,64 | 132,25 | 121,99 | 258,62 | 154,06 |
| Jun. | 143,80 | 139,41 | 146,95 | 107,59 | 130,38 | 128,78 | 136,49 | 120,98 | 192,10 | 121,99 | 260,86 | 154,24 |
| Jul. | 138,34 | 136,11 | 138,00 | 109,25 | 127,84 | 129,88 | 136,21 | 121,99 | 132,82 | 121,99 | 261,45 | 154,65 |
| Ago. | 137,95 | 136,11 | 136,99 | 107,91 | 127,05 | 130,19 | 136,43 | 122,60 | 132,29 | 121,99 | 261,94 | 154,82 |
| Set. | 141,02 | 139,84 | 138,95 | 107,87 | 128,88 | 131,57 | 136,07 | 123,29 | 132,99 | 121,99 | 262,46 | 155,23 |
| Out. | 143,47 | 143,86 | 138,89 | 106,70 | 129,85 | 131,55 | 135,77 | 123,76 | 132,95 | 121,99 | 262,12 | 155,13 |
| Nov. | 145,82 | 146,74 | 140,40 | 106,06 | 130,97 | 133,47 | 135,62 | 124,50 | 133,57 | 124,99 | 262,25 | 156,05 |
| Dez. | 150,14 | 150,00 | 146,18 | 106,63 | 133,75 | 134,45 | 136,12 | 125,72 | 134,75 | 124,99 | 265,19 | 157,17 |

Fonte dos dados primários, brutos: Empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e Prefeituras Municipais. Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas/Ibre/FG

# Preços recebidos

*pelos agricultores, valores reais em R$ de novembro de 1997/unidade.*

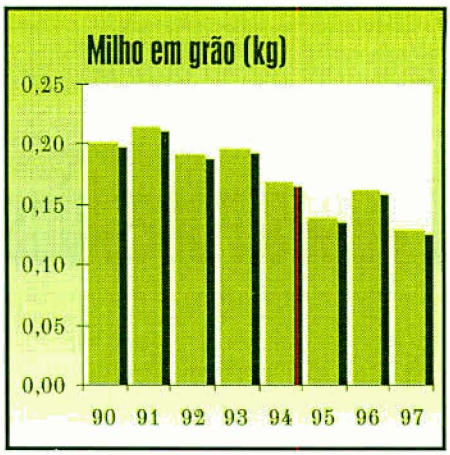



Depois de um período bastante conturbado as restrições à entrada do produto importado permitiram a recuperação dos preços internos e estimulam o plantio da próxima safra.

| Anos/Produtos | Algodão em caroço (kg) | Amendoim em casca (kg) | Arroz em casca (kg) | Banana (dúzia) | Batata-inglesa (kg) | Cacau (15 kg) | Café em coco (kg) | Cana-de-açúcar (t) | Feijão (kg) | Fumo em folha (kg) | Laranja (cento) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 90 | 0,58 | 0,50 | 0,30 | 0,39 | 0,45 | 19,28 | 0,77 | 16,76 | 0,89 | 1,97 | 4,11 |
| 91 | 0,59 | 0,59 | 0,38 | 0,40 | 0,49 | 21,85 | 0,73 | 17,91 | 0,88 | 2,05 | 3,16 |
| 92 | 0,52 | 0,41 | 0,28 | 0,29 | 0,31 | 21,64 | 0,63 | 18,59 | 0,69 | 2,84 | 3,11 |
| 93 | 0,59 | 0,52 | 0,28 | 0,31 | 0,34 | 19,12 | 0,79 | 16,61 | 0,86 | 2,55 | 2,46 |
| 94 | 0,60 | 0,47 | 0,27 | 0,39 | 0,54 | 20,09 | 1,42 | 17,13 | 1,04 | 2,19 | 3,33 |
| 95 | 0,52 | 0,42 | 0,22 | 0,58 | 0,39 | 18,59 | 1,28 | 15,40 | 0,62 | 2,03 | 3,18 |
| 96 | 0,54 | 0,43 | 0,23 | 0,46 | 0,30 | 17,49 | 1,05 | 16,77 | 0,68 | 2,25 | 2,03 |
| 97 | 0,58 | 0,51 | 0,24 | 0,36 | 0,33 | 22,19 | 1,38 | 17,16 | 0,61 | 2,02 | 2,31 |
| Ago.96 | 0,55 | 0,48 | 0,22 | 0,47 | 0,35 | 16,44 | 0,86 | 17,03 | 0,67 | 2,20 | 1,99 |
| Set. | 0,56 | 0,51 | 0,22 | 0,46 | 0,35 | 16,81 | 0,94 | 17,11 | 0,70 | 2,23 | 2,15 |
| Out. | 0,55 | 0,49 | 0,23 | 0,45 | 0,33 | 19,82 | 0,94 | 17,18 | 0,72 | 2,24 | 2,17 |
| Oov. | 0,55 | 0,57 | 0,24 | 0,40 | 0,25 | 20,67 | 0,92 | 17,16 | 0,74 | 2,24 | 2,10 |
| Dez. | 0,56 | 0,55 | 0,25 | 0,35 | 0,24 | 21,07 | 0,91 | 17,24 | 0,67 | 2,22 | 2,09 |
| Jan.97 | 0,56 | 0,43 | 0,24 | 0,38 | 0,19 | 19,15 | 1,04 | 17,24 | 0,66 | 2,02 | 2,34 |
| Fev. | 0,55 | 0,43 | 0,24 | 0,37 | 0,21 | 17,56 | 1,27 | 16,96 | 0,63 | 2,04 | 2,76 |
| Mar. | 0,57 | 0,46 | 0,23 | 0,37 | 0,28 | 19,15 | 1,40 | 17,10 | 0,61 | 2,02 | 2,77 |
| Abr. | 0,59 | 0,53 | 0,23 | 0,36 | 0,37 | 21,28 | 1,40 | 17,05 | 0,63 | 2,01 | 2,74 |
| Maio | 0,60 | 0,55 | 0,23 | 0,38 | 0,49 | 22,68 | 1,48 | 16,94 | 0,63 | 2,00 | 2,48 |
| Jun. | 0,59 | 0,53 | 0,23 | 0,38 | 0,46 | 23,25 | 1,56 | 17,44 | 0,64 | 1,98 | 2,18 |
| Jul. | 0,59 | 0,58 | 0,23 | 0,35 | 0,37 | 22,95 | 1,35 | 17,41 | 0,59 | 1,99 | 2,14 |
| Ago. | 0,59 | 0,58 | 0,23 | 0,35 | 0,37 | 22,94 | 1,35 | 17,41 | 0,59 | 1,99 | 2,14 |
| Set. | 0,61 | 0,59 | 0,23 | 0,35 | 0,26 | 24,00 | 1,45 | 17,21 | 0,56 | 1,97 | 2,02 |
| Out. | 0,60 | 0,56 | 0,24 | 0,35 | 0,30 | 24,70 | 1,43 | 16,79 | 0,57 | 2,04 | 1,94 |
| Nov. | 0,58 | 0,47 | 0,25 | 0,33 | 0,33 | 24,40 | 1,38 | 16,95 | 0,58 | 2,09 | 2,01 |
| Dez. | 0,57 | 0,44 | 0,26 | 0,32 | 0,33 | 24,25 | 1,48 | 17,41 | 0,60 | 2,09 | 2,19 |

# Preços recebidos

*pelos agricultores, valores reais em R$ de novembro de 1997/unidade.*

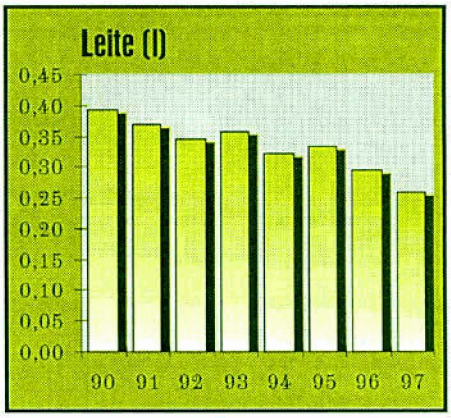



Ao mesmo tempo em que amenizam a situação de avicultores e suinocultores, os baixos preços do cereal sugerem a redução da área de plantio na próxima safra

| Anos/Produtos | Milho (kg) | Mandioca (raiz) (t) | Soja (kg) | Tomate (kg) | Trigo em grão (kg) | Cebola (kg) | Mamona (kg) | Pimenta do reino (kg) | Sisal (kg) | Uva (kg) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 90 | 0,20 | 59,58 | 0,24 | 0,54 | 0,19 | 0,78 | 0,28 | 1,38 | 0,21 | 0,37 |
| 91 | 0,21 | 71,36 | 0,29 | 0,46 | 0,19 | 0,46 | 0,23 | 1,14 | 0,21 | 0,32 |
| 92 | 0,19 | 80,66 | 0,31 | 0,43 | 0,23 | 0,49 | 0,25 | 0,94 | 0,19 | 0,28 |
| 93 | 0,20 | 80,04 | 0,30 | 0,41 | 0,21 | 0,49 | 0,29 | 1,01 | 0,20 | 0,56 |
| 94 | 0,17 | 57,49 | 0,26 | 0,52 | 0,18 | 0,39 | 0,29 | 1,63 | 0,24 | 0,36 |
| 95 | 0,14 | 81,09 | 0,20 | 0,48 | 0,17 | 0,54 | 0,29 | 1,93 | 0,29 | 0,50 |
| 96 | 0,16 | 84,90 | 0,25 | 0,39 | 0,22 | 0,25 | 0,28 | 1,69 | 0,28 | 0,21 |
| 97 | 0,13 | 79,02 | 0,27 | 0,32 | 0,15 | 0,51 | 0,25 | 3,26 | 0,32 | 0,28 |
| Ago.96 | 0,16 | 88,12 | 0,25 | 0,38 | 0,24 | 0,15 | 0,28 | 1,57 | 0,29 | 0,00 |
| Set. | 0,16 | 87,94 | 0,27 | 0,37 | 0,22 | 0,14 | 0,27 | 1,77 | 0,28 | 0,00 |
| Out. | 0,16 | 88,93 | 0,29 | 0,33 | 0,18 | 0,27 | 0,27 | 1,76 | 0,27 | 0,00 |
| Nov. | 0,16 | 83,94 | 0,28 | 0,29 | 0,17 | 0,25 | 0,25 | 1,72 | 0,30 | 0,00 |
| Dez. | 0,15 | 85,21 | 0,28 | 0,27 | 0,15 | 0,25 | 0,26 | 1,72 | 0,30 | 0,00 |
| Jan.97 | 0,14 | 82,85 | 0,28 | 0,28 | 0,14 | 0,29 | 0,28 | 2,08 | 0,29 | 0,37 |
| Fev. | 0,13 | 79,31 | 0,26 | 0,32 | 0,14 | 0,32 | 0,28 | 2,38 | 0,31 | 0,36 |
| Mar. | 0,12 | 87,12 | 0,27 | 0,30 | 0,15 | 0,40 | 0,27 | 2,41 | 0,32 | 0,33 |
| Abr. | 0,12 | 84,81 | 0,28 | 0,42 | 0,16 | 0,53 | 0,27 | 2,86 | 0,30 | 0,00 |
| Maio | 0,13 | 83,05 | 0,28 | 0,39 | 0,18 | 0,65 | 0,26 | 2,86 | 0,30 | 0,00 |
| Jun. | 0,12 | 76,85 | 0,27 | 0,35 | 0,17 | 0,75 | 0,25 | 2,95 | 0,32 | 0,58 |
| Jul. | 0,12 | 75,55 | 0,26 | 0,28 | 0,16 | 0,70 | 0,25 | 3,06 | 0,34 | 0,58 |
| Ago. | 0,12 | 75,52 | 0,26 | 0,28 | 0,16 | 0,70 | 0,25 | 3,06 | 0,34 | 0,58 |
| Set. | 0,12 | 76,17 | 0,29 | 0,30 | 0,15 | 0,54 | 0,23 | 3,71 | 0,31 | 0,00 |
| Out. | 0,13 | 77,11 | 0,28 | 0,28 | 0,15 | 0,48 | 0,23 | 4,51 | 0,32 | 0,00 |
| Nov. | 0,13 | 77,25 | 0,29 | 0,33 | 0,15 | 0,39 | 0,23 | 5,47 | 0,34 | 0,00 |
| Dez. | 0,14 | 72,66 | 0,29 | 0,36 | 0,15 | 0,41 | 0,23 | 3,82 | 0,30 | 0,59 |

# Preços recebidos

*pelos agricultores, valores reais em R$ de novembro de 1997/unidade.*

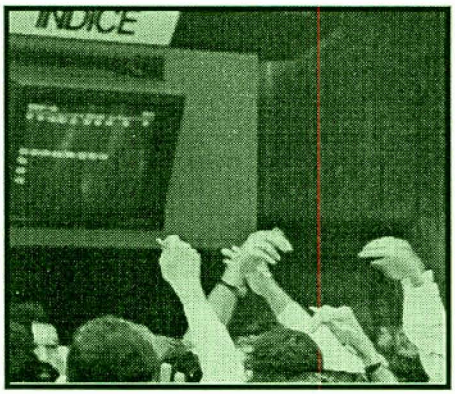



Aumento da produção interna e importações contribuem para que o leite alcance a cotação mais baixa da década, agravando a situação dos produtores

| Anos/Produtos | Bezerro até um ano (cabeça) | Boi gordo para corte (15 kg) | Vaca leiteira de raça (cabeça) | Vaca leiteira comum (cabeça) | Suíno para corte (15 kg) | Frango/galinha para corte (kg) | Leite (kg) | Lã (kg) | Ovos (kg) | Mel de abelha (kg) | Boi magro (cabeça) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 90 | 190,15 | 38,74 | 932,87 | 572,41 | 23,16 | 1,68 | 0,39 | 34,65 | 1,04 | 3,90 | 356,13 |
| 91 | 168,43 | 35,71 | 752,22 | 470,33 | 22,15 | 1,43 | 0,37 | 20,46 | 0,91 | 4,56 | 307,87 |
| 92 | 153,50 | 34,07 | 643,79 | 401,48 | 19,19 | 1,26 | 0,35 | 32,40 | 0,88 | 2,94 | 286,67 |
| 93 | 165,46 | 36,11 | 687,13 | 427,44 | 21,45 | 1,27 | 0,36 | 26,92 | 0,99 | 3,06 | 300,55 |
| 94 | 190,77 | 35,05 | 859,83 | 522,58 | 19,73 | 1,21 | 0,32 | 31,92 | 0,93 | 3,55 | 336,14 |
| 95 | 168,74 | 28,51 | 947,17 | 530,62 | 17,88 | 0,98 | 0,34 | 39,54 | 0,75 | 6,03 | 296,68 |
| 96 | 129,38 | 24,28 | 771,49 | 416,17 | 14,50 | 0,92 | 0,30 | 29,50 | 0,83 | 5,94 | 241,14 |
| 97 | 123,70 | 24,56 | 714,24 | 382,08 | 16,51 | 0,86 | 0,26 | 31,77 | 0,80 | 5,06 | 232,55 |
| Ago.96 | 126,88 | 24,79 | 758,84 | 407,12 | 14,56 | 0,91 | 0,31 | 28,76 | 0,93 | 5,98 | 239,34 |
| Set. | 125,65 | 24,93 | 757,30 | 408,48 | 14,56 | 0,93 | 0,31 | 28,34 | 0,88 | 6,16 | 236,91 |
| Out. | 126,31 | 25,60 | 751,78 | 403,40 | 14,79 | 0,96 | 0,30 | 28,49 | 0,83 | 6,00 | 238,86 |
| Nov. | 124,86 | 25,11 | 762,74 | 403,43 | 15,40 | 0,96 | 0,29 | 28,37 | 0,72 | 5,76 | 237,39 |
| Dez. | 124,89 | 24,59 | 752,25 | 398,11 | 16,01 | 0,94 | 0,28 | 29,80 | 0,76 | 5,58 | 236,73 |
| Jan.97 | 121,63 | 23,96 | 722,71 | 386,83 | 15,93 | 0,89 | 0,26 | 30,90 | 0,75 | 5,12 | 230,92 |
| Fev. | 122,37 | 24,04 | 719,57 | 386,88 | 16,35 | 0,89 | 0,26 | 30,17 | 0,80 | 5,15 | 232,98 |
| Mar. | 125,05 | 23,96 | 707,01 | 379,35 | 17,37 | 0,87 | 0,26 | 30,10 | 0,85 | 5,16 | 230,74 |
| Abr. | 126,53 | 24,28 | 723,45 | 385,06 | 17,78 | 0,85 | 0,27 | 29,55 | 0,85 | 5,09 | 232,85 |
| Maio | 127,83 | 24,17 | 715,67 | 381,59 | 17,36 | 0,84 | 0,27 | 29,69 | 0,84 | 5,08 | 234,29 |
| Jun. | 124,66 | 24,05 | 716,71 | 385,50 | 16,61 | 0,84 | 0,27 | 30,73 | 0,85 | 5,14 | 233,15 |
| Jul. | 124,19 | 24,94 | 718,65 | 386,02 | 16,29 | 0,87 | 0,27 | 30,92 | 0,85 | 4,97 | 232,44 |
| Ago. | 124,13 | 24,93 | 718,34 | 385,85 | 16,28 | 0,87 | 0,27 | 30,91 | 0,85 | 4,97 | 232,33 |
| Set. | 122,66 | 25,07 | 704,38 | 378,99 | 15,98 | 0,88 | 0,25 | 31,39 | 0,79 | 4,95 | 233,48 |
| Out. | 123,05 | 24,97 | 703,30 | 372,28 | 16,16 | 0,87 | 0,24 | 33,80 | 0,78 | 4,92 | 234,44 |
| Nov. | 121,42 | 25,13 | 715,69 | 380,44 | 16,06 | 0,85 | 0,24 | 37,10 | 0,69 | 4,98 | 232,84 |
| Dez. | 120,87 | 25,19 | 705,39 | 376,16 | 15,98 | 0,84 | 0,24 | 35,98 | 0,71 | 5,14 | 230,19 |

VIVIANE SEDA

# Matérias-primas em alta afetam preços




A variação do IGP-DI/FGV foi de 0,69%. A inflação do agribusiness medida pelo Iabag foi de 1,75%, conseqüência da evolução de preços captada pelo índice de preços por atacado – IPA e pelo índice de preços ao consumidor – IPC.

No atacado, o produto de maior influência no Iabag foi o café em coco (42%). A alta dos preços do café durante a comercialização neste período do ano (de pico de consumo e queda nos estoques) e a previsão de quebra na produção da Colômbia e países da América Central estão fazendo subir os índices das matérias-primas brutas (41,2%) e da alimentação (37,2%).

*A inflação do agribusiness medida pelo Iabag foi de 1,75%, conseqüência da evolução de preços.*

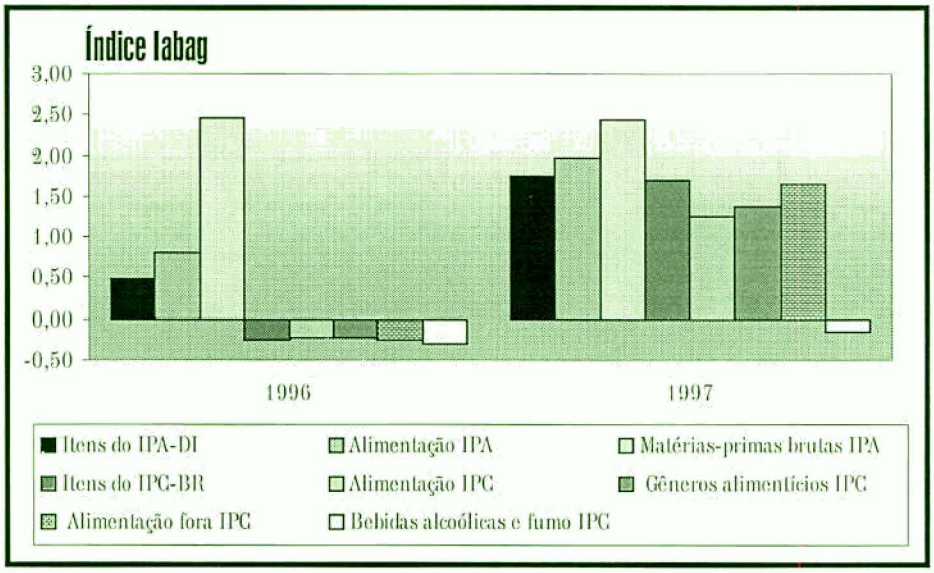
O preço da cana-de-açúcar (7,3%) subiu devido à forte demanda de açúcar da Rússia, juntamente com a demanda de indústrias que têm na cana sua matéria-prima, como a de refrigerantes, que prefere optar por um produto de melhor qualidade embora com preços mais elevados. As usinas de açúcar estão investindo na modernidade para obter a um custo menor um açúcar de maior qualidade.

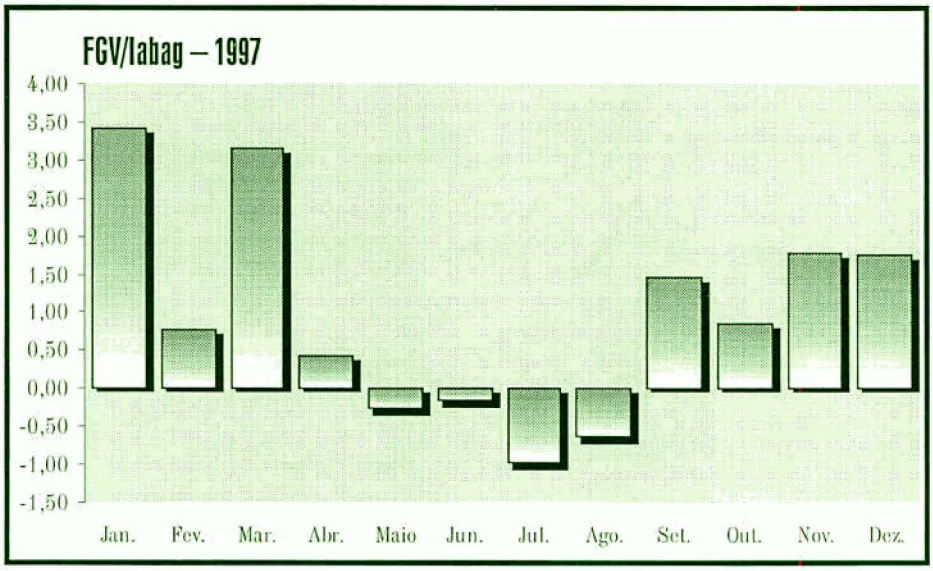
O arroz em casca (5,2%) está em contínua elevação de preços, e já que a produção interna não dá conta do consumo, a importação do produto afeta os preços também no varejo.

Para o leite *in natura* (-7%) a queda de preços é resultado da importação de países do Mercosul, que faz com que o produto chegue ao Brasil com preços 50% inferiores aos do mercado interno.

O governo está destinando verba para a compra de trigo (-5,6%) com o objetivo de sustentar os preços do mercado interno, uma vez que as lavouras de trigo do Paraná e principalmente do Rio Grande do Sul foram atingidas por fortes chuvas que reduziram a qualidade do cereal.

No varejo, subiram mais gêneros alimentícios (22,1%) e alimentação (21,7%). Hortaliças (16,2%) têm demanda crescente, em contrapartida a uma oferta que sofre por causa das variações climáticas um tanto instáveis. Laticínios (-2,1%) têm contínua queda de preços, reflexo dos preços baixos do leite dos países do Mercosul, beneficiando as indústrias do setor.



MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

# Até agora, tudo bem

*Se a atividade agrícola contasse com algum estímulo mais conseqüente o país poderia vir a ser de fato o celeiro do mundo.*

Os dados do IBGE para a safra do Centro-Sul confirmam o que vinha se delineando a partir das primeiras intenções do plantio: aumentos nas safras de algodão e soja, e redução nas de arroz e milho.

Até o fim do ano passado, quando boa parte da safra de verão já estava plantada, o El Niño felizmente ainda não tinha dado sinais de provocar as catástrofes anunciadas. Assim, os números mostram que os agricultores atenderam aos sinais de mercado e a próxima safra poderá vir a ser mais uma das supersafras que periodicamente se anunciam, embora os resultados estejam muito aquém do potencial da agricultura brasileira.

A modesta expansão da área plantada não deixa de sugerir que se a atividade agrícola contasse com algum estímulo mais conseqüente o país poderia vir a ser de fato o celeiro do mundo. Mas nas circunstâncias atuais o que se consegue é substituir a área de uma lavoura por outra.

Digna de registro é a expansão da área de algodão. Bastaram algumas mudanças nas regras de importação e recuperação dos preços de mercado para os produtores se voltarem para o uso de variedades mais produtivas e para novas áreas de plantio nas quais a mecanização permite ganhos de produtividade. É possível, assim, que a colheita da malvácea volte aos patamares históricos e o país, a ser um dos grandes produtores mundiais – não o grande importador dos últimos anos. Mas fica o custo dos empregos perdidos que, tudo indica, não mais serão recuperados.

A expansão da cultura da soja também é bem-vinda, embora não se possa deixar de lamentar que isso venha a ser feito em detrimento do plantio do milho.

Já o arroz, tudo indica que a crise do setor ainda está longe de se ter esgotado. Como ponto positivo, a introdução de novas variedades de arroz de sequeiro bem mais produtivas.



## Estimativa da área a ser plantada e da produção esperada na região Centro-Sul e em Rondônia (safra 1997/98)

| Cultura | 1997 Plantada (a) | 1997 Colhida (b) | 1998 Plantada ou a plantar (c) | Variação percentual c/a | Variação percentual c/b | 1997 Obtida em 1997 | 1998 Esperada em 1998 | Variação percentual |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Algodão herbáceo | 347,97 | 347,57 | 615,96 | 77,02 | 77,22 | 689,73 | 1.243,00 | 80,22 |
| Amendoim em casca (1 safra) | 65,82 | 65,82 | 74,36 | 12,97 | 12,97 | 110,32 | 147,01 | 33,26 |
| Arroz | 2.097,87 | 2.093,18 | 2.071,73 | -1,25 | -1,02 | 7.148,94 | 7.145,79 | -0,04 |
| Batata inglesa (1 safra) | 102,81 | 102,80 | 97,03 | -5,62 | -5,61 | 1.501,14 | 1.380,01 | -8,07 |
| Cana-de-açúcar * | 3.602,46 | 3.601,51 | 3.637,64 | 0,98 | -0,03 | 270.686,25 | 273.176,34 | 0,92 |
| Cebola | 58,42 | 58,42 | 59,18 | 1,30 | 1,30 | 745,81 | 767,95 | 2,97 |
| Feijão (1 safra) | 1.168,82 | 1.152,83 | 1.137,20 | -2,70 | -1,36 | 946,85 | 897,16 | -5,25 |
| Fumo | 300,68 | 300,35 | 309,06 | 2,79 | 2,90 | 574,15 | 491,41 | -14,41 |
| Mamona | 1,12 | 1,12 | 1,12 | 0,00 | 0,00 | 1,26 | 1,26 | 0,00 |
| Mandioca | 519,52 | 518,93 | 518,67 | -0,16 | -0,05 | 8.980,39 | 9.212,13 | 2,58 |
| Milho (1 safra) | 8.384,73 | 8.328,82 | 7.135,00 | -14,90 | -14,33 | 27.693,26 | 23.772,41 | -14,16 |
| Soja | 10.916,99 | 10.915,49 | 12.169,89 | 11,48 | 11,49 | 25.167,99 | 29.503,14 | 17,22 |
| Tomate | 40,54 | 40,50 | 39,92 | -1,54 | -1,43 | 1.968,80 | 1.979,88 | 0,56 |
| Total | 27.607,74 | 27.527,33 | 27.866,76 | 0,94 | 1,23 | | | |

Fonte: IBGE, LSPA: *Prognóstico da Produção Agrícola para 1998 na Região Centro-Sul e Rondônia.*

IRENE RAGUENET TROCCOLI

# Cresce a produção chinesa de ovos

Com a estabilização econômica ditada pelo Plano Real, o consumo interno brasileiro *per capita* de ovos vem aumentando, tendo acumulado avanço de 31% no quadriênio 1994-97.

## Brasil: 1996 a 1998 (p) – em mil unidades

| *Ovos* | *1996* | *1997 (e)* | *1998 (p)* |
|---|---|---|---|
| Produção | 15.932 | 16.890 | 17.735 |
| Importação | 0 | 0 | 0 |
| Exportação | 15 | 20 | 25 |
| Consumo interno | 15.917 | 16.870 | 17.710 |
| Consumo *per capita* | 99 | 104 | 108 |

Fonte: USDA.
(e) estimativa.
(p) previsão.

A produção chinesa de ovos aumenta à medida que os investimentos vêm sendo impulsionados pela crescente transferência de granjas de Hong Kong para a China continental.

## China: 1996 a 1998 (p) – em mil unidades

| *Ovos* | *1996* | *1997 (e)* | *1998 (p)* |
|---|---|---|---|
| Produção | 317.560 | 328.000 | 360.000 |
| Importação | 3 | 5 | 5 |
| Exportação | 751 | 902 | 1.103 |
| Consumo interno | 311.212 | 321.103 | 352.302 |
| Consumo *per capita* | 260 | 265 | 288 |

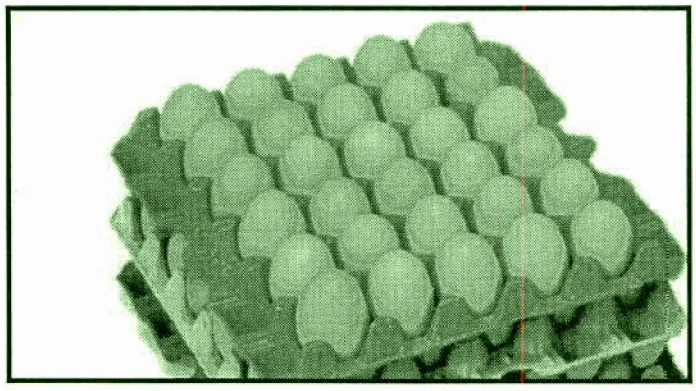
Fonte: USDA.
(e) estimativa.
(p) previsão.

Responsáveis por 40% das exportações mundiais de ovos, os EUA têm sofrido a concorrência do produto chinês especificamente em Hong Kong desde que foram abolidas as cotas de exportação da China à ex-colônia britânica.

## EUA: 1996 a 1998 (p) – em mil unidades

| *Ovos* | *1996* | *1997 (e)* | *1998 (p)* |
|---|---|---|---|
| Produção | 76.296 | 77.256 | 78.960 |
| Importação | 70 | 65 | 48 |
| Exportação | 3.037 | 2.650 | 3.060 |
| Consumo interno | 15.917 | 16.870 | 17.710 |
| Consumo *per capita* | 99 | 104 | 108 |

Fonte: USDA.
(e) estimativa.
(p) previsão.



Provavelmente por causa da propaganda contrária à ingestão de colesterol nos países desenvolvidos, o consumo *per capita* de ovos na União Européia deverá apresentar diminuição acumulada de 12% no triênio 1996-98.

## União Européia: 1996 a 1998 (p) – em mil unidades

| *Ovos* | *1996* | *1997 (e)* | *1998 (p)* |
|---|---|---|---|
| Produção | 82.123 | 82.724 | 82.952 |
| Importação | 675 | 518 | 568 |
| Exportação | 1.539 | 1.623 | 1.618 |
| Consumo interno | 75.425 | 75.669 | 75.861 |
| Consumo *per capita* | 211 | 211 | 190 |

Fonte: USDA.
(e) estimativa.
(p) previsão.

Entre 1995 e 1998, o consumo *per capita* australiano de carne bovina deverá sofrer redução de 10%, refletindo a concorrência das carnes avícola e suína.

## Austrália: Carne bovina
## 1995 a 1998 (p) – em mil t, em equivalente carcaça

| *Item* | *1995* | *1996* | *1997 (e)* | *1998 (p)* |
|---|---|---|---|---|
| Estoque inicial | 42 | 22 | 27 | 36 |
| Produção | 1.717 | 1.638 | 1.720 | 1.680 |
| Importação | 5 | 7 | 5 | 5 |
| Exportação | 1.092 | 1.016 | 1.095 | 1.075 |
| Consumo interno | 650 | 624 | 621 | 625 |
| Estoque final | 22 | 27 | 36 | 21 |
| Consumo *per capita* | 36 | 34 | 34 | 34 |

Fonte: USDA (outubro de 1997).
(e) estimativa.
(p) previsão.

MARIA JOSÉ C. MONTEIRO

# Incentivos à exportação II

*Entre as resoluções do Banco Central diretamente ligadas à agricultura, seguem-se também duas medidas que visam apoiar o aumento das exportações, como a que concede crédito aos fabricantes de insumos para mercadorias destinadas à exportação e a que destina recursos orçamentários para o pagamento de equalização e estabelece regras especiais para as operações de financiamento às exportações realizadas pelo BNDES e Finame, de possível impacto sobre os produtos destinados ao mercado externo.*

**Resolução nº 2431, de 2 de outubro de 1997** – *Institui linha de crédito, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), destinada ao financiamento de despesas de custeio de lavouras cafeeiras do período agrícola 1997/98.*

Art. 1º Instituir linha de crédito, ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), destinada ao financiamento de despesas de custeio de lavouras de café do período agrícola 1997/98, sob as seguintes condições especiais:

I – beneficiários: cafeicultores, em financiamentos contratados diretamente ou repassados por suas cooperativas;

II – itens financiáveis: todos aqueles inerentes aos tratos culturais das lavouras, tais como insumos (fertilizantes, corretivos e defensivos), mão-de-obra e operações com máquinas, observado o orçamento apresentado pelo produtor, excetuadas as despesas com a colheita;

III – limite de crédito: R$1.000,00 (um mil reais) por hectare de cafezal, respeitado o máximo de R$100.000,00 (cem mil reais) por produtor, ainda que em mais de uma propriedade;

IV – liberação do crédito: em 2 (duas) parcelas, de acordo com o seguinte cronograma:

a) regiões com lavouras de maturação normal ou tardia: 70% (setenta por cento) no ato da contratação e 30% (trinta por cento) no período de janeiro a março de 1998;

b) regiões de microclimas específicos do Nordeste: 70% (setenta por cento) no ato da contratação e 30% (trinta por cento) no período de abril a junho de 1998;

V – prazo para contratação:

a) até 31.10.97, nas regiões com lavouras de maturação normal ou tardia;

b) até 28.11.97, nas regiões de microclimas específicos do Nordeste;

VI – condições para reembolso: o crédito deve ser pago de uma só vez, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data prevista para o término da colheita, limitado a:

a) 01.10.98, nos financiamentos relativos a lavouras com maturação normal;

b) 01.11.98, nos financiamentos relativos a lavouras com maturação tardia;

c) 01.01.99, nos financiamentos relativos a lavouras cultivadas em regiões de microclimas específicos do Nordeste;

VII – encargos financeiros: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de margem 3% a.a. (três por cento ao ano), capitalizados mensalmente e exigidos no vencimento e/ou pagamento da dívida;

VIII – garantias: as usuais para o crédito rural;

IX – montante de recursos: até R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), de acordo com as disponibilidades orçamentário-financeiras do Funcafé à época da contratação dos financiamentos;

X – agente financeiro: Banco do Brasil S.A.

*Parágrafo único.* A concessão do financiamento de que trata este artigo fica condicionada a compromisso do proponente no sentido de efetuar tratos culturais adequados em toda a sua lavoura.

Art. 2º Fica a Secretaria de Produtos de Base do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, em articulação com a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, autorizada a transmitir ao Banco do Brasil S.A. as instruções complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Resolução nº 2441, de 12 de novembro de 1997** – *Dispõe sobre a concessão de crédito aos fabricantes de insumos que integrem o processo produtivo, o de montagem e o de embalagem de mercadorias destinadas à exportação.*

Art.1º Permitir que os bancos autorizados a operar em câmbio utilizem as linhas de crédito comerciais de que disponham no exterior para a concessão de crédito com lastro em duplicatas emitidas por fabricantes de insumos que integrem o processo produtivo, o de montagem ou o de embalagem de mercadorias destinadas à exportação, representativas do valor dos insumos vendidos e entregues, contra pagamento a prazo, a empresas exportadoras finais.

Parágrafo 1º As duplicatas poderão ser emitidas em dólares dos Estados Unidos ou em reais, conforme a modalidade da transação ajustada entre as partes, segundo a regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo 2º São elegíveis para os fins do disposto no *caput* deste artigo as duplicatas que:

a) contenham o aceite da empresa exportadora;

b) no verso, contenham declaração firmada pela empresa exportadora final do seguinte teor: "Declaramos que os insumos recebidos, representados por esta duplicata, serão utilizados no processo _____ (indicar se produtivo, de montagem, ou de embalagem) de mercadorias destinadas a embarques para o exterior, nos termos da Medida Provisória nº 1.598, de 11.11.97."

Parágrafo 3º Aplica-se ao disposto neste artigo o contido nos itens III e IV da Resolução nº 1.620, de 26.7.89.

Art.2º Facultar aos bancos autorizados

a operar em câmbio o acolhimento, até 12.12.97, de duplicatas emitidas a partir de 12.09.97, e ainda não vencidas, representativas de insumos vendidos e entregues a empresas exportadoras finais, com vistas ao enquadramento nas disposições de que trata a Medida Provisória nº 1.598, de 11.11.97.

Art.3º Autorizar o Banco Central do Brasil a adotar as medidas e baixar as normas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art.4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Resolução nº 2.445, 26 de novembro de 1997** – *Estabelece condições aplicáveis a operações ao amparo do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) e autoriza a prorrogação de dívidas vencidas e/ou vencíveis em 1997.*

Art.1º Fixar em 6,5% a.a. (seis inteiros e cinco décimos por cento ao ano) a taxa de juros efetivos aplicável às novas operações contratadas ao amparo do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera).

*Parágrafo único.* Permanece em vigor o rebate de 50% (cinqüenta por cento) aplicável sobre as parcelas de amortização do principal e sobre os juros durante o prazo de vigência da operação.

Art.2º Estabelecer que as novas operações de investimento contratadas ao amparo do Procera ficam sujeitas a prazo de 8 (oito)a 10 (dez) anos, incluída a carência de até 3 (três) anos, de acordo com o recomendado no respectivo projeto e em função da capacidade de pagamento do tomador.

Art.3º Admitir, em caráter excepcional, a contratação de novas operações ao amparo do Procera, com valor superior aos tetos vigentes, obedecidas as seguintes condições:

I – o valor total dos projetos especiais não poderá ultrapassar a 15% (quinze por cento) dos recursos programados para cada Estado, limitado ao total de 5% (cinco por cento) do número de Projetos de Financiamento, e o controle operacional dessas aplicações será realizado pelas Comissões Estaduais do Procera e pela Comissão Nacional do Programa;

II – na elaboração dos projetos especiais deverão constar modelos exploratórios com adoção de tecnologias capazes de permitir, efetivamente, o aumento considerável da produção e produtividade de cada região, priorizando empreendimentos tais como: realização de obras de irrigação e drenagem; melhoria do padrão genético dos rebanhos; fundação e manutenção de culturas de longa duração; proteção e recuperação de pastagens; inseminação artificial; calagem e adubação intensiva; outros investimentos considerados prioritários segundo as peculiaridades regionais.

*Parágrafo único.* Compete à Comissão Estadual do Procera de cada estado analisar e decidir se o projeto apresentado atende às condições estabelecidas neste artigo.

Art.4º Os tetos de financiamento a nível de Estado serão propostos anualmente à Comissão Nacional do Procera, pelo Incra e os bancos gestores do Programa, resguardando o limite previsto para cada Fundo Constitucional.

Art.5º Autorizar a prorrogação de operações contratadas ao amparo do Procera por até 2 (dois) anos, a contar do vencimento final, contemplando dívidas vencidas e/ou vencíveis em 1997, mantidos os encargos financeiros pactuados para a situação de normalidade e demais condições, desde que se comprove, mediante exame caso a caso, incapacidade de pagamento do mutuário motivada por fenômenos naturais ou por outros fatores prejudiciais ao desenvolvimento das explorações.

*Parágrafo único.* O disposto neste artigo não se aplica às operações em que os mutuários tenham cometido irregularidades ou agido de má fé.

Art.6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Resolução nº 2.446, de 27 de novembro de 1997** – *Dispõe sobre a exigibilidade de aplicações em crédito rural (Recursos Obrigatórios MCR 6-2).*

Art.1º Admitir o repasse de recursos da exigibilidade de aplicações em crédito rural (Recursos Obrigatórios MCR 6-2) a cooperativas de crédito rural, mediante aquisição de títulos recebidos pelas cooperativas, ou a receber, em decorrência do alongamento/securitização de dívidas do setor agropecuário de que tratam a Lei nº 9.138, de 29.11.95, e a Resolução nº 2.238, de 31.01.96.

*Parágrafo único.* O valor dos títulos adquiridos pelas instituições financeiras e mantidos em carteira pode ser considerado como aplicação para efeito de cumprimento da exigibilidade a que se refere o art. 1º da Resolução nº 2.200, de 21.09.95, com a redação dada pelo art. 9º da Resolução nº 2.402, de 25.06.97.

Art.2º Autorizar o financiamento da integralização de cotas-partes de capital social de cooperativas de crédito rural, ao amparo de Recursos Obrigatórios (MCR 6-2), sob as seguintes condições especiais, adicionalmente às condições em vigor:

I limite de crédito: o montante de pendências financeiras dos cooperados na carteira de crédito rural da cooperativa;

II prazo: até 5 (cinco) anos;

III encargos financeiros: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de margem de 4% a.a. (quatro por cento ao ano).

Art.3º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas e adotar as medidas necessárias à implementação do disposto nesta Resolução.

Art.4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Resolução nº 2.448, de 27 de novembro de 1997

Dispõe sobre concessão de prazo adicional para operações de EGF/COV.

Art. 1º Autorizar a concessão de prazo adicional, até 31.03.98, para as operações de Empréstimo do Governo Federal Com Opção de Venda (EGF/COV) abaixo caracterizadas, independentemente da formalização de aditivo ao instrumento de crédito:

I vencidas originalmente até 31.12.94;

II relativas à safra de verão 1994/1995.

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o art. 1º da Resolução nº 2.429, de 02.10.97.

**Resolução nº 2.449, de 27 de novembro de 1997** – *Estabelece encargos financeiros para operações de crédito agroindustrial contratadas com recursos das Operações Oficiais de Crédito.*

Art.1º Os financiamentos de crédito agroindustrial formalizados a partir de 15.01.89, com recursos das Operações Oficiais de Crédito, ficam sujeitos, no segundo semestre de 1997, às mesmas condições estabelecidas para o primeiro semestre, por meio da Resolução nº 2.398, de 25.06.97.

Art.2º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a adotar as medidas e baixar as normas julgadas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Resolução nº 2.450, de 27 de novembro de 1997** – *Estabelece encargos financeiros para operações de crédito rural contratadas com recursos das Operações Oficiais de Crédito.*

Art.1º Os financiamentos de crédito rural formalizados a partir de 15.01.89, com recursos das Operações Oficias de Crédito, ficam sujeitos, no segundo semestre de 1997, às mesmas condições estabelecidas para o primeiro semestre, por meio da Resolução nº 2.397, de 25.06.97.

Art.2º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a adotar as medidas e baixar as normas julgadas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Resolução nº 2.452, de 18 de dezembro de 1997** – *Programa de Financiamento às Exportações – Proex – BNDES e Finame – Destinação de recursos orçamentários para o pagamento de equalização e estabelecimento de regras especiais para a condução das operações de financiamento as exportações realizadas pelo BNDES e Finame.*

Art. 1º Dos recursos destinados na Programação Especial das Operações Oficiais de Crédito, para o exercício de 1998, para o Tesouro Nacional conceder ao financiador equalização suficiente para tornar os encargos financeiros compatíveis com os praticados no mercado internacional, quando de financiamentos à exportação de bens e serviços nacionais, R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) destinar-se-ão a equalizar as operações financiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame).

Art. 2º Os financiamentos às exportações de bens e serviços nacionais concedidos pelo BNDES e pela Finame, amparados pelo Programa de Financiamento as Exportações (Proex), serão efetuados em conformidade com as normas operacionais internas desses órgãos e farão jus à equalização, observados os prazos e demais condições financeiras pactuados com o exportador, para cada operação individualmente.

Parágrafo 1º As operações mencionadas neste artigo estarão dispensadas de exame pelo Banco do Brasil S.A., e de aprovação pelo Comitê de Crédito à Exportação (CCEx).

Parágrafo 2º O BNDES e a Finame farão jus ao pagamento da equalização referente ao período total do financiamento concedido, calculada pela aplicação dos percentuais equivalentes aos prazos das operações, observado o disposto no *Parágrafo único* do art. 1º da Resolução nº 2.380, de 25.04.97.

Parágrafo 3º O BNDES e a Finame deverão encaminhar, mensalmente, para conhecimento do CCEx, relatório contendo todas as informações relativas as operações de que trata o Parágrafo 1º deste artigo.

Art. 3º As importâncias devidas a título de equalização a serem percebidas pelo BNDES e pela Finame serão calculadas da seguinte forma:

I – período: idêntico ao período de contagem de juros, exceto quanto ao primeiro que tem início a partir da data do crédito em conta do exportador ou a partir da data do embarque da mercadoria e, no caso de exportação de serviços, a partir da data da concordância aposta pelo importador na respectiva fatura dos serviços, o que por último ocorrer;

II – base de cálculo: o saldo devedor dos financiamentos em cada período, utilizando-se o divisor 36.500.

Art. 4º Os valores apurados na forma do artigo anterior serão pagos ao BNDES ou à Finame em Notas do Tesouro Nacional da serie 1 (NTN-1).

Art. 5º A emissão das NTN-1 será realizada após o BNDES ou a Finame declararem, ao Banco do Brasil S.A., que as exigências a seguir descritas foram atendidas conforme documentos em seu poder:

I – nos financiamentos concedidos para exportação de mercadorias:

a) o embarque das mercadorias; e

b) o crédito em conta do exportador do valor em reais correspondente ao montante financiado; e, se for o caso,

c) a liquidação dos contratos de câmbio relativos à parcela não financiada.

II – nos financiamentos concedidos para exportação de serviços:

a) fatura comercial emitida pela exportadora no valor das exportações brasileiras realizadas, com a expressão "de acordo" aposta pelo importador no corpo da fatura;

b) relação dos registros de embarques averbados pela Secretaria da Receita Federal, se for o caso, elaborada pela empresa exportadora mencionando o número da fatura correspondente;

c) carta emitida pela empresa exportadora, visada pelo importador, indicando os serviços prestados, os percentuais de avanço físico do projeto e valores correspondentes, e o número da respectiva fatura, a fim de que os eventos relacionados possam ser claramente identificados;

d) declaração emitida pelo importador atestando que os desembolsos realizados guardam compatibilidade com o cronograma físico do projeto e que os recursos destinados a equalização não estão sendo utilizados para equalizar o financiamento de gastos locais ou realizados em terceiros países;

e) contrato de financiamento e respectivas autorizações de desembolso emitidas pelo importador, quando se tratar de operação *buyer's credit*;

f) comprovação do crédito, em conta do exportador, dos valores em moeda nacional correspondentes aos valores financiados.

Art. 6º Aplicam-se às operações financiadas pelo BNDES e pela Finame as demais disposições constantes nos normativos para curso das operações ao amparo do Proex que não colidirem com as previstas nesta Resolução.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Resolução nº 2.454, de 18 de dezembro de 1997** – *Dispõe sobre limite de crédito destinado a financiamento de despesas de custeio ao amparo do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agraria (Procera).*

Art. 1º Estabelecer em R$ 2.000,00 (dois mil reais) por produtor, por ano, o limite de crédito destinado a financiamento de despesas de custeio ao amparo do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agraria (Procera).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Resolução nº 2.455, de 18 de dezembro de 1997** – *Dispõe sobre concessão de Empréstimo do Governo Federal Sem Opção de Venda (EGF/SOV) e critérios sobre crédito de custeio para a safra Norte/Nordeste 1998.*

Art. 1º Admitir a concessão de Empréstimos do Governo Federal Sem Opção de Venda (EGF/SOV) ao amparo de recursos controlados do crédito rural para algodão, feijão, mamona, mandioca (derivados), milho, sementes e sorgo da safra Norte/Nordeste 1998.

Art. 2º Os créditos de que trata o artigo anterior ficam sujeitos aos seguintes limites por beneficiário/safra, segundo a respectiva categoria e o produto:

I – produtores rurais beneficiados, ou não, com crédito de custeio: observar os limites estabelecidos pela Resolução nº 2.402, de 25.06.97;

II – produtores de sementes: 80% (oitenta por cento) da quantidade identificada no atestado de garantia ou no certificado de semente, ficando a instituição financeira autorizada a realizar a antecipação do empréstimo, de acordo com a sumula técnica;

III – cooperativas de produtores rurais: por meio de operações de repasse a cooperados, observados os limites estabelecidos na Resolução nº 2.402/97;

IV – beneficiadores, indústrias e cooperativas de produtores rurais que beneficiem ou industrializem o produto e comprovem a aquisição da matéria-prima, diretamente de produtores ou suas cooperativas, por preço não inferior ao mínimo fixado oficialmente para algodão, mamona, mandioca (farinha, goma/polvilho doce e raspa de mandioca), milho e sorgo: até 50% (cinqüenta por cento) da capacidade de industrialização/transformação, durante o período operacional (contratação e vencimento do EGF/SOV).

*Parágrafo único*. Admite-se a concessão de EGF/SOV a cooperativas para repasse a cooperados utilizando-se de emissão de cédula totalizadora (cédula-mãe), com base em relação citando os nomes dos cooperados beneficiários e respectivos números de CPF, desde que a instituição financeira adote adicionalmente os seguintes procedimentos:

I – exija da cooperativa cópia de recibos emitidos pelos cooperados comprovando os respectivos repasses;

II – efetue normalmente os registros no sistema Registro Comum de Operações Rurais (Recor) de cada operação de repasse realizada com os cooperados citados na relação.

Art. 3º É admitida a formalização de EGF/SOV ao amparo de recursos não controlados com produtores, cooperativas e demais beneficiários, inclusive avicultores e suinocultores, com limites livremente negociados entre financiado e financiador.

Art. 4º Os créditos de que tratam os artigos anteriores ficam sujeitos aos seguintes prazos/vencimentos, segundo o produto:

*Parágrafo único*. Podem ser estabelecidas amortizações intermediárias, a critério da instituição financeira, para todos os EGF/SOV.

Art. 5º Fica autorizada a concessão de EGF/SOV de algodão em caroço a produtores rurais com prazo máximo de 90 (noventa) dias.

*Parágrafo único*. O prazo indicado neste artigo pode ser prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, caso haja substituição do algodão em caroço por algodão em pluma.

Art. 6º Aplicam-se aos EGF/SOV da safra Norte/Nordeste 1998, no que couber, as normas referentes à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) divulgadas pelas Resoluções nº 2.313, de 11.09.96 e 2.432, de 13.10.97, que não conflitarem com as definidas nesta Resolução.

Art. 7º Nos financiamentos de custeio agrícola da safra Norte/Nordeste 1998:

a) o prazo de vencimento pode ser fixado para até 120 (cento e vinte) dias após a época prevista para a colheita;

b) deve-se dar preferência aos produtores que participem de programas estaduais de distribuição de sementes.

Art. 8º Autorizar o alongamento dos prazos de contratação ou de vencimento de EGF/SOV, segundo o produto e safra indicados:

I – algodão em pluma e semente de algodão – Safra 1996/97 – prazo de vencimento: de 31.01.98, fixado pela Resolução nº 2.313, de 11.09.96, para 31.05.98, nas Regiões Norte/ Nordeste;

II – algodão em pluma e castanha de caju – Safra 1997/98 – prazo de contratação: de 180 (cento e oitenta) dias, fixado pela Resolução nº 2.432, de 13.10.97, para 240 (duzentos e quarenta) dias;

III – semente de milho – Safra 1997/98 – prazo de vencimento: de 31.01.99, fixado pela Resolução nº 2.432, de 13.10.97, para 31.05.99, desde que o beneficiário apresente os documentos comprobatórios de venda a prazo de safra.

Art. 9º Ficam as Secretarias de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, e de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, autorizadas a adotar as medidas julgadas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 10 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Resolução nº 2456, de 18 de dezembro de 1997** – *Dispõe sobre concessão de Empréstimo do Governo Federal Sem Opção de Venda (EGF/SOV) de aveia, safra de inverno 1997*

Art. 1º Admitir a concessão de Empréstimos do Governo Federal Sem Opção de Venda (EGF/SOV) de aveia, safra de inverno 1997, observadas as condições estabelecidas na Resolução nº 2.432, de 13.10.97, no que couber.

Art. 2º Os créditos de que trata o artigo anterior podem ser destinados também a beneficiadores, indústrias e cooperativas de produtores rurais que beneficiem ou industrializem o produto, desde que comprovem a aquisição da matéria-prima, diretamente de produtores ou suas cooperativas, por preço não inferior ao mínimo fixado oficialmente, ficando sujeitos:

I – limite: até 50% (cinqüenta por cento) da capacidade de industrialização/transformação, durante o período operacional (contratação e vencimento do EGF/SOV);

II – prazo: até 180 (cento e oitenta) dias;

III – vencimento: até 31.07.98.

Art. 3º Ficam as Secretarias de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, e de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, autorizadas a adotar as medidas julgadas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

*E-mail: mjcyhlar@fgv.br*

# Simpósio Nacional do Agronegócio Café I Agrocafé

23 a 25 de março de 1998
Centro de Convenções da Bahia
Salvador - BA

PROGRAMAÇÃO

*Dia 23 de março (segunda-feira)*

| | |
|---|---|
| 10:30h | *Solenidade de Abertura* |
| 11h | *Palestra*: Situação Sócio-político-econômica Brasileira e Perspectivas |
| 14:30-16:30h | *Painel:* A Competitividade do Café Brasileiro |
| 16:30-18h | *Painel:* Aspectos Sociais e a Capacidade do Homem no Campo |

*Dia 24 de março (terça-feira)*

| | |
|---|---|
| 9:h -10:30h | *Painel*: Tradicionais e Novos Mercados do Café Brasileiro |
| 10:30-12:30h | *Painel*: Avanços Tecnológicos na Produção |
| 14:30h-17h | *Painel:* A Qualidade do Café: Processo Produtivo e Processo Industrial |
| 17h-18:30h | *Painel:* O Crédito para a Cafeicultura |

SEMINÁRIOS SOBRE AS POTENCIALIDADES DAS REGIÕES EMERGENTES

*Dia 25 de março (quarta-feira) das 9h às 12:30h*

| | |
|---|---|
| 13h | *Coquetel de Encerramento* |

## Informações

*Polieventos – Secretaria Executiva*

***Tel.: (071) 358-9244 – Fax: (071) 358-2599***

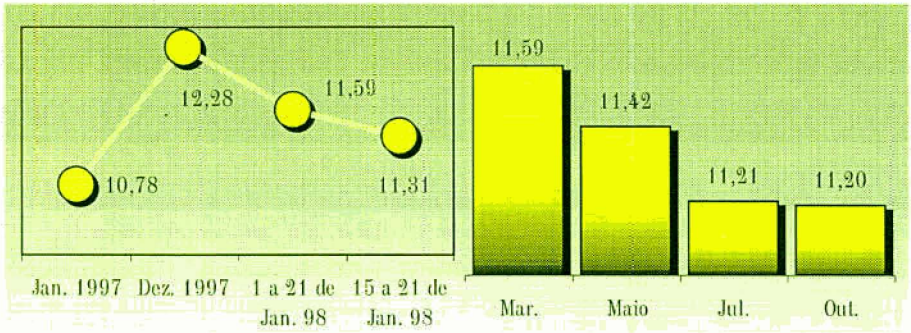
# Mercado externo

ORGANIZAÇÃO: ELIANA LEITE

*As previsões de mercado foram feitas em 22 de janeiro último e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de fevereiro de 1998.*

*Média dos primeiros futuros* | *Futuros* | *Tendência* | *Fatores ponderáveis*

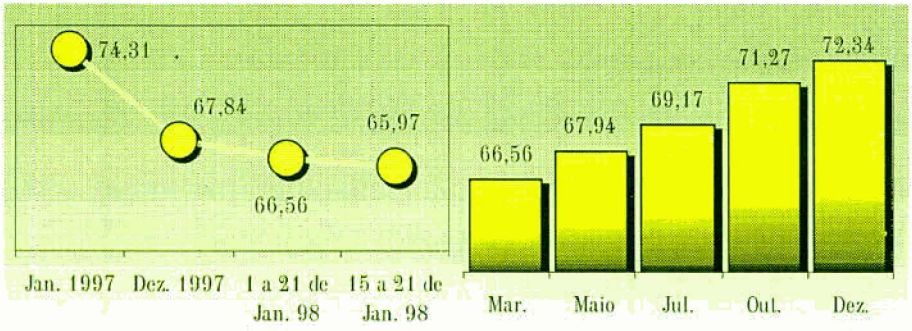
## Açúcar




**US¢/lb.-peso mundial branco**

Há divergências nas análises, pois houve muitas liquidações de fundos preocupados com os acontecimentos na Ásia, mas no longo prazo permanece apertada a disponibilidade internacional.

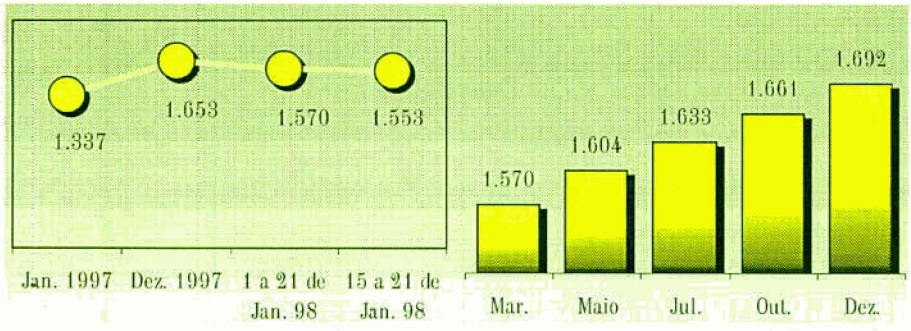
## Algodão




**1-1/16" US¢/lb.-peso**

A crise econômica nos grandes importadores mundiais, como a Coréia e a Indonésia, reduz o consumo destes países e coloca o mercado exportador em posição vendedora.

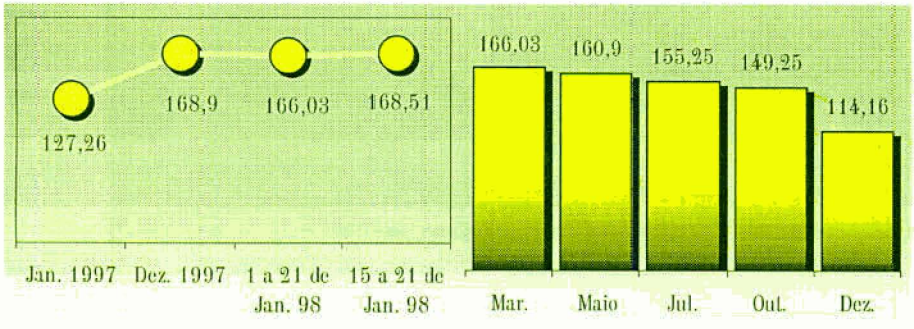
## Cacau




**Bahia US$/t**

A pressão baixista decorrente do bom nível das exportações da Costa do Marfim está sendo contrabalançada pelo crescimento do consumo nos Estados Unidos e Europa.

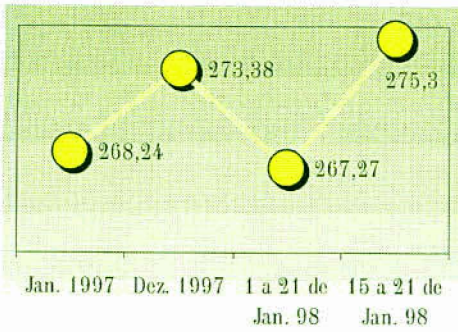
## Café

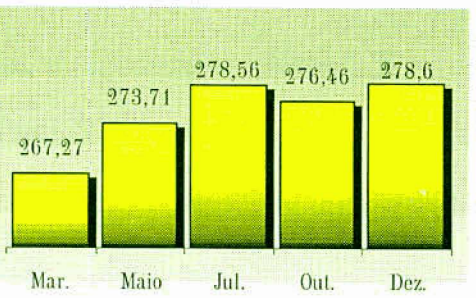



**Contrato "C" Nova York US¢/lb.-peso**

Começam a surgir dúvidas quanto ao possível resultado da próxima safra brasileira, esperado anteriormente como muito bom. Normalização dos embarques dos produtores de cafés suaves reduziu a pressão de demandas dos importados.

*Média dos primeiros futuros* | *Futuros* | *Tendência* | *Fatores ponderáveis*

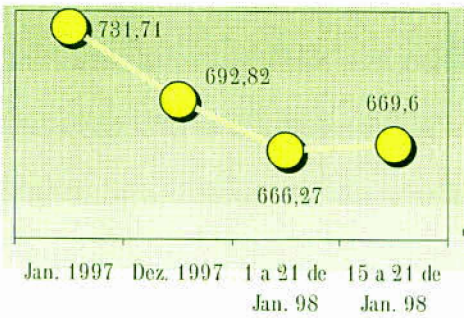


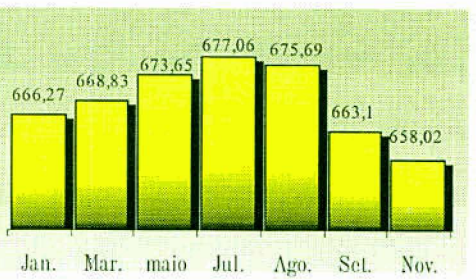




## Milho

**Two yellow US¢/bushel de 56lb.**

Houve uma revisão altista nas previsões da demanda de milho pelo arraçoamento animal nos EUA, causando queda de 4,5% no estoque final esperado na safra 1997/98.

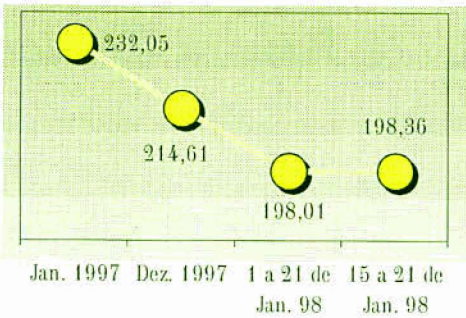


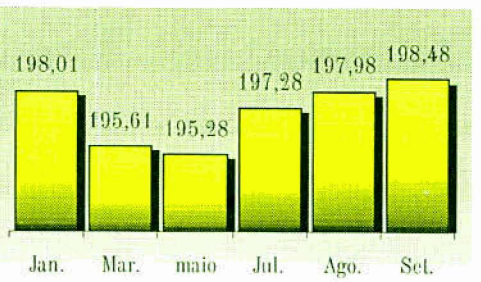




## Soja

**Grão one yellow US¢/bushel de 60lb.**

Sem maiores percalços, o mercado absorveu o denvolvimento favorável das safras sul-americanas, mas há expectativa quanto à situação asiática.

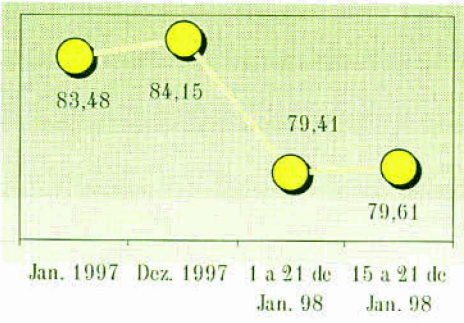


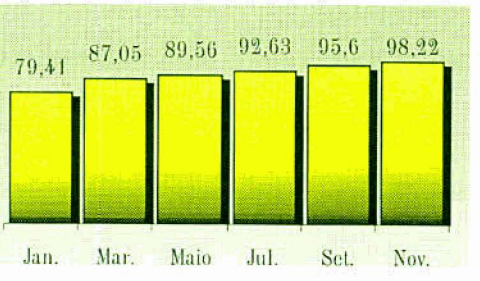




## Soja

**farelo US¢/bushel de 56lb.**

Embora episodicamente surjam notícias de maiores compras no Oriente Médio, o extremo Oriente é uma incógnita.

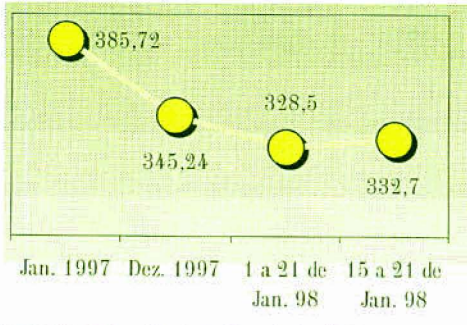


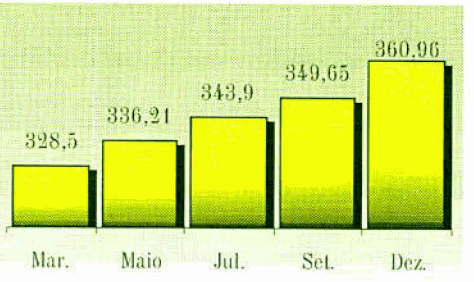




## Laranja

**Sucoa US¢/lb.-peso**

O mercado entrou em conturbação com a expectativa de quedas na temperatura da Flórida e com a revisão baixista da colheita brasileira.




## Trigo

**Soft red US¢/bushel de 60lb.**

Desfalques na produção argentina e pressão sobre os estoques norte-americanos.

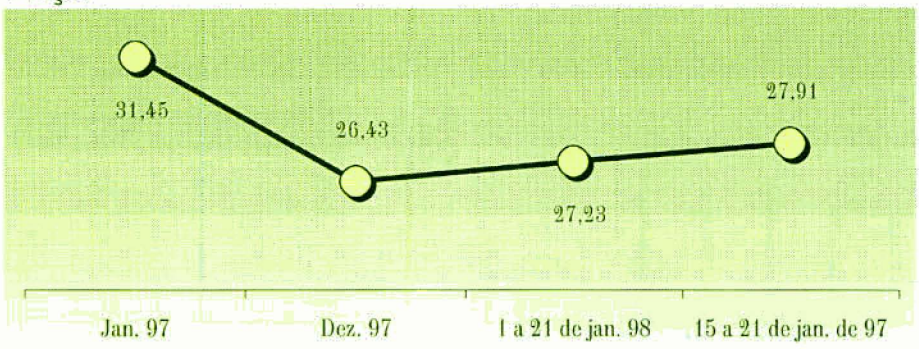
Fonte dos dados: Bolsas de Nova York e Chicago.

# Mercado interno

ORGANIZAÇÃO: ELIANA LEITE

*As previsões de mercado foram feitas em 22 de janeiro último e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de fevereiro de 1998. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para dezembro de 1997. Os preços de janeiro de 1998 são nominais.*

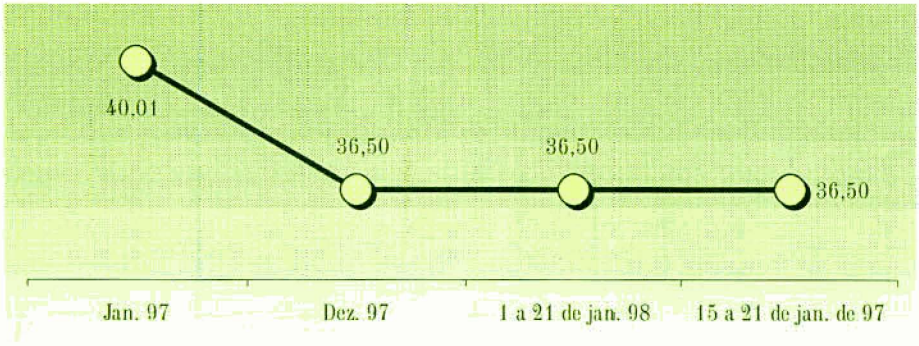
*Preços* | *Tendência* | *Fatores ponderáveis*




## Algodão

**(6) Sul do Brasil – R$/15kg disponível**

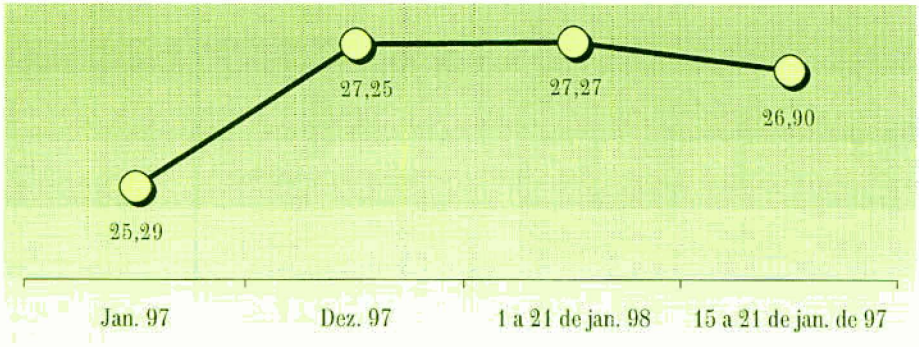
A proxima-se o início da safra de São Paulo, Paraná e Mato Grosso e as indústrias estão atentas aos preços e condições de pagamento do mercado internacional, que estão muito mais vantajosos que os do mercado interno.




## Arroz

**Longo fino R$/sc. 60kg benef. t. 2**

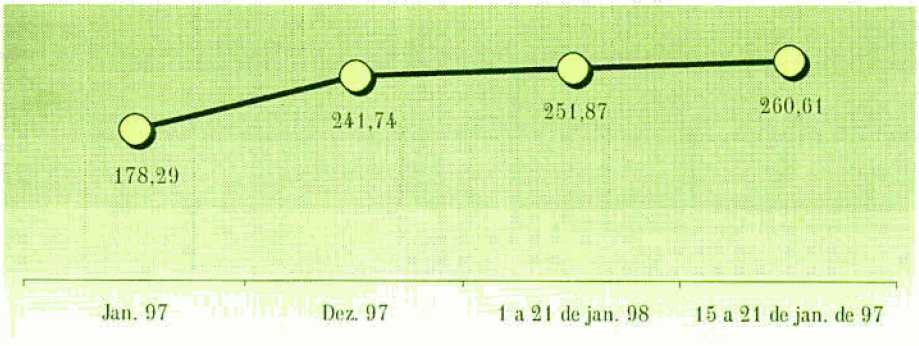
As indústrias estão bem abastecidas. O consumo no período de férias é tradicionalmente retraído.




## Boi

**Gordo R$/arroba**

A perspectiva de uma oferta regular acalma o mercado. As compras da indústria são feitas de forma equilibrada.




## Café

**tipo 6 R$/sc. 60kg arábica**

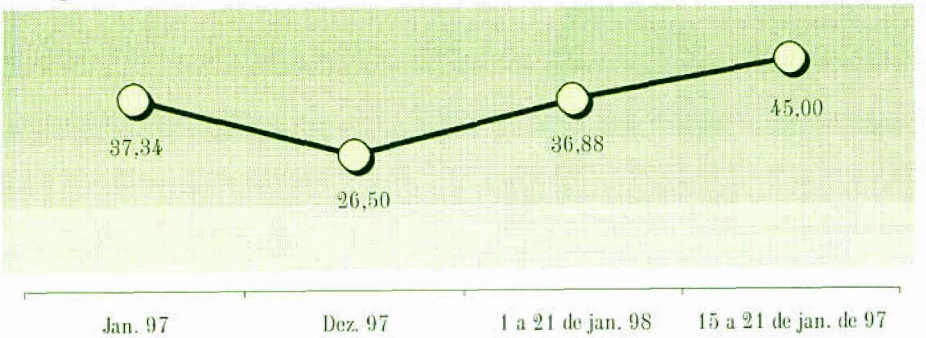
Alguns observadores detectaram problemas localizados no desenvolvimento da próxima safra no Brasil. Este fato, associado à escassez de lotes maiores, pode fortalecer o mercado..

*Preços*

*Tendência*

*Fatores ponderáveis*

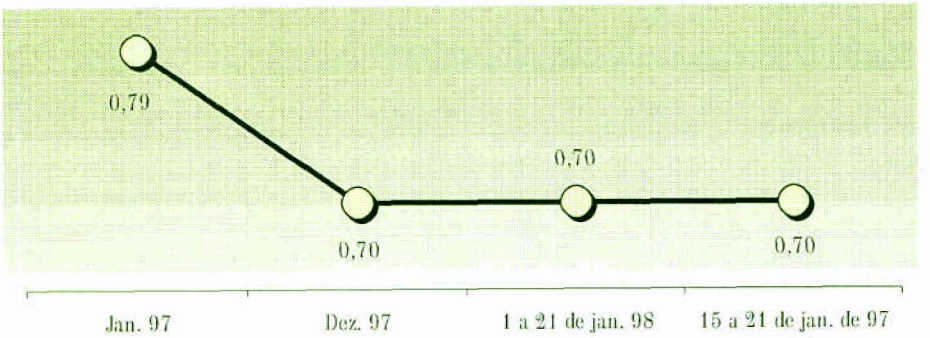
## Feijão




**Carioquinha t. 2 esp. R$/sc. 60kg**

O mercado foi supreendido recentemente por uma expressiva alta, contrariando as expectativas de baixa decorrentes da intensificação das remessas da safra das águas. Daqui para frente a oferta deverá manter-se boa e os preços sentenlados por uma firme demenda.

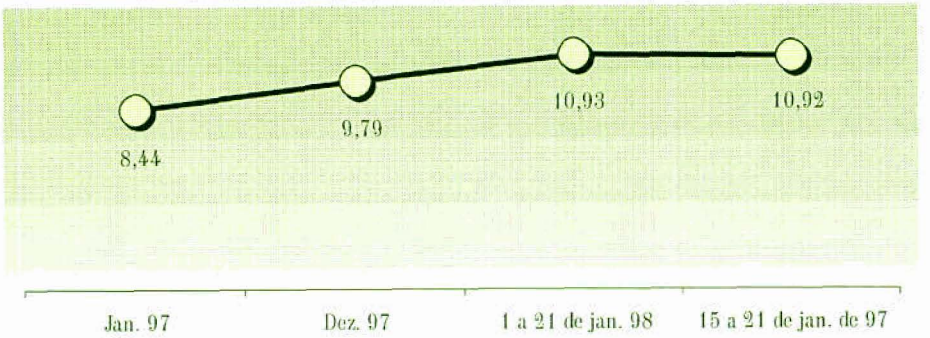
## Frango




**Vivo R$/kg**

A sazonal queda na demanda durante as férias escolares desestimula qualquer tentativa de repasse do aumento dos custos de arraçoamento.

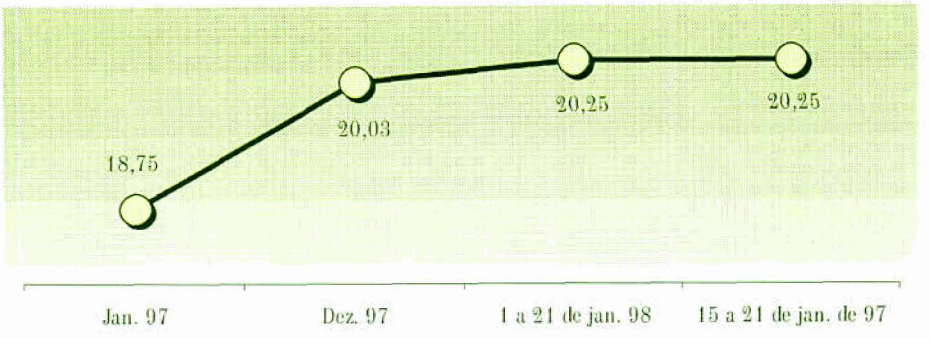
## Milho




**Amarelo semiduro R$/60kg**

A inexistência do milho novo favorecer o aumento das cotações desde o final do ano, o que vem sendo combatido pelos leilões do governo.

## Soja




**Grão industrial R$/60kg**

Espera-se algum recuo nas cotações, em função da entrada de mais uma grande safra.

Fontes dos dados brutos: algodão e café – BM&F; arroz, feijão, milho e soja – Bolsa de Cereais de São Paulo; boi gordo – IEA-SP; frango vivo – APA-SP.
Nota: Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

*Janela aberta*

# Passando o pires



LÍDIA ALMEIDA BARROS

Têm crescido consideravelmente no Brasil a preocupação com a proteção do meio ambiente e o interesse pelas questões ecológicas, nos últimos anos, mas os problemas não são poucos e os objetivos de real proteção estão longe de serem alcançados. Muito resta a fazer e a participação da sociedade civil é fundamental.

Nosso trabalho se dá dentro desse espírito de participação. Nosso desejo de colaborar para a melhora das condições de vida da população brasileira fez com que nos colocássemos a seguinte questão: como uma lingüista poderia participar dessa luta? Como um trabalho na área de lingüística poderia ser útil?

Pesquisando em diversas livrarias e bibliotecas especializadas de São Paulo, não encontramos nenhum dicionário ou enciclopédia dedicados exclusivamente à ecologia brasileira. A maioria dos dicionários é de ecologia geral, muitos traduzidos do inglês ou do alemão, onde as particularidades do Brasil ocupam pouco espaço. Com a riqueza natural, com o patrimônio cultural que temos, com essa biodiversidade invejável, o país ainda carece de obras desse gênero. Muito se tem produzido nos últimos anos no campo da ecologia brasileira, mas não conhecemos nenhuma enciclopédia dedicada exclusivamente ao tema à disposição do público. O *Vocabulário enciclopédico das unidades de conservação do Brasil* é um dicionário enciclopédico das áreas naturais sob regime especial de proteção existentes em nosso país. Não tentamos reunir o maior número de dados sobre as unidades de conservação do Brasil, mas obter dados sobre o maior número de unidades.

Em nossa pesquisa conseguimos obter informações sobre a existência de aproximadamente 1.300 unidades de conservação federais, estaduais e municipais. Deste total, cerca de 930 receberam um tratamento terminográfico, ou seja, foram inseridas no corpo principal da enciclopédia. Outras 370 não foram tratadas, pois os dados disponíveis não eram suficientes. Algumas unidades também não foram inseridas por serem municipais e nosso trabalho se ater fundamentalmente às esferas federal e estadual. Ficam, assim, aguardando um estudo mais aprofundado que viabilize sua inserção no vocabulário.

Os verbetes de nossa enciclopédia compõem-se em geral dos seguintes dados sobre cada unidade de conservação: estatuto jurídico (pública ou particular, federal ou estadual), área, decreto e data de criação, localização, infra-estrutura, descrição da flora, da fauna, relevo, história do local, curiosidades, monumentos culturais que abriga, populações indígenas ou caiçaras na área, origem do nome, categoria(s) de manejo em que a unidade de conservação é enquadrada e todo tipo de informação que possa ser de interesse.

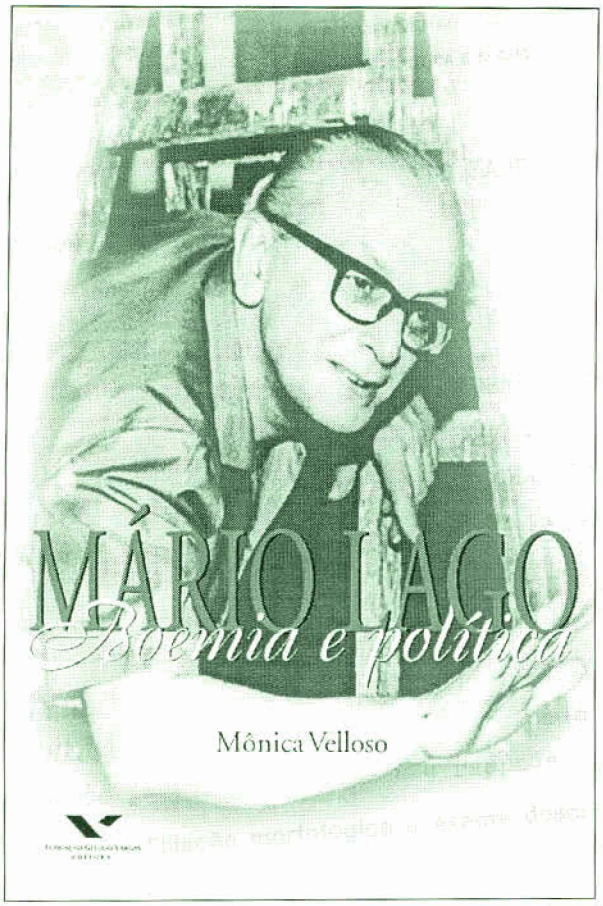
O principal problema enfrentado no tratamento dos dados foi sua falta de precisão. Consultando diversas fontes, deparamo-nos freqüentemente com dados diferentes relativos a uma mesma unidade de conservação. Notamos também que o levantamento completo da flora e da fauna de muitas unidades ainda não foi feito. Quando não foi possível obter uma das informações previstas pela microestrutura dos verbetes, esta foi substituída por N.I. (não informado). A quantidade de dados sobre cada unidade varia, pois para certas áreas há farta documentação disponível, enquanto outras ainda não foram estudadas em profundidade por especialistas. A documentação a respeito dessas últimas é portanto incipiente.

Nossa pesquisa permite-nos enfim afirmar que a política e a terminologia específicas da proteção do meio ambiente no Brasil estão em processo de evolução, fruto das necessidades e das exigências produzidas por uma consciência ecológica cada vez maior da sociedade brasileira. Falta, no entanto, ao Brasil um conhecimento mais aprofundado de seus próprios recursos naturais, embora inúmeras pesquisas tenham sido realizadas nos anos recentes ou estejam em andamento. O conhecimento da realidade ecológica é o primeiro passo no sentido de dar bases científicas a um desenvolvimento sustentável capaz de atender às necessidades específicas do país.

A sistematização desses conhecimentos e a transmissão do saber passam obrigatoriamente pela codificação lingüística. Nesse sentido, a terminologia e a terminografia têm um papel importante a cumprir. A nosso ver, o Brasil carece de um dicionário ou enciclopédia especializada em ecologia brasileira e questões do meio ambiente de nosso país. Esperamos que nosso vocabulário enciclopédico possa contribuir para preencher essa lacuna e colaborar na luta pela proteção do meio ambiente no Brasil.

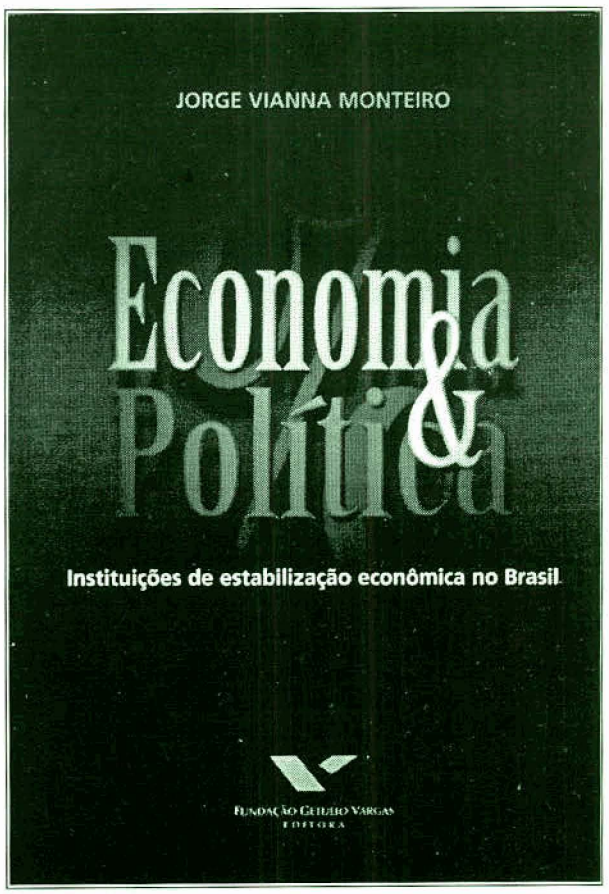
A publicação do *Vocabulário enciclopédico das unidades de conservação do Brasil* só poderá se concretizar com a colaboração financeira de instituições públicas ou privadas. As propostas de patrocínio desse projeto devem ser enviadas pelo email lidia@westnet.com.br. A luta pela melhora das condições ambientais no Brasil e pela proteção do patrimônio natural e cultural do país agradece de antemão.

*Professora doutora pela Universidade Lumière Lyon 2, França, terminóloga e tradutora. Ensina atualmente na Universidade Estadual Paulista – Unesp, de São José do Rio Preto (SP).*




Compre este livro
e conheça o autor, o ator,
o militante do PCB,
o compositor, a figura humana
doce e rebelde que é Mário Lago,
uma personalidade
ímpar na boemia carioca
e paulista.

448p – 54 fotos – R$29,00




Este livro traça, minuciosamente,
a trajetória institucional do
Plano Real desde 1993 até 1996.

264p – R$21,00

**EM TODAS AS LIVRARIAS DO PAÍS OU DIRETAMENTE NA**

Editora Fundação Getulio Vargas
Tel.: (021) 536-9110 – Fax: (021) 536-9155
E-mail: editora@fgv.br

# NO AGRIBUSINESS, LER É FUNDAMENTAL AOS NEGÓCIOS.




*Agroanalysis* é a única revista de economia agrícola produzida por um centro de estudos econômicos. É indispensável para quem precisa compreender a economia brasileira.

**Mario Henrique Simonsen**

Sou leitor de *Agroanalysis*, de agora e de antes. Quando a publicação se interrompeu, ficou um vazio nunca preenchido por outras revistas. Informação tem valor; só percebemos quando precisamos dela e não a temos.

**José Graziano da Silva**

## Assine Agroanalysis, a leitura indispensável.

### Opções de pagamento

❑ Cheque nominal à Fundação Getulio Vargas, anexo
❑ Depósito bancário na conta nº 55.597.036-1 do Banco do Brasil — Agência 0287-9 (enviar cópia do comprovante à FGV)
❑ Cartão de crédito

### Solicito

❑ Assinatura anual (12 edições) nova de *Agroanalysis* no valor de **R$ 55,00**
❑ Renovação de assinatura anual (consulte nossa Central de Atendimento para obter desconto especial)
❑ Alteração de dados cadastrais

Nome .....
Empresa .....
Ramo de atividade .....
Função na empresa .....
Endereço .....
CEP ..... Cidade ..... Estado .....
DDD ..... Telefone ..... Fax .....
Data ..... / ..... / ..... Assinatura .....

Cartão de crédito (preencher, caso tenha sido a opção escolhida)

Cartão nº ..... validade .....

**Central de Atendimento ao Assinante**
— Tel: (021) 536-9196 — Fax: (021) 551-0948